

MÁRCIO ANTÔNIO DE MORAES

**A PRODUÇÃO DO GÊNERO DISSERTATIVO:
reflexões sobre o uso da Internet na escola**

CAMPINAS

2007

MÁRCIO ANTÔNIO DE MORAES

**A PRODUÇÃO DO GÊNERO DISSERTATIVO:
reflexões sobre o uso da Internet na escola**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem, da Universidade Estadual de
Campinas (UNICAMP), para obtenção do título de
Mestre em Lingüística Aplicada.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Denise Bértoli Braga

CAMPINAS

2007

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

M791p

Moraes, Márcio Antônio de.

A produção do gênero dissertativo : reflexões sobre o uso da Internet na escola / Márcio Antônio de Moraes. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Denise Bértoli Braga.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Dissertação. 2. Internet. 3. Gêneros textuais. 4. Produção de textos. I. Braga, Denise Bértoli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Production of dissertative genre: reflections on the use of Internet at school.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Essay; Internet; Textual genre; Text production.

Área de concentração: Linguagem e Tecnologia.

Titulação: Mestre em Lingüística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Denise Bértoli Braga (orientadora), Profa. Dra. Raquel Salek Fiad e Profa. Dra. Iara Bemquerer Costa.

Data da defesa: 30/08/2007.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 30 de agosto de 2007, considerou o candidato MÁRCIO ANTÔNIO DE MOARES _____.

BANCA EXAMINADORA:

Denise Bértoli Braga Denise Bértoli Braga
Raquel Salek Fiad Raquel Salek Fiad
Iara Bemquerer Costa Iara BQC

Angelita Gouveia Quevedo _____

Maria Bernadete Marques Abaurre _____

Para o Márcio,

Que não teve o prazer de ver a versão final impressa desse estudo, gerado com muito esforço e que relata a análise de apenas uma pequena parte dos dados que coletou durante sua pesquisa. Seu texto mostra que há possibilidade de mudanças nas práticas pedagógicas, se um professor não se conforma e busca caminhos para melhorar os resultados obtidos em sala de aula.

No vazio deixado por sua ausência, para os amigos e colegas do Márcio fica a lembrança de uma pessoa extremamente generosa, gentil e humana, que era capaz de olhar os outros com uma aceitação, tolerância e carinho que raramente adotava quando olhava para si mesmo. Para os alunos fica o aprendizado, a ampliação de horizontes, que ele buscou promover ao enfrentar os desafios de inovar as atividades de ensino. Essa dissertação registra parte dessas iniciativas. Para os colegas, professores de Língua Portuguesa, fica o registro de um caminho que deu certo. Partindo do lugar onde o Márcio chegou, refletindo sobre as orientações que seu texto oferece, é possível encontrar alternativas para melhorar e atualizar as práticas de produção de texto na escola.

A todos o Márcio deixa dois últimos ensinamentos. Todo o ser humano é singular e insubstituível e sempre que parte deixa lacunas. Nem sempre somos capazes de avaliar, enquanto vivemos, a importância que temos para as pessoas com as quais convivemos. Outro ensinamento é que a vida, nossa e das pessoas que queremos bem, é curta e fugaz. A conscientização dessa efemeridade pode nos ajudar a todos a viver de forma mais intensa, mais prazerosa, mais centrada no presente e mais leve, sem tantas preocupações com o amanhã.

Denise e Milene

A todos os meus amigos e aos meus alunos.

Agradeço

Em especial, à Denise, pela orientação, pela paciência (muita) e pelos valiosos conselhos.

Às professoras Matilde Scaramucci e Raquel Fiad pela leitura atenta e pelas contribuições para a versão final deste trabalho.

Ao Helou, ao Newton, ao Nicolau, à D. Maria José, à Edna e à Gislaine pela compreensão em vários momentos;

Aos meus queridos amigos Cleire, Kassandra, Lis, Maria José, Murilo e Pedro Paulo.

Aos meus amigos Aloysio, Fernando e Hide.

Ao Pereira e à Branquinha, pela amizade sincera.

RESUMO

O presente trabalho reflete sobre o impacto do uso de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem de textos em língua materna (LM). A pesquisa foi realizada com alunos do 2.º ano do Ensino Médio de duas escolas particulares do interior de São Paulo. A pesquisa, que se insere no campo da Lingüística Aplicada, foi orientada por metodologias quantitativas e qualitativas, através das quais foram gerados e analisados os seguintes registros: dissertações produzidas pelos alunos sobre eutanásia (109) e estrangeirismo (96), históricos de leitura (159), relatos sobre as (des)vantagens do uso da Rede (159) e textos-base extraídos da Internet. A análise quantitativa visou delinear como os jovens investigados estão explorando a informação veiculada no meio digital para a construção de seus textos. A análise dos registros revelou que, apesar do computador e da Rede já fazerem parte do cotidiano dos sujeitos pesquisados, eles apontaram dificuldades tanto na busca quanto na seleção de textos que auxiliassem na construção de argumentos para apoiar seus pontos de vista acerca dos temas propostos. A análise qualitativa da produção textual dos alunos, em tarefas que previam pesquisa na Internet, permitiu uma melhor compreensão de como os jovens investigados estão explorando a informação veiculada no meio digital para a construção de seus textos. Foi possível constatar que as dissertações produzidas pelos alunos resultaram da retextualização de diferentes excertos de um mesmo texto-base ou de diferentes excertos de vários textos-base. Essa retextualização se deu através de duas operações: a reprodução e a reformulação, as quais representam os diferentes graus de apropriação das diversas vozes textuais que indicam uma evolução em direção à autoria do aluno. Dada a característica transdisciplinar da LA, foram mobilizados construtos da teoria de Bakhtin (1929,1953) sobre a linguagem e do interacionismo sócio-discursivo (Bronckart, 1999; Schneuwly & Dolz, 2004 e Rojo, 1998). A pesquisa instiga uma reavaliação sobre os modos de apropriação de textos digitais em escritas escolares.

Palavras-chave: Retextualização, Dissertação, Internet, Gênero Textual, Produção de Texto, Ensino-Aprendizagem de Língua Materna.

ABSTRACT

This study investigates the impact of the new technologies in the process of teaching and learning texts in a mother language. The research was conducted with second-year students of two private secondary schools of São Paulo State. The study, developed in the area of Applied Linguistics, was oriented by quantitative and qualitative methods through which the following records were generated and analyzed: students essays on euthanasia (109) and on the use of foreign words (96); detailed reading reports (159); descriptions on the (dis)advantages of Internet use (159); and texts from the net. Although computer and Internet were part of students' everyday activities, they pointed out difficulties of searching and choosing texts to support their own point of view and arguments on the proposed theme. Moreover, the students' essays were a result of retextualization of different excerpts from one or more texts. This retextualization occurred in two steps: reproduction and reformulation, which represent the different degrees of appropriation of the different voices that evolve towards the students' authorship. In view of the crossdisciplinary characteristic of Applied Linguistics, this research focused on constructs from Bakhtin language theory (1929, 1953), and on the re-reading of this theory in the light of Textual Linguistic (Marcuschi; Koch, 2004, 2005), and on the social-discursive interactionism (Bronckart, 1999; Schneuwly & Dolz, 2004 and Rojo, 1998). The study points to a revision of common sense conceptions about the way young people are exploring digital texts to fulfill the requirements of their school tasks.

Key words: retextualization, essay, Internet, textual genre, text production, teaching and learning of mother language.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 O OBJETO DE PESQUISA NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA APLICADA (LA).....	28
2.1 A geração dos registros	29
2.2 A construção do objeto de pesquisa na perspectiva da LA	36
3 CONCEPÇÕES DE LINGUA/GEM, GÊNERO E NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ESCRITA EM LÍNGUA MATERNA (LM)	39
3.1 A dialogia como característica constitutiva da língua/gem e o conceito de gênero	40
3.2 Dissertação: um gênero textual?.....	47
3.3 Novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem da escrita em LM.....	51
4 A incorporação DOS TEXTOS DA INTERNET NA DISSERTAÇÃO DE ALUNOS DO 2.º ANO DO ENSINO MÉDIO.....	59
4.1 Critérios de seleção de textos e (des)vantagens da busca de informação na Internet	61
4.2 Análise das dissertações produzidas pelos alunos: operações de retextualização e posicionamento do autor.....	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109
Bibliografia.....	112
ANEXOS	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Frequência com que o computador é utilizado pelos alunos.....	31
Gráfico 2 – Frequência com que a Internet é acessada pelos alunos.....	32
Gráfico 3 – Tempo de navegação em cada acesso à Rede.	32
Gráfico 4 – Finalidade do uso da Internet pelos alunos.....	33
Gráfico 5 – Uso da internet para pesquisas escolares.....	35
Gráfico 6 – Importância da Internet para a realização de trabalhos escolares.	36
Gráfico 7 - Fontes de pesquisa na Rede.	62
Gráfico 8 - Critérios de seleção de textos da Rede.	63
Gráfico 9 - Vantagens do uso da internet na busca de informações	64
Gráfico 10 - Desvantagens no uso da internet na busca de informações	65

LISTA DE EXEMPLOS

Exemplo 1 – Dissertação da aluna Susana da Costa	69
Exemplo 2 – Dissertação de Camila De Lucca.....	75
Exemplo 3 – Dissertação de Joaquim de Lima e Silva	81
Exemplo 4 – Dissertação da aluna Laura de Azevedo.....	87
Exemplo 5 – Dissertação da aluna Renata de Almeida Santos.	95

1 INTRODUÇÃO

Desde fevereiro de 1986, venho atuando, em escolas particulares de ensino médio, como professor de Redação¹. Anteriormente, de maio a dezembro de 1985, atuei como estagiário em um colégio, também de ensino médio, no qual deveria assistir, todos os dias da semana, às aulas dos professores de Língua Portuguesa, Literatura e Redação. Durante esses sete meses, pude observar as práticas pedagógicas de diferentes professores, as quais, em geral, consistiam em propor aos alunos a produção de redações² dissertativas e narrativas. Após a avaliação feita pelo professor, havia comentários em sala, que, não raro, giravam em torno de aspectos formais da língua, sendo os aspectos sócio-discursivos, isto é, situação de produção, esfera de circulação, propósitos discursivos, tema, valor e a direção dos argumentos apresentados, quase sempre, deixados em segundo plano. Os professores, freqüentemente, enumeravam na lousa os “problemas” dos textos, tais como grafia, concordância, regência. Assim, as aulas de Redação serviam para avaliar se os alunos estavam assimilando os conteúdos da gramática tradicional que se restringiam ao nível superficial das sentenças e à memorização de metalinguagem.

Nesse mesmo ano de 1986, ao desvincular-se da Fuvest, a Unicamp institui seu próprio exame, o qual apresentou um novo estilo: a redação³ tinha um

¹ Neste momento, refiro-me à disciplina que, nas escolas em que atu(ei)o, possui carga horária, planejamento e objetivos específicos e independentes dos de Língua Portuguesa.

² Aqui, refiro-me ao que tem sido tratado por alguns pesquisadores (SOARES, 2001; CONCEIÇÃO, 2000; GAFFURI&MENEGASSI, 2007) como redação escolar, isto é, um texto produzido como um exercício para a verificação da capacidade do aluno de reproduzir um “modelo consagrado”, utilizando as regras prescritas pela gramática normativa.

³ A comissão de concurso vestibular da Unicamp usa o termo redação para se referir a uma das provas do exame que “não procura avaliar apenas a capacidade de escrever sobre determinado tema, ou o conhecimento da modalidade culta da língua”. Segundo o manual do candidato, a redação pretende avaliar as habilidades do vestibulando de mobilizar sua experiência de leitura e escrita a fim de verificar como “organiza idéias, estabelece relações, interpreta dados e fatos e elabora hipóteses explicativas para conjuntos de dados relativos a quaisquer áreas de conhecimento.” A redação, portanto, é utilizada principalmente como um instrumento de avaliação da capacidade do aluno “de pensar por escrito sobre um determinado assunto, o que implica boa capacidade de leitura e de elaboração de dados e argumentos.” (<http://www.convest.unicamp.br/vest2004/manual.pdf>)

peso de 62,5% do total da nota da primeira fase do vestibular e os critérios estabelecidos para a correção passaram a ser o tipo de texto, coerência, coesão textual, adequação do texto produzido às normas da modalidade escrita e desenvolvimento do tema. A presença de uma coletânea⁴ fornecida pela banca elaboradora e a possibilidade de o candidato optar por uma dentre três propostas de redação – dissertação, narração e carta argumentativa – foram as outras mudanças implementadas.

Como se vê, a Unicamp propunha um tipo de exame e uma grade de correção que avaliasse outros aspectos da redação que não apenas os relativos às normas prescritas pela gramática escolar [tradicional]⁵. Nos anos seguintes, outras universidades, inspirando-se na Unicamp, começaram a fazer alterações em seus exames e a prova de redação foi ganhando cada vez mais importância como um instrumento de avaliação para o ingresso no ensino superior. Com esse novo status no vestibular, a disciplina Redação recebeu uma atenção maior nas escolas, principalmente nas particulares, em que um dos objetivos é preparar os alunos para o exame. Assim, para atender às novas exigências, foram necessárias adequações no processo de ensino-aprendizagem da redação, a qual, apesar da manutenção da nomenclatura, foi adquirindo características que lhe afastavam da redação escolar e lhe aproximavam da redação exigida em vestibulares como o da Unicamp e da produção de texto⁶ que, posteriormente,

⁴ Coletânea - O conjunto de **excertos** [grifo meu] que compõem a coletânea da prova serve de subsídio para as três propostas de redação. A coletânea tem por objetivo desencadear a reflexão do candidato sobre o tema. Espera-se que o candidato articule sua experiência prévia de vida, leitura e reflexão com a leitura instantânea que faz da coletânea. (<http://www.convest.unicamp.br/vest2004/manual.pdf>)

⁵ Comumente, a referência à gramática escolar [tradicional]/gramática pedagógica está relacionada à adaptação dos compêndios gramaticais – representantes da gramática tida como normativa – para os diversos níveis de ensino. Atualmente, é comum encontrar nos materiais didáticos (livros e apostilas) de Língua Portuguesa uma seção específica destinada à gramática. Dada a sua filiação à gramática tradicional, a gramática escolar dita as regras que devem ser seguidas, dicotomizando as noções de certo x errado, oral x escrito, sendo considerada por muitos como “normativista”. A esse respeito ver Perini (1985; 1997), Geraldi (1984), Neves (1990), Possenti (1996), Travaglia (1996), Aparício (2007).

⁶ Os PCNs (BRASIL, 1998) definem o texto como uma unidade significativa global a qual deve ser considerada a base de ensino de Língua Portuguesa. Nesse documento, um dos objetivos no ensino fundamental é possibilitar ao aluno “utilizar a linguagem na escrita e produção de (...) textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos e considerar as diferentes condições de produção do discurso.” (BRASIL, 1998, p.32).

seria proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Nas duas escolas onde lecionava, ambas da rede particular de ensino do interior de São Paulo, a primeira mudança aconteceu no número de aulas, pois se entendeu que uma única aula semanal de cinquenta minutos, como vinha sendo feito, não seria suficiente para um trabalho eficaz do professor. Optou-se, então, por duas aulas semanais de cinquenta minutos. Outras mudanças, porém, faziam-se necessárias, já que os exames mais visados, da USP e da UNICAMP, por exemplo, haviam instituído grades de correção que contemplavam aspectos lingüísticos (coesão), semânticos (coerência) e sócio-pragmáticos (informatividade, intencionalidade, intertextualidade e aceitabilidade)⁷. Assim, a norma prescrita na gramática escolar [tradicional], que durante muito tempo tinha sido privilegiada na avaliação de textos escolares, deixa de ter um papel central. O novo modelo de prova passa a privilegiar não só o conhecimento prévio adquirido pelo candidato ao longo de sua vida escolar, mas também sua habilidade de ler, no momento da prova, excertos de textos de fontes distintas e utilizar elementos desses excertos na construção de seu próprio texto.

Tais mudanças intensificaram uma outra inquietação dos professores de Língua Portuguesa e, principalmente, dos de Redação: que práticas pedagógicas poderiam ser utilizadas para que seus alunos lessem mais e, com isso, mantivessem-se atualizados a respeito do que ocorria no Brasil e no mundo? A essa inquietação estava subjacente a hipótese de que o aluno familiarizado com o assunto antes do exame poderia estar mais preparado para desenvolver, com consistência, os temas sugeridos para a produção de textos dissertativos, os quais, apesar das mudanças, ainda eram privilegiados na maioria dos vestibulares.

Dessa maneira, houve, por parte dos professores das diversas disciplinas, um movimento de incentivo à leitura. O discurso voltado aos alunos do ensino médio tinha o propósito de convencê-los da necessidade de leitura de

⁷ Fica evidente aqui a influência dos estudos desenvolvidos no Brasil, principalmente no âmbito da lingüística textual, a partir da década de 80, entre eles Marcuschi (1983), Fávero & Koch (1983), Koch (1988), Geraldi (1990), Koch & Travaglia (1988), Pécora (1983), Val (1991) entre outros.

jornais e revistas de grande circulação no país, pois os exames vestibulares passaram a exigir que os candidatos ao ensino superior que se mantivessem atualizados. Para tanto, as escolas onde eu lecionava inseriram na grade curricular uma nova disciplina cujo nome era “Atualidades”. Um professor, das disciplinas de História ou de Geografia, uma vez por semana, em uma aula de cinquenta minutos, seria responsável por discutir com os alunos os temas em destaque na mídia. O objetivo era estimular os alunos a participarem de eventos de letramento⁸, tais como ler notícias, reportagens, assistir a documentários, em suas casas, para, posteriormente, poderem colaborar com as discussões a serem realizadas na aula.

Ainda na tentativa de reproduzir a situação a ser vivenciada pelo aluno no vestibular da Unicamp, por exemplo, nessas escolas, o uso de coletâneas tornou-se comum. Nas aulas de Redação, quando eram necessárias atividades para o ensino-aprendizagem da dissertação ou carta argumentativa, o professor produzia uma coletânea de textos a respeito do tema que, assim como no vestibular, era constituída por fragmentos de textos de diversos gêneros. Na aula, a coletânea era lida, em voz alta, por alguns alunos, seguindo-se uma discussão oral na qual o professor sempre solicitava aos alunos informações que eles tinham adquirido em leituras feitas em outros espaços que não o escolar. Somente no final, havia a proposta para a produção da redação, a qual os alunos entregariam somente na semana seguinte.

As aulas de Atualidades não duraram mais que dois ou três anos. O principal motivo para isso foi a reclamação dos professores responsáveis pela disciplina, quanto à atitude, da grande maioria dos alunos, de não ler previamente sobre os temas a serem discutidos em aula e deixar por conta do professor a tarefa de transmitir-lhes as informações. Já a prática do uso de coletâneas, não só permaneceu nessas escolas, como também se disseminou pelas escolas de ensino médio, em geral, pelo menos na região de Campinas-SP.

⁸ Eventos de letramento são episódios observáveis que emergem de práticas e são por elas moldadas. Os eventos de letramento são eventos comunicativos mediados por textos escritos (Barton & Hamilton, 2000).

Apesar do uso das coletâneas, eu e outros professores de Redação e Língua Portuguesa, continuamos a reclamar que os alunos não liam suficientemente para o bom desempenho na produção da dissertação entre outros gêneros. Com isso, quero ressaltar aqui que o uso de coletâneas como estratégia para provocar discussões em sala de aula, prática bastante difundida até hoje em escolas de ensino médio, não é tão eficaz como se pensava.

Há vários aspectos a respeito do seu uso que precisam ser considerados. Em primeiro lugar, a preparação das coletâneas demanda muito trabalho do professor, em casa, para selecionar textos. Em segundo, há limites de custos impostos pela escola a respeito da quantidade de material que pode ser enviado para o departamento de xerox. Em terceiro, as coletâneas, tanto as que vêm no material didático adotado pela escola, quanto as preparadas pelo grupo de professores da disciplina de Redação, são constituídas, em sua maioria, de fragmentos de textos a respeito de um tema. Vale lembrar que a opção por fragmentos e não por textos completos advém dos seguintes fatores: o custo do material para a escola, o tempo da aula e da intenção de se dar ao aluno uma visão mais ampla acerca do tema a ser discutido.

Por fim, um aspecto que me incomoda sobremaneira na confecção das coletâneas é que, ao selecionar os fragmentos, os professores optam por aquilo que crêem ser mais relevante para a discussão em sala de aula e, portanto, também relevante para a atividade escrita a ser entregue pelo aluno. Criam-se, assim, expectativas sobre a direção da argumentação, tanto para o aluno quanto para o professor. O aluno acredita serem os aspectos abordados na coletânea os mais importantes não só para a discussão oral em sala de aula, mas também para a produção do texto em casa. Assim, mesmo que não participe ativamente da discussão oral em sala, o aluno terá, em casa, alguns elementos a respeito do tema que lhe permitam se posicionar e produzir sua dissertação. O professor, ao selecionar fragmentos de textos, independentemente do gênero, de certa forma, demonstra acreditar que o conhecimento sobre o assunto é o mais relevante para a discussão e produção escrita. O uso de coletânea, portanto, tende a restringir o

espaço para a voz do aluno. Além disso, ao não propiciar o contato dos alunos com textos completos do gênero dissertação, o professor não contribui para a apropriação dos mecanismos lingüístico-discursivos típicos do gênero.

A partir dessas inquietações sobre o uso de coletâneas, iniciei, em 2002, com meus alunos de 2.^o ano do ensino médio, uma atividade diferente das sugeridas no material didático adotado pela escola e das tão comuns coletâneas: o seminário. Nas escolas onde leciono, é nessa série em que é iniciado, de forma mais sistemática, o trabalho com o texto dissertativo, o qual pode ser prejudicado pelo fato de os alunos geralmente desconhecem o debate que ocorre acerca dos mais diferentes temas abordados na mídia de grande circulação no país. Ao propor o seminário, portanto, acreditava que os alunos se esforçariam mais em relação à leitura em casa, pois além de apresentarem o trabalho para a classe, seria atribuída uma nota pelo desenvolvimento da atividade. Além disso, esperava provocar discussões orais mais ricas, cujos reflexos seriam sentidos na qualidade dos textos.

Para a proposição do tema, fiz uma seleção daquilo que, na época, estava em destaque na mídia impressa e cada grupo selecionou aquele com o qual se familiarizava. Crendo estar ajudando os alunos, apresentei-lhes uma lista de revistas (Carta Capital, Primeira Leitura, Caros Amigos etc.) como alternativa às conhecidas Veja, Istoé e Época. Da mesma forma, mostrei-lhe jornais como o Zero Hora, de Porto Alegre, que seriam uma alternativa à Folha de São Paulo e ao Estadão. Por fim, conversei com os alunos sobre a importância do conhecimento prévio sobre o tema como condição básica para se formular opiniões e defendê-las tanto oralmente quanto por escrito. Chamei-lhes a atenção, também, para a necessidade de, ao ler, tentar perceber as diferentes vozes que emergem dos gêneros, com os mais diferentes pontos de vista sobre o tema em questão.

Na apresentação dos seminários, em uma das salas, chamou-me a atenção um grupo que abordou o tema da eutanásia, o qual, eu mesmo, diante da sala, havia considerado difícil para eles. Entretanto, o grupo saiu-se muito bem, trazendo uma enorme variedade de informações sobre o assunto: definição dos

diferentes tipos de eutanásia, a regulamentação da prática na Holanda, visões religiosas, aspectos econômicos etc. Além de apresentar as informações relevantes para contextualizar o debate existente sobre o tema, o grupo conseguiu fundamentar e defender bem a posição que havia assumido. O que me chamou a atenção também, ao longo da apresentação, é que todos os componentes desse grupo tinham em mãos folhas impressas que não eram de jornais ou revistas. Como curiosidade, em uma conversa com o grupo após a apresentação, perguntei-lhes sobre as fontes de pesquisa que haviam utilizado, sendo, então, informado de que toda a pesquisa sobre eutanásia havia sido feita na Internet, devido à dificuldade que tiveram em encontrar material impresso sobre o assunto.

Após essa experiência, comecei a olhar para a Internet de um modo diferente. Até então, eu reproduzia o discurso dominante entre os professores das escolas onde lecionava, as quais, para não ficarem alheias às novas tecnologias, já haviam equipado algumas salas com recursos de multimídia e incentivavam os professores a ministrarem algumas de suas aulas nesse ambiente. Na época, muitos professores estavam encantados com os recursos do PowerPoint; outros, porém, atacavam veementemente os recursos da Internet, assumindo um discurso que apontava a Rede como grande vilã, pois estava afetando de forma extremamente negativa, por influência da linguagem dos chats, a escrita do aluno e que, além disso, facilitaria por demais a cola em trabalhos escolares.

Em relação a essa nova perspectiva sobre a Internet, creio valer a pena destacar a experiência de uma aluna de terceiro ano de ensino médio, a qual me procurou por estar muito angustiada a respeito de uma tarefa que eu havia proposto: produzir uma dissertação a respeito da implantação de cotas étnicas em universidades públicas. Tal assunto estava em discussão e era possível encontrar alguns textos na mídia impressa, porém a aluna declarou-me não ter lido sobre o tema e que a leitura da coletânea e a discussão oral em sala de aula não tinham sido suficientes para ela. Sua posição era contrária à instituição das cotas, mas afirmou não saber por quê. Em situações como essas, eu sempre indicava aos alunos alguma revista ou algum jornal impresso e, como era de se esperar, tais

sugestões não eram concretizadas. Porém, desta vez, lembrando-me do seminário sobre eutanásia e considerando que praticamente todos os alunos daquela escola tinham acesso à Internet em casa, recomendei-lhe a procura de informações em sites da Rede e o registro, na tarefa a ser entregue, do histórico de leitura dessa pesquisa. Minha surpresa foi que, na semana seguinte, a aluna entregou-me um texto no qual ficava clara sua posição contrária às cotas raciais em universidades públicas, conseguindo argumentar a favor desse posicionamento. Quanto ao histórico de leitura, a aluna indicava uma pesquisa em nove sites. Acessando esses sites, li todos os textos e certifiquei-me de que o texto da aluna deixava marcas bem claras de que ela havia se apropriado de diferentes vozes que serviram para a construção de seus argumentos.

Essas duas experiências trouxeram-me o interesse por uma disciplina sobre Letramento Digital, oferecido pelo Departamento de Linguística Aplicada da Unicamp, em janeiro de 2003. Ao ler sobre temas como pesquisa na web, hipertexto, entre outros, comecei a pensar, então, teoricamente a respeito das experiências em sala de aula relatadas acima. Isso me levou a refletir sobre como explorar melhor a Internet como recurso pedagógico para as aulas de produção de textos dissertativos. Minha opção pela dissertação foi motivada pela legitimidade que a escola, a família e os alunos atribuem ao processo de ensino-aprendizagem desse gênero, muito solicitado em vestibulares, e pela necessidade de compreender melhor como a escola pode auxiliar o aluno a participar ativamente, com sua voz, na construção da polifonia constitutiva da sociedade. Portanto, o trabalho aqui apresentado apresenta meu percurso teórico nessa direção, buscando responder as seguintes perguntas: **qual o impacto dos textos da Internet nas dissertações produzidas por alunos do 2.º ano do ensino médio? Que critérios os alunos utilizaram para selecionar os textos-base? Que operações os alunos utilizaram para, a partir da leitura de vários textos-base, produzir um novo texto? Os alunos marcam o seu posicionamento a respeito do tema? Como?**

A apresentação e discussão dos resultados da pesquisa estão distribuídas nas cinco partes que constituem esta dissertação. Após esta introdução, discuto como, seguindo a perspectiva da Lingüística Aplicada (LA) construí meu o objeto de pesquisa. Buscando contextualizar a questão empírica, apresento uma análise quantitativa de dados obtidos com 324 alunos. Essa análise teve o intuito de descrever a interação do público alvo com a Internet. No terceiro capítulo, apresento a fundamentação teórica que informou a minha análise de dados. Essa reflexão se ancora nas concepções de dialogia e gênero discursivo, apontando seu impacto nas orientações de ensino. Discuto, então, a dissertação como um gênero textual e a seguir reflito sobre o computador na escola incluindo, nessas reflexões, algumas considerações e sobre a escrita e a leitura na Internet. No quarto capítulo, discuto a apropriação de meus alunos das informações veiculadas pela Internet na construção de suas tarefas escolares de produção de texto. Esse capítulo está dividido em duas partes. Inicialmente apresento, com base em uma análise quantitativa, a concepção de 159 alunos sobre os critérios que adotam para selecionar textos da Internet e também resgato suas avaliações subjetivas sobre as vantagens e desvantagens do uso da Internet como fonte de informação. Na segunda parte desse capítulo, ilustro e discuto com base em cinco dissertações, produzidas pelos alunos, diferentes modos de apropriação da voz dos textos lidos e graus de posicionamento do autor frente ao tema discutido. As cinco dissertações escolhidas foram selecionadas de modo a ilustrar gradações distintas de *reprodução* e reformulação textual que constatei serem mais recorrentes no corpus das 159 produções que avaliei. A orientação lingüística adotada para definir os conceitos de *reprodução* e reformulação textual, mencionados acima, estão incluídas nesse capítulo, antes da descrição e discussão dos dados. No último capítulo, destinado às considerações finais, aponto como os resultados desta pesquisa podem contribuir no ensino-aprendizagem da escrita em língua materna que tenha a Internet como um recurso pedagógico.

2 O OBJETO DE PESQUISA NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA APLICADA (LA)

Neste capítulo, dedico-me à discussão dos aspectos metodológicos implicados na construção do objeto de pesquisa que é a descrição/análise dos impactos dos textos retirados da Internet na produção das dissertações de alunos do 2.º ano do ensino médio (EM) de duas escolas particulares do interior de São Paulo. As produções dos alunos, os textos-base da Rede, o histórico de leitura e o relato sobre as (des)vantagens do uso da Internet na escola fazem parte do *corpus*. Este capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, discorro sobre a geração dos registros e o perfil da escola e dos alunos participantes. Na segunda, apresento sucintamente como se deu a construção do objeto de pesquisa à luz das considerações da LA.

2.1 A GERAÇÃO DOS REGISTROS

A geração dos registros foi realizada no ano de 2005 em duas escolas particulares do interior de São Paulo com alunos do segundo ano do EM, para os quais a dissertação era um dos gêneros a ser ensinado. Para introduzir esse objeto de ensino e a proposta a que me refiro neste trabalho, primeiramente, familiarizei os alunos com o gênero dissertativo.

O primeiro passo, portanto, foi levar para a sala alguns editoriais da Folha de São Paulo, pois considero que no editorial é muito fácil perceber o posicionamento do autor a respeito do tema abordado e a mobilização dos argumentos em favor de sua tese. Com isso, acreditava que, ao chamar a atenção do aluno para perceber a voz do autor e o caminho argumentativo construído por ele, contribuiria bastante para exemplificar a atualização do gênero dissertativo⁹. Além disso, algumas dissertações feitas pelos candidatos em vestibulares da Unicamp foram objeto de estudo nas aulas introdutórias.

Também foi necessário conversar bastante com os alunos sobre a necessidade de leitura. Procurei mostrar-lhes que, sem um bom conhecimento prévio sobre um determinado tema, é tão difícil posicionar-se quanto argumentar de modo consistente para defender o ponto de vista. Quanto à leitura na Internet, achei necessário conversar com esses adolescentes sobre a prática do “recorta e cola”, mostrando que o propósito da leitura seria ampliar as informações sobre o tema e se apropriar de idéias que poderiam ser transferidas para seus próprios textos, mas com coerência.

Como eu já havia aplicado um questionário (Anexo 1), sabia que cerca de 98% dos alunos tinham acesso à Internet. Por isso, pude propor-lhes que usassem a Rede na busca de textos cujos temas eram os mesmos a serem tratados na dissertação. Facilidade e rapidez no acesso à informação foram os principais argumentos que utilizei para justificar essa nova metodologia de pesquisa adotada nas aulas de Redação.

⁹ Uma discussão a respeito da gênese e evolução da dissertação é feita no capítulo 3.

Propus dois temas sobre os quais os alunos deveriam dissertar: os estrangeirismos no Brasil e a prática da eutanásia. O primeiro constava no material didático adotado pela escola e o segundo foi escolhido pelas próprias turmas. A dissertação produzida deveria ser enviada para meu e-mail. Juntamente com a dissertação, os alunos enviaram o histórico da leitura, uma cópia dos textos lidos (textos-base) e um pequeno relato, opcional, em que indicaram as vantagens e desvantagens percebidas nesse tipo de leitura na Internet, além dos critérios que haviam utilizado para selecionar textos-base.

2.1.1 Perfil da escola e dos alunos

As duas escolas em que foi feita a pesquisa pertencem à rede particular de ensino do interior de estado do São Paulo. Essas escolas atendem a um público de classe média, cuja ênfase no processo de formação escolar está voltada no EM, principalmente, para a preparação para os grandes vestibulares nacionais. São escolas de médio porte, em cada uma há cerca de 800 alunos matriculados e distribuídos em turmas com em média 30 alunos. Cerca de 50% dos alunos matriculados freqüentam o EM. Nessas escolas está disponível para uso docente e discente uma biblioteca, sala de multimídia, laboratório de informática, entre outros.

A minha primeira ação de pesquisa foi fazer um estudo para investigar como meu público-alvo interagia com a Internet. Para isso, apliquei um questionário (Anexo 1) para os 324 alunos, entre 16 e 18 anos, que estavam matriculados no 2.^o ano do EM. Dos entrevistados, 97,84% afirmaram possuir micro-computador em seus domicílios e 98,15% afirmaram utilizar o computador. Tal diferença deve-se ao fato de alguns não terem o computador em casa, mas de o usarem em casas de colegas ou de parentes, na escola ou em *lan houses*. Todos os usuários de computador indicaram fazer uso da Internet, o que mostra que, conforme minha expectativa inicial, esse grupo de adolescentes é letrado digitalmente e tem o computador e Internet presentes em suas práticas cotidianas não escolares, com uma freqüência relativamente alta. Os três gráficos a seguir

mostram, a frequência com que, aqueles que disseram utilizar o computador, acessam a internet e o tempo utilizado para navegar cada vez que acessam a Rede.

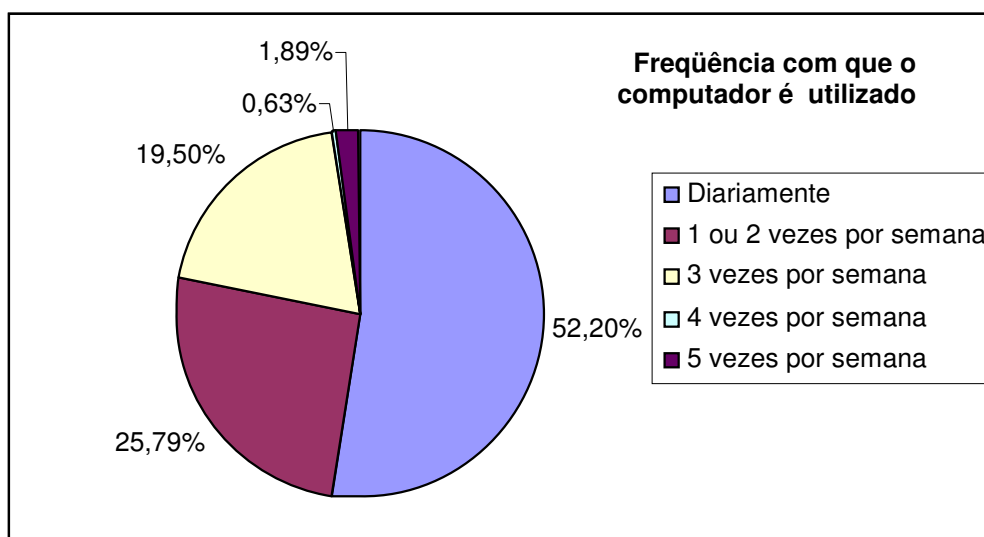


Gráfico 1 – Frequência com que o computador é utilizado pelos alunos.

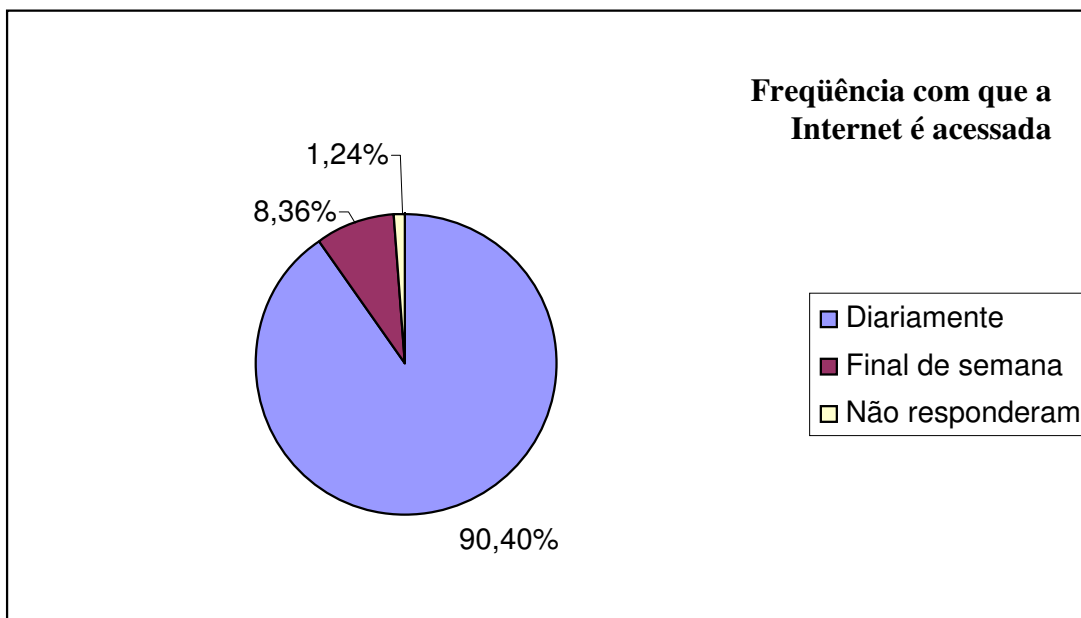


Gráfico 2 – Frequência com que a Internet é acessada pelos alunos.

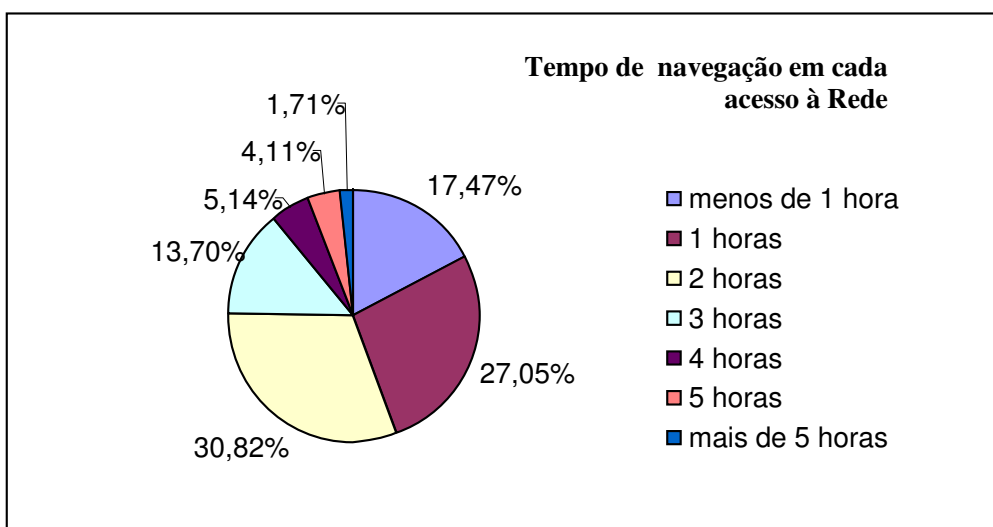


Gráfico 3 – Tempo de navegação em cada acesso à Rede.

A partir dos resultados dos gráficos 1, 2 e 3, é possível perceber que meu público alvo tem o computador e a internet inseridos em seu cotidiano e que, em sua maioria, navegam todos os dias. Ao definir o perfil dos adolescentes, interessava-me também entender melhor que tipo de uso caracterizava as suas práticas letradas digitais. Ao serem questionados sobre isso, 32,85% afirmaram utilizar a Internet para realizar pesquisas e consultas em geral, incluindo-se aqui, por exemplo, resultados de jogos de futebol, letras de músicas, material pornográfico, pesquisas escolares etc.; 33,24% afirmaram utilizar a Internet para interação a distância, via e-mail, MSN, orkut, entre outros; 24,20% afirmaram utilizar a Internet para buscar entretenimento (vídeos, músicas, fotos, blogs, downloads, entre outros); 7,98% afirmaram utilizar a Internet para ler notícias em jornais e revistas; 1,73% afirmaram utilizar a Internet para fazer compras. O gráfico que segue mostra a distribuição dessas diferentes atividades e marca também a porcentagem de tempo de navegação para cada uma das atividades mencionadas.

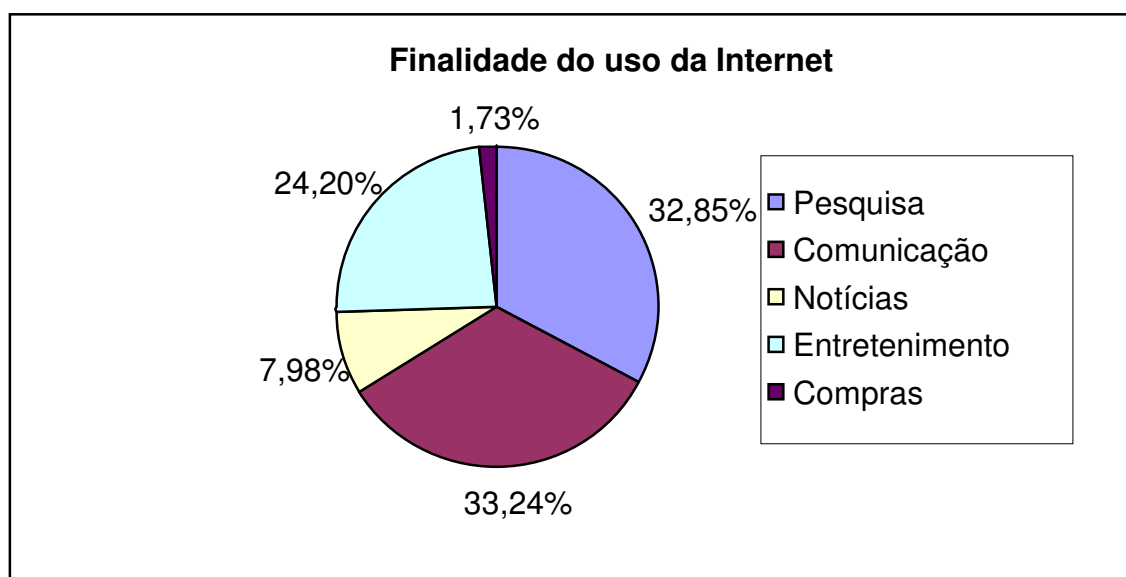


Gráfico 4 – Finalidade do uso da Internet pelos alunos.

O gráfico 4 mostra que esses alunos usam a Internet primordialmente como uma ferramenta de consulta e de interação, mas também fazem dela um instrumento bastante utilizado para entretenimento. Dado meu interesse no processo de ensino-aprendizagem, busquei, nessa investigação inicial, saber como e se os alunos utilizavam a Rede para fins escolares. Assim, quando questionados se usavam a Internet para pesquisas escolares, 95,68% dos entrevistados responderam afirmativamente. Porém, é importante observar que, nas respostas espontâneas, apenas 77,67% fizeram tal afirmação. Isso se deve ao modo como foram feitas as duas perguntas sobre o uso da Internet. O percentual de 95,68% foi conseguido na tabulação das respostas dadas à pergunta 10 [Usa a internet para pesquisa escolar? () sim () não]; já os 77,67% foram o resultado da tabulação das respostas da pergunta 08 [Com que finalidade você usa a internet?]. A primeira sugeria uma resposta que, na segunda, por ter sido dada espontaneamente, torna-se mais confiável.

Embora os professores pouco usem a Internet no processo de ensino-aprendizagem, uma parcela significativa desses alunos (quase 80%) está usando a Rede como fonte de material de apoio para pesquisas escolares. A falta de envolvimento dos professores com o uso dessa tecnologia em sala de aula talvez explique por que a grande maioria dos alunos faz uso esporádico do computador para ensino. O gráfico abaixo apresenta a frequência com que a Internet é utilizada para pesquisas escolares.

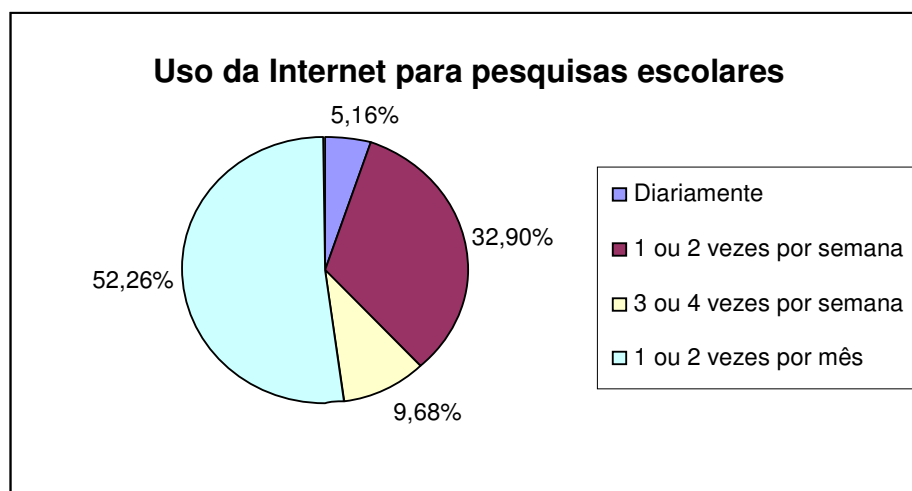


Gráfico 5 – Uso da internet para pesquisas escolares.

Quando questionados sobre as disciplinas em que já usaram a Internet para fazer pesquisa, 22,90% dos alunos entrevistados afirmaram utilizar a Rede em todas as disciplinas; o restante, 77,10%, utiliza apenas para pesquisas em três disciplinas. As menos consultadas são Matemática e Inglês (menos de 30% dos alunos). As disciplinas mais consultadas são Redação, História e Geografia (70%). Aproximadamente 50% dos alunos disseram também que consultam a Internet para trabalhos de Biologia, Língua Portuguesa, Química e Física. Observa-se que as disciplinas da área de humanas são aquelas nas quais os alunos mais utilizam a Internet para pesquisas escolares.

Para construir o perfil do meu público-alvo, achei necessário também obter informações sobre a visão dos alunos a respeito de como a Rede poderia ajudá-los nos trabalhos escolares, o que fica claro no gráfico que segue.

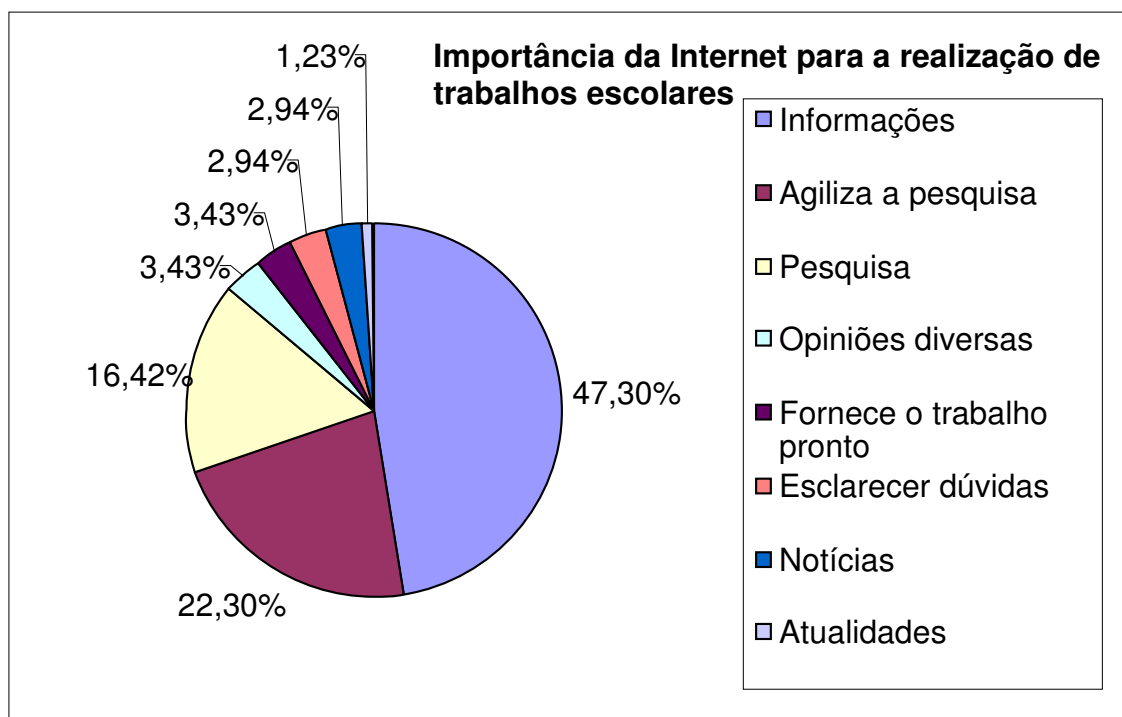


Gráfico 6 – Importância da Internet para a realização de trabalhos escolares.

De acordo com os resultados do gráfico 6, quase a metade dos alunos que utilizam a Internet para fins escolares acredita que o acesso a informações variadas contribui para a realização dos trabalhos. Vale ressaltar também que 3,43% dos alunos enxergam como vantagem o fato de poder copiar trabalhos da Internet. Por outro lado, uma mesma porcentagem de alunos, 3,43%, acredita que o acesso a textos que trazem diferentes visões de um mesmo tema contribui para enriquecer o trabalho escolar.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA NA PERSPECTIVA DA LA

A LA é uma ciência humana com estatuto teórico e metodológico próprios. Sendo seu objetivo descrever e/ou analisar a língua em situações reais de uso, a LA tem como principais características a abordagem transdisciplinar e processual. O seu caráter transdisciplinar possibilita que concepções muitas vezes conflitantes e divergentes possam ser utilizadas para elucidar as diferentes facetas de um mesmo objeto de pesquisa. Já a abordagem processual está relacionada à

tentativa da LA de adotar procedimentos de análise dinâmicos, retroativos e não-lineares (SIGNORINI, 1998).

Seguindo essa perspectiva, os objetos da LA são construídos, desconstruídos e reconstruídos durante a pesquisa e em função dela. O processo de construção é dinâmico e não consiste em apenas buscar nos dados as evidências que comprovem determinados construtos teóricos, mas sim em partir das (ir)regularidades identificadas nesses dados para propor os construtos, ou seja, na perspectiva da LA, os registros são o ponto de partida e de chegada. Portanto, pesquisadores, informados por diferentes teorias/crenças e valores, podem construir objetos diversos a partir dos mesmos registros.

Diante do contexto geração dos registros (questionário, relato, dissertação produzida pelo aluno e textos-base retirados da Internet) e das perguntas (Qual o impacto dos textos da Internet nas dissertações produzidas por alunos do 2.º ano do ensino médio? Que critérios os alunos utilizaram para selecionar os textos-base? Que operações os alunos utilizaram para, a partir da leitura de vários textos-base, produzir um novo texto? Os alunos marcam o seu posicionamento a respeito do tema? Como?) construí, dentre vários possíveis, o objeto de pesquisa que é descrito e/ou analisado neste trabalho. Essa construção foi informada, principalmente, pela concepção dialógica de língua/gem de Bakhtin (1929, 1953) e pelas noções de gênero textual presentes em Bronckart (1999), Rojo (1998), Marcuschi (2002), Souza (2003), Dolz e Schneuwly (2004).

Tendo em vista as características da pesquisa na perspectiva da LA, este estudo torna-se totalmente compatível com a chamada metodologia qualitativa, pois: 1) tem o ambiente natural como sua fonte direta de registros (os problemas são estudados onde ocorrem) e o pesquisador, que mantém contato direto e prolongado com o ambiente e a situação investigada, como seu principal instrumento; 2) os dados gerados são predominantemente descritivos; 3) a preocupação com o processo é muito maior do que a preocupação com o produto; 4) o significado que os participantes atribuem às ações recebe especial atenção

do pesquisador; 5) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

De um conjunto de 205 dissertações recebidas, 109 textos eram sobre a prática da eutanásia e 96 textos sobre os estrangeirismos. Desse total, fiz uma seleção, utilizando o seguinte critério: tarefas completas, ou seja, selecionei os textos que estavam acompanhados do histórico de leitura, da indicação de vantagens e desvantagens da leitura na internet e dos critérios de seleção. Obtive, assim, um conjunto de 159 textos, nos quais pude observar duas operações de retextualização: a reprodução e a reformulação. O critério que utilizei como pista para identificação da reprodução e/ou da reformulação foi a complexidade da linguagem (nível das escolhas lexicais, uso de recursos coesivos, orações subordinadas).

Como se trata de dissertação, o fato de o aluno ter reformulado os excertos extraídos dos textos-base da Internet não implicou diretamente na sua tomada de posição a respeito do tema. Assim, cheguei a quatro categorias: dissertações com maior incidência de reprodução e sem marcas da tomada de posição do aluno a respeito do tema; dissertações com maior incidência de reprodução e com marcas da tomada de posição do aluno a respeito do tema; dissertações com maior incidência de reformulação e sem marcas da tomada de posição do aluno a respeito do tema; dissertações com maior incidência de reformulação e com marcas da tomada de posição do aluno a respeito do tema.

3 CONCEPÇÕES DE LINGUA/GEM, GÊNERO E NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ESCRITA EM LÍNGUA MATERNA (LM)

O objetivo deste capítulo é apontar as relações entre a concepção de língua/gem bakhtiniana, o conceito de gênero (principalmente a (re)leitura feita pelo grupo de Genebra), a Internet e seu impacto no ensino da dissertação que, aqui, é considerada um gênero textual. Para tanto, o capítulo foi dividido em três seções: na primeira, discuto os conceitos de dialogia e gênero; na segunda, demonstro por que considero a dissertação um gênero; por fim, apresento algumas reflexões sobre o impacto das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem da escrita.

3.1 A DIALOGIA COMO CARACTERÍSTICA CONSTITUTIVA DA LÍNGUA/GEM E O CONCEITO DE GÊNERO

A concepção de linguagem como um fenômeno social que se organiza em função de um interlocutor e que se concretiza na forma de enunciados, orais e escritos, dentro de uma cadeia da comunicação verbal é apresentada por Bakhtin (1995 [1929]). “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*.” (BAKHTIN, 1929 [1995], p. 123). Logo, ao olhar para a linguagem na perspectiva bakhtiniana, a interação verbal torna-se uma categoria de base.

Nessa perspectiva, o caráter dialógico da língua torna-se fundamental para a compreensão dos processos mentais e sociais humanos. Visto que a linguagem somente se realiza por meio de enunciados, o discurso constrói-se socialmente a partir dos enunciados de um sujeito falante caracterizado como um ser histórico e social. Assim, afirma o autor,

(...) a enunciação é o produto da interação entre dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. (BAKHTIN, 1995, p.112)

A dialogia, portanto, é uma característica inerente à linguagem, pois sempre que um indivíduo toma a palavra, ele considera a existência de um “outro” para quem essa palavra se dirige. É em função desse “outro” para o qual o enunciado está voltado que o locutor organiza toda sua fala. Para Bakhtin, portanto, a dialogia é um princípio constitutivo da linguagem. É preciso considerar que a noção defendida por Bakhtin não se refere apenas à interação concreta com esse “outro” para quem se dirige o enunciado, falado ou escrito, mas ao diálogo do

enunciador com os diferentes discursos que circulam na sociedade. Em toda enunciação, portanto, há um dialogismo entre o que foi o discurso do “outro” e o que passa a ser o discurso do “eu”. Se todo enunciado é um diálogo, logo pressupõe a existência de enunciados anteriores aos quais se articula e dos quais sempre traz as “vozes” que, em seu conjunto, formam que é chamado por Bakhtin de polifonia.

Em suma, no universo bakhtiniano, nenhuma voz, jamais fala sozinha. E não fala sozinha não porque estamos, vamos dizer, mecanicamente influenciados pelos outros – eles lá, nós aqui, instâncias isoladas e isoláveis – mas porque a natureza da linguagem é inelutavelmente dupla. (TEZZA, 1997, p.221)

Uma outra contribuição teórica de Bakhtin (1997 [1953]) para os estudos da linguagem é o conceito de “*gênero discursivo*”. Conforme propõe Bakhtin (1997 [1953], p.279), os indivíduos integrantes de uma determinada esfera da atividade humana, em situações concretas de uso da linguagem, produzem enunciados, orais ou escritos. Para o autor, todo enunciado que se produz é único e reflete as condições específicas e as finalidades de cada esfera de atividade humana, não só por seu conteúdo temático, como também pelo estilo e por seu tipo composicional. Portanto, considerando-se a situação social imediata e fatores como o pertencimento ou não dos interlocutores a um mesmo grupo social, a existência ou não de afinidade e o modo como se distribuem as relações de poder entre eles, pode ser produzida uma ampla variedade de enunciados. Tais enunciados se estruturam através de “*gêneros discursivos*”, os quais são definidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 1997 [1953]).

Na concepção bakhtiniana, em todo gênero, há três características fundamentais que não podem ser dissociadas. A primeira é o conteúdo temático (conteúdos dizíveis através dos gêneros); a segunda é o estilo verbal (recursos da língua – lexicais, fraseológicos e gramaticais) e a terceira é a construção composicional (as formas típicas dos gêneros discursivos). Já que existem distintas esferas de comunicação, a combinação desses elementos no gênero depende da especificidade de cada uma dessas esferas. Diante dessa ampla

variedade de situações comunicativas e, portanto, de uma ampla variedade de gêneros, o locutor precisa, numa situação concreta de fala, escolher o que é mais adequado para cada situação. Dessa maneira, a escolha de um gênero específico, com suas características temática, estilística e composicional, é determinada em função de necessidades específicas de cada situação comunicativa.

Todo enunciado produzido numa determinada esfera comunicativa traz, na perspectiva de Bakhtin (1997 [1953]), a “intenção discursiva” do locutor. Segundo o autor, está à disposição do falante um repertório muito rico dos mais variados gêneros que servem de instrumentos para a concretização das intenções discursivas. Ou seja, quando um sujeito-locutor produz um enunciado, ele o constrói a partir de uma estrutura relativamente estável, já existente e que lhe está disponível para uso nas mais variadas situações de comunicação. Logo, na concepção bakhtiniana (1953 [1997]), os gêneros não são criados pelos locutores, mas determinados culturalmente. Podem apresentar certa flexibilidade e até mesmo serem mutáveis, porém precisam ter uma estrutura básica estável para que sejam reconhecidos socialmente. Ao utilizar certo gênero para seus propósitos comunicativos, o locutor molda sua fala e/ou escrita a uma estrutura pré-existente, porém isso não significa que não haja espaço, no interior dessa estrutura, para marcar sua subjetividade.

Considerando que a “intenção discursiva” do locutor é um elemento da constituição do gênero e que esse conceito dá relevância à “voz” do sujeito-locutor, acredito que ter a prática pedagógica na aula de língua materna fundamentada por esse conceito pode proporcionar ao aluno condições para expressar sua “voz”.

3.1.1 (Re)leituras do conceito de gênero

As idéias de Bakhtin, desde 1929, vêm influenciando muitos pesquisadores, principalmente os que se dedicam ao estudo dos gêneros. A diversidade de leituras que o conceito de gênero comporta está inteiramente relacionada ao caráter dialógico (e também dialético) que permeia a obra

bakhtiniana. Atualmente, é possível identificar duas tendências. A primeira, “teoria dos gêneros do discurso”, estuda as situações de produção e os aspectos sócio-históricos dos enunciados, tendo como principais representantes o próprio Bakhtin e seu círculo, Brait, Faraco e Tezza. Já a segunda, cujo principal representante é Bronckart (1997), preocupa-se, sobretudo com a materialidade textual (ROJO, 2005).

Neste trabalho, mobilizo alguns conceitos da segunda tendência, sobretudo, os relacionados ao que tem sido chamado de “grupo de Genebra”, cujas idéias têm sido amplamente divulgadas no Brasil desde a década de 1990. Os pesquisadores desse grupo associaram a concepção de língua/gem e gênero bakhtiniana à concepção sócio-interacionista do desenvolvimento psicológico de Vygotsky. Essa associação provocou o surgimento do interacionismo sócio-discursivo (SOUZA, 2003). Trata-se da união de uma teoria de língua/gem de base sócio-discursiva (BAKHTIN, 1929, 1953) a uma outra que, devido à preocupação com o processo de construção dos conhecimentos, privilegia a relação pensamento e linguagem, porém sem desconsiderar o seu caráter social. O ponto convergente entre ambas é a importância do aspecto social; o ponto complementar é que uma é de base discursiva e a outra, de base psicológica.

Desse grupo de Genebra, destaca-se o trabalho de Schneuwly & Dolz (2004), no qual é encontrada a idéia de gênero como meio de articulação entre as práticas sociais e os objetos escolares. No grupo, a atividade de linguagem é definida como um sistema de ações, sendo que uma ação de linguagem consiste em produzir, compreender, interpretar e/ou memorizar um conjunto organizado de enunciados orais ou escritos (um texto). Toda ação de linguagem implica diferentes capacidades da parte do sujeito, tais como adaptar-se às características do contexto e do referente (capacidade de ação), mobilizar modelos discursivos (capacidades discursivas) e dominar as operações psicolinguísticas e as unidades linguísticas (capacidades linguístico-discursivas). Na perspectiva desses autores, é por meio dos gêneros que se articulam as diversas práticas de linguagem e a atividade do aprendiz.

Vale lembrar aqui um estudo de Rojo (1998) em que a autora salienta a existência de gêneros específicos da instituição escolar. Há gêneros escolares que só funcionam na escola, cujo objetivo é ensinar. Tais gêneros funcionam como instrumento de comunicação na instituição escolar (definições, explicações, instruções, regras, avisos, boletins etc). Esses gêneros são assimilados pelo aprendiz de forma natural, considerando-se que ele está, durante boa parte de seu tempo, exposto a essas práticas de linguagem na situação de comunicação escolar. Rojo (1998) aponta também para a existência dos “gêneros escolarizados”, que são objeto de ensino/aprendizagem (gêneros secundários do discurso, transpostos para a sala de aula): narração escolar, descrição, dissertação.

3.1.2 O impacto do conceito de gênero nas orientações para o ensino de LM

O conceito de gênero ganhou repercussão no ensino de língua materna, tornando-se objeto de ensino, a partir do momento em que foi incluído nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1998). Os PCNs de Língua Portuguesa propõem como perspectiva metodológica dois eixos básicos de articulação dos conteúdos: “uso da língua oral e escrita e reflexão sobre língua e linguagem”. Outra proposta é “que se tome o texto como unidade básica do ensino”, partindo do pressuposto de que a concretização, oral ou escrita, da atividade discursiva ou do trabalho realizado pelos sujeitos em interação se dá através de textos. Estudar o texto, portanto, significa atentar para as questões do gênero, pois, de acordo com os elaboradores do documento do MEC, todo texto é a manifestação concreta de um determinado gênero. Assim, fica claro o vínculo do conceito de gênero dos PCNs ao que é utilizado pelo “grupo de Genebra” (Rojo, 1999).

Diante da enorme variedade de gêneros e das diferentes maneiras de se classificá-los, os PCNs de Língua Portuguesa, valendo-se do critério de circulação social, indicaram os grupos de gêneros seguintes a serem trabalhados

na escola: os literários, os de imprensa, os publicitários e os de divulgação científica. Tal escolha levou em consideração o fato de esses gêneros serem próprios da esfera pública de uso da linguagem e de serem de menor domínio dos alunos.

As orientações dos PCNs para o trabalho com gêneros nas aulas de língua materna refletiram na produção de manuais didáticos para o ensino de Língua Portuguesa. Tem-se tornado comum encontrar nesses manuais propostas de atividades que envolvem, entre outros, gêneros como propaganda, cartas de reclamação, e-mail. Isso pode ser considerado um avanço no ensino de língua materna, o qual deixa de ser orientado por questões gramaticais no nível da sentença, passando a tentar realizar o proposto por Schneuwly & Dolz (2004). Assim, o gênero torna-se um instrumento, um meio de articulação entre as práticas sociais e os objetos escolares.

O professor de língua materna, ao organizar seu trabalho tendo em vista os gêneros, tem a oportunidade de mostrar ao aluno como a linguagem é utilizada para mediar a atuação dos sujeitos nas mais diversas esferas da sociedade. Por exemplo, ao trabalhar com o gênero “carta de reclamação”, o professor não só estará ensinando a estrutura e as formas lingüísticas mais adequadas para esse gênero, mas também dando ao aluno um instrumento de atuação na sociedade. Ou seja, essa prática escolar pode incutir na mente do indivíduo que ele tem o direito de reclamar, por exemplo, numa loja em que efetuou uma compra e foi mal atendido ou, então, de um possível defeito do produto adquirido. Outro exemplo nessa direção seria o trabalho com o gênero dissertativo, já que, na vida em sociedade, é preciso, em certos momentos, expor pontos de vista, oralmente ou por escrito. Não é incomum que, em entrevistas de emprego, exija-se do candidato que exponha seus pontos de vista acerca de determinado tema da atualidade e que saiba argumentar em favor deles.

Além desses gêneros que são exigidos em práticas cotidianas específicas, faz parte também das orientações dos PCNs o trabalho com os gêneros que são de menor domínio dos alunos, entre eles, os que circulam na

imprensa. Por isso, é comum encontrar, em manuais didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental, tarefas que envolvem a produção de notícia, entrevista, artigo de opinião, entre outros.

Até aqui, o que foi dito sobre as orientações dos PCNs refere-se ao ensino fundamental, pois as preocupações com transposição do conceito de gênero para a escola deram-se primeiramente nesse nível do processo de escolarização. Porém, para este trabalho, são muito relevantes as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM (BRASIL, 2000).

Ao ler as orientações dos PCNEM, fica claro que seus elaboradores têm como referencial teórico para as práticas pedagógicas de Língua Portuguesa conceitos desenvolvidos por Bakhtin e Schneuwly & Dolz, já apresentados no início deste capítulo. De Bakhtin, emerge no texto dos PCNEM as noções de *dialogia* como elemento constitutivo da linguagem e de *gênero do discurso*, o que pode ser observado nos excertos seguintes.

O aluno deve ser considerado como produtor de textos, aquele que pode ser entendido pelos textos que produz e que o constituem como ser humano. O texto só existe na sociedade e é produto de uma história social e cultural, único em cada contexto, porque marca o diálogo entre os interlocutores que o produzem e entre os outros textos que o compõem. O homem visto como um texto que constrói textos.

O processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativa língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade me geral. [grifo meu] (BRASIL, 2000, p.18)

De Schneuwly & Dolz (2004), fica clara a noção de gênero discursivo como *instrumento*. Ou seja, “ensinar” gêneros significa dar ao aluno meios para que possa agir de forma eficaz nas mais diversas situações em que precise usar a linguagem. Isso fica claro no trecho abaixo.

A escola não pode garantir o uso da linguagem fora do seu espaço, mas deve garantir tal exercício de uso amplo no seu espaço, como forma de instrumentalizar o aluno para o seu desempenho social. Armá-lo para poder competir em situação de igualdade com aqueles que julgam ter o domínio social da língua. [grifo meu] (BRASIL, 2000, p. 22)

Ainda a respeito do excerto acima transcrito, creio que valha a pena enfatizar a orientação dos PCNEM no sentido de que o ensino de Língua Portuguesa deva contribuir para o exercício da cidadania do aluno. Assim, considerando que é impossível exercer cidadania sem ter “voz” própria, uma das preocupações dos elaboradores desse documento, ao propor a incorporação do conceito de *gênero* nas práticas pedagógicas de Língua Portuguesa, foi criar condições para que, na escola, o aluno desenvolva essa habilidade de construir e expressar sua “voz”.

A pergunta que se coloca neste momento é: Que tipo de atividade o professor de Língua Portuguesa poderia propor aos seus alunos para criar condições de construir/expressarem suas “vozes”, isto é, seus próprios pontos de vista, seus propósitos discursivos? Embora existam propostas que envolvam gêneros como o debate, o seminário, a dissertação tende a ser privilegiada ao longo do ensino médio, nas escolas em geral, tanto públicas quanto privadas.

3.2 DISSERTAÇÃO: UM GÊNERO TEXTUAL?

3.2.1 Percurso sócio-histórico

A dissertação, muitas vezes considerada uma escrita como um fim em si mesmo e que não existe fora do contexto escolar, atualmente vem sendo utilizada em outros contextos, tais como: processos seletivos de universidades e empresas privadas, concursos públicos etc. Assim, a dissertação, originalmente uma forma de composição francesa, é uma prática ideológica que está condicionada a valores culturais e não um mero exercício escolar (GALVÃO, 2007). Com base nas reflexões feitas por Galvão (2007), destaco alguns momentos importantes do percurso sócio-histórico da dissertação.

Já no século XVI, a dissertação era praticada na França no domínio da crítica literária. Posteriormente, tornou-se de domínio público, marcando nascimento da “retórica mundana” (pela retórica dos “mundanos”, homens

públicos que se tornaram cultos sem serem arrogantes e pedantes) e a passagem da cultura predominantemente oral para a escrita.

No século XVII, a cortesia ainda é uma das principais características a serem cultivadas pelo homem público. Nesse contexto, em que houve a afirmação do estilo “mundano”, é dada grande importância ao falar e escrever bem, tanto em prosa quanto em verso. Assim, dissertar era

um exercício de reflexão crítica, fundamentado numa argumentação sobre um objeto qualquer de ordem literária (aquilo que corresponde hoje ao ensaio literário ou às dissertações exigidas no concurso para obtenção do CAPES, *Certificat d’Aptitude au Professorat de l’Enseignement du Second Degré*, ou no da *agrégation*, concurso que, instaurado por Luís XV, seleciona professores do ensino secundário e superior), torna-se um vetor de vulgarização da reflexão literária. [grifo meu] (GALVÃO, 2007)

As produções em língua nacional aqui eram mais abundantes, pois acompanharam a passagem da escola para a “mundanidade”. Por causa do seu nível de instrução e dos códigos da época, as “damas” eram o público-alvo das dissertações. Foi esse modelo, estabelecido no século XVII que se consolidou no século XIX e prevaleceu até meados do século XX.

Mas afinal, quando a dissertação passou a fazer parte do ensino? De acordo com Galvão (2007), até o século XVIII, na França, não há registros nos manuais escolares sobre a prática da dissertação, embora, conforme descrito acima, fora da escola ela fosse de amplo uso e conhecimento. Somente no século XIX, a prática da dissertação aparece nos exames universitários de alto nível (*doctorat*). É por volta de 1880, no entanto, que ela deixa de ser um exercício literário para fazer integrar disciplinas como a filosofia e a história.

No século XX, devido ao desenvolvimento da ciência, a dissertação, vista como produção que preza pela argumentação clara e objetiva, torna-se importante. Nesse momento, há uma separação entre a dissertação como um exercício da arte e da análise literária e a que se presta a demonstrações científicas.

Através desse percurso sócio-histórico é possível perceber que ao se

afirmar que a dissertação é “gênero tipicamente escolar” há um equívoco ou, no mínimo, uma inversão histórica, pois tal gênero foi “escolarizado” a partir do mais alto nível de ensino (doctorat).

3.2.2 A dissertação como um gênero textual

Conforme demonstrado na seção anterior, a dissertação não é um gênero surgido na escola, nem para fins escolares. No entanto, foi na escola que ela permaneceu e manteve as principais características da “composição francesa”, além ter incorporado outras que são típicas do contexto de ensino-aprendizagem da escrita.

Aqui, por aderir à concepção de texto de Bronckart

[textos] são produções verbais efetivas que assumem aspectos muito diversos, principalmente, por serem articulados a situações de comunicação muito diferentes. (...) são produtos da atividade humana e, como tal, estão articulados às condições de funcionamento, das formações sociais no seio das quais são produzidos. (BRONCKART, 1999, p. 69-72)

e ao posicionamento de Souza (2003), considero a dissertação um gênero textual. O que chamo de dissertação situa-se entre os chamados gêneros da ordem do argumentar/expor. Através dela, o produtor demonstra conhecimentos dos fatos, apresenta provas a fim de persuadir e/ou convencer o leitor que, com isso, tem acesso às representações de mundo, crenças e valores do autor. Atualmente, esse gênero é encontrado com maior frequência no ambiente escolar e em concursos, incluindo-se aí os exames vestibulares.

Seguindo o proposto por Souza (2003), a dissertação pode ser produzida na escola e/ou em concursos por um aluno e/ou candidato que tem como leitor privilegiado um professor e/ou examinador com formação voltada para o ensino de língua materna. O produtor da dissertação assume o papel social de aluno e/ou candidato e como isso passa a ser esperado dele a expressão e defesa das idéias e pontos de vista assumidos de forma efetiva. Já o leitor assume o papel ora de professor ora de examinador. Assim, seu objetivo, muito mais que aderir ao posicionamento assumido pelo produtor ou refutá-lo passa a ser avaliar a

competência lingüístico-discursiva do aluno e/ou candidato. No contexto da aula de língua materna, dependendo das opções político-pedagógicas do professor, ele pode tornar-se um mediador. A dissertação na escola e nos concursos, além de ter como objetivo conseguir a adesão de um auditório restrito, busca, através da consecução de tal objetivo, atestar a competência lingüístico-discursiva do produtor.

Os processos discursivos envolvidos na produção da dissertação mantêm uma relação intrínseca não só com o momento histórico-social do autor, mas também das instituições que são freqüentadas por ele. A principal característica lingüístico-discursiva da dissertação é o emprego da chamada “modalidade culta da língua escrita”. Disso decorre o uso de frases declarativas, de verbos no presente (com valor atemporal), de verbos que estabelecem a relação causa e efeito (causar, originar etc), de verbos *dicendi* (afirmar, considerar etc), de verbos que concordam com a 1.^a pessoa do plural (nós), de modalizações lógicas e operadores argumentativos.

Neste trabalho, à luz das considerações feitas acima, tomo a dissertação como um gênero. Ainda que considerasse a concepção de gênero de discurso em Bakhtin (1997 [1953]), manteria tal posicionamento, pois a dissertação praticada na escola cumpre os requisitos necessários: o conteúdo temático (conteúdos que se tornam dizíveis através dos gêneros), o estilo verbal (recursos da língua – lexicais, fraseológicos e gramaticais) e a construção composicional (as formas típicas dos gêneros discursivos). Além disso, existe uma função social, já que o aluno precisa desse gênero para cumprir algumas tarefas em seu processo de escolarização e em algumas situações não-escolares. Mesmo quando se pensa a produção da dissertação no contexto de exames vestibulares, é possível continuar afirmando que se trata de gênero e não apenas um tipo textual. Tal posição é corroborada por Meurer & Motta-Roth quando os autores afirmam que

No texto produzido no concurso vestibular, os candidatos devem comprovar competência discursiva através da construção de um texto coerente e coeso, adequado ao contexto da prova, não só

em termos de correção gramatical, mas também em termos de desenvolvimento do tema proposta sem tergiversações, com vocabulário adequado e com uma tese central sustentada por uma argumentação bem conectada, de modo a comprovar que está apto para ingressar no ensino superior. (MEURER; MOTTA-ROTH, 2002, p. 162)

3.3 NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ESCRITA EM LM

3.3.1 A era da informação

Nas sociedades atuais, a língua escrita tende a circular em contextos formais, entre os quais a escola. Dentre os vários lugares onde a aprendizagem pode acontecer, a escola é, na concepção mais tradicional, o local onde um indivíduo adquire informações e conceitos dos quais ele vai, mais tarde, valer-se para ingressar em uma universidade ou, então, no mercado de trabalho.

No entanto, são poucas as oportunidades criadas para que o aluno interaja de forma autônoma com o texto escrito. Em geral, o professor, que está, ao mesmo tempo e em um mesmo espaço físico, reunido com seus alunos, exerce o papel de “facilitador” que “explica” e “interpreta” para o aluno o que está escrito nos manuais didáticos. É o professor também que, geralmente, traz outras informações além das que estão nos materiais didáticos. Os alunos, aliás, cobram do professor que ele tenha domínio dos conteúdos dos manuais didáticos ao mesmo tempo em que esperam que ele acrescente outras informações. No contexto escolar, portanto, a figura do professor torna-se essencial, já que, sem ele, a aprendizagem não seria possível. Nessa tradição, o professor é elevado ao status de quem detém o conhecimento e pode, portanto, transmiti-lo ao aprendiz. Isso tende a tornar os alunos “dependentes” do professor.

Com o surgimento e a expansão das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), o acesso à informação tem se tornado cada vez mais rápido. Isso tem ampliado os espaços para a construção do conhecimento e apontado para a necessidade de se repensar o papel do professor. A explosão informacional

é uma das características mais marcantes da sociedade atual. Nunca se produziu tanto em tão pouco espaço de tempo. Estima-se que a produção dos últimos 30 anos tenha sido maior que a dos últimos 5000 anos.

O momento atual é marcado pela multiplicação de publicações, especialmente nas áreas da ciência e da tecnologia. O volume de informações produzido deixa cada vez mais evidente que é inviável conceber o professor como o “detentor” do conhecimento em uma determinada área. Além disso, as demandas sociais criam a necessidade de colocar a informação ao alcance de qualquer pessoa, quando e onde for necessário. Os indivíduos carecem de informações recentes, precisas e em curto tempo.

O desenvolvimento da telemática¹⁰ vem atender a essas necessidades na medida em que favorece o crescimento e a diversidade das tecnologias da informação, tornando possível e cada vez mais barato transmitir textos, imagens e sons em grande volume e com rapidez, ampliando as oportunidades efetivas e eficazes de troca de informações. A possibilidade técnica de serem criadas redes e sistemas, usando recursos dessas inovações tecnológicas, facilitou e dinamizou os processos de armazenamento e recuperação de informações.

Quando o assunto é a recuperação de informações e acesso a elas, não se pode desconsiderar o impacto causado com o surgimento da Internet, que é, na era da informação, um símbolo do que a tecnologia tem de mais avançado. A Internet, ao conectar computadores em escala mundial, provê acesso imediato a uma quantidade gigantesca de informações científicas, educacionais, culturais e de lazer, em tempo real e de forma direta. É possível afirmar que, em termos de acesso e circulação da informação, a Internet representa uma mudança comparável à invenção da imprensa.

Considerando as exigências da sociedade atual, a escola não pode ignorar o uso da Internet como meio de comunicação e contato social, como meio de acesso a um conjunto de atividades cotidianas e, principalmente, como fonte

¹⁰ A telemática tem sido definida como um conjunto de tecnologias da comunicação e informação que resultaram da combinação dos recursos da telecomunicação, tais como telefonia e satélites, com o da informática.

de pesquisa. Como enfatiza Covell (2000, p.03), “as mudanças sociais e econômicas mais importantes por que estamos passando estão intimamente ligadas ao desenvolvimento tecnológico”¹¹ e, ainda, “muitas tecnologias digitais e aplicativos estão se tornando poderosas ferramentas de comunicação, de aprendizagem, de troca de informações, de entretenimento e de administração de negócios”¹².

3.3.2 O computador na escola

A chegada do computador à escola tem provocado duas posições bem radicais: alguns a consideram como um problema outros, como uma solução. Essas visões são trazidas por Hawisher e Selfe (1998) ao analisarem o contexto das escolas nos Estados Unidos:

Embora os computadores sejam encontrados em muitas escolas em todos os níveis acadêmicos, muitas controvérsias continuam a acompanhar sua entrada nos contextos educacionais. Por um lado, eles são exaltados como ferramentas revolucionárias que resolverão os problemas dos modelos tradicionais de educação e, por outro, são vistos como sistemas instrucionais caros que têm o potencial de destruir o elemento humano na educação. (HAWISHER; SELFE, 1998)¹³

Paralelamente a essa controvérsia, muitas escolas, principalmente as da rede particular de ensino, tentando aderir à nova era, resolveram montar laboratórios com modernos computadores e incluir em seus currículos aulas de informática. Nessas escolas, tornou-se comum a aula na sala de multimídia com acesso à Internet. Houve uma euforia inicial que criou expectativas demasiadamente alentadoras a respeito da nova tecnologia e seus efeitos em práticas pedagógicas. Acreditou-se até que o processo de ensino-aprendizagem

¹¹ “the most prominent societal and economic changes we are experiencing are intimately tied to technological developments”. (COVELL, 2000, p.03)

¹² a variety of new digital technologies and applications are proving themselves to be powerful tools for communicating, learning, sharing information, entertaining, and conducting business.” (COVELL, 2000, p.03)

¹³ Although computers can be found in great numbers in schools at every academic level, a good deal of controversy continues to accompany their entry into educational settings. On the one hand, they are greeted as revolutionary tools that will cure the ills of outmoded educational approaches and, on the other, they are viewed as expensive instructional delivery systems that have the potential to destroy the human element in education.”

seria mais eficaz com a presença do computador na escola. Porém, essa visão mais otimista tem sido questionada por alguns autores.

Para Fagundes (2003), as tecnologias da informática representam uma forma de buscar alternativas pedagógicas diferentes daquelas oferecidas por um ensino denominado tradicional. Segundo a autora, as fontes de informação que os professores utilizam nas escolas (livros, revistas, materiais impressos em geral) estão, em sua maioria, defasadas, o que dificulta a formação dos alunos e o desenvolvimento de competências, formas de pensar e de conhecer em uma sociedade permeada pelos avanços técnico-científicos. Assim, a autora aponta as tecnologias da informática como uma alternativa para se renovar a escola e a educação.

Esse otimismo certamente se choca com posicionamentos que vão desde o comedimento no alerta de Valente (1999) ao radicalismo de alguns professores. Valente (1999) alerta que não basta comprar equipamentos sofisticados como os computadores e inseri-los nas escolas para que haja mudanças. Os professores mais radicais alegam que, com o tempo, os alunos não conseguiriam mais escrever com lápis e caneta e nem se esforçariam para aprender as regras de acentuação e grafia da Língua Portuguesa, pois o editor de texto faria isso por eles.

Tal posição vai de encontro à de Snyder (1998), quando a autora afirma que uma nova tecnologia nunca tira o lugar da antiga, mas sim a complementa. O medo do professor é que seus alunos deixem de aprender a escrita. Como pontua a autora, o mais provável é que “várias tecnologias continuarão a coexistir, a interagir e até a completar umas às outras.” (SNYDER 1998)¹⁴ De acordo com tal visão, os alunos continuarão a ler e escrever da forma tradicional e também passarão a explorar o potencial de outras tecnologias.

Os professores também avaliam que os alunos passam muito tempo em salas de bate-papo, cuja linguagem é cheia de “erros”, e isso contribuiria para que eles escrevessem mal. Além disso, a Internet facilitaria a “cola” nos trabalhos

¹⁴ a number of technologies will continue to co-exist, interact, even complement each other”

escolares. Dessa maneira, tanto o computador quanto a Internet passaram a ser vistos, em muitas escolas, como vilões do processo de ensino-aprendizagem.

Creio que um dos principais motivos de uma visão negativa a respeito da Rede por parte de muitos professores está no fato de eles não estarem devidamente preparados para usar este recurso em seu favor. Na realidade, muitos ainda não têm conhecimento técnico suficiente que lhes permita explorar os recursos da Rede. Isso é apontado por Withrow (2004), quando o autor afirma que

Há uma grande falta de professores preparados para usar as novas tecnologias. Os alunos secundaristas sabem que são especialistas em Internet e que, embora alguns de seus professores tenham, na melhor das hipóteses, um conhecimento mediano sobre o uso da Rede, a maioria deles são iniciantes. (WITHROW, 2004, p.50)¹⁵

Essa crítica também é apontada por Silva (2003), ao defender que

Sem que o professor esteja objetivamente habilitado para o uso dos computadores, incluindo aqui o domínio dos principais programas e das principais linguagens para a produção/recepção de informações virtuais, serão mínimas as chances de uma socialização da Internet em nosso meio ou, se quiser, será muito lento esse processo, retardando sobremaneira o usufruto dos seus benefícios pela maioria da população brasileira. (SILVA, 2003, p.27),

Como Withrow (2004, p.3) pontua, “a tecnologia não é um fim em si mesmo; ela deve ser direcionada para um objetivo. Ela nos capacita a fazer algo de maneira melhor do que fazemos sem ela. Cada nova tecnologia provoca efeitos positivos e negativos.”¹⁶

Assim, entendo que o professor precisa se inserir no contexto das grandes mudanças que as novas tecnologias estão provocando e estar preparado

¹⁵ There is a critical shortage of teachers who are prepared to use the new technologies. High school students feel they are experts on Internet and that, although some of their teachers are at best moderate experts in its use, most teachers are beginners. We need teachers who are competent in content areas, understand theories of learning, and can engage all students.”

¹⁶ technology is not an end in itself; it must be directed toward a goal. It enables us to do something better than we can do without it. Each new technology brings with positive and negative effects

para perceber o que elas têm trazido de positivo ou de negativo e, a partir daí, decidir qual a melhor maneira para inseri-las em sua prática pedagógica.

3.3.3 A relação da leitura com a produção da dissertação: questões sobre a Internet

Se um indivíduo “quer ser um cozinheiro mais sábio ou quer ter fantasias mais elaboradas sobre comida”, deve “ler repetidamente livros de culinária” (BAZERMAN, 2005). Ou seja, a leitura constante de algum gênero da escrita faz desenvolver habilidades exigidas para tal atividade. Assim, pode-se concluir que, se o professor de Língua Portuguesa criar condições para que o aluno circule pelos mais diferentes gêneros, tanto da fala, quanto da escrita, estará contribuindo para que ele se identifique com uma ou outra atividade social, o que poderá contribuir de modo significativo até para sua escolha profissional. Assim, o primeiro passo para quem deseja escrever bons textos dissertativos é ler textos dissertativos e outros da ordem do argumentar/expor. É dialogando com as vozes presentes nesses textos que o aluno constrói e define sua própria voz.

Partindo-se do pressuposto de que a produção da dissertação está diretamente associada à leitura, o professor de língua materna, ao trabalhar com produção da dissertação, precisa envolver os alunos em tarefas que lhes possibilitem adquirir um conhecimento acerca dos mais variados temas que circulam na sociedade. Quanto mais conhecimento ele adquire, maior sua capacidade de ler outros textos mais complexos a respeito do assunto. As informações que circulam através de diferentes textos são perspectivas sobre a realidade que marcam e sustentam as diferentes vozes sociais.

Entretanto, a leitura não pode ser vista apenas na perspectiva de se adquirir conhecimento sobre um tema, conhecimento esse que o aluno reproduziria em seu próprio texto de forma aleatória. A perspectiva dialógica da leitura contribui para que o aluno desenvolva a competência de perceber, em um texto, as diferentes vozes que ali estão dialogando. E, com isso, ele teria mais condições de, em seu texto, dialogar também com essas outras vozes. Bakhtin

(1929) afirma que

O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência de enunciados anteriores _ emanentes dele mesmo ou do outro _ aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados. (BAKHTIN, 1929)

Assim, no processo de ensino-aprendizagem da dissertação, o professor pode propiciar ao seu aluno condições para que ele torne-se um respondente, ou seja, que ele dialogue, por meio de seu texto (enunciado), com autores de outros textos (enunciados) a respeito do tema sobre o qual está dissertando. Essa idéia pode ser apoiada em Stam (1992), quando o autor afirma que

Cada enunciado é pleno de ecos e reverberações de outros enunciados, com os quais se relaciona pela comunhão da esfera da comunicação verbal (...) Cada enunciado refuta, confirma, complementa e depende dos outros; pressupõe que já são conhecidos, e de alguma forma os leva em conta. (STAM, 1992, p. 73)

Creio que, quando o professor de língua materna inicia um trabalho mais sistemático com a dissertação, ele precisa ter essas perspectivas a respeito de linguagem, leitura e de produção de texto. Além disso, ele deve também passar tal visão para seu aluno, em vez de dar ênfase apenas à estrutura do texto, como ressalttei anteriormente. Para a prática do professor se torne mais eficaz, ele precisa trabalhar com a noção de gênero e com uma perspectiva dialógica da leitura. Ter a prática pedagógica embasada pela noção de gênero traz implicações para a avaliação dos textos. Logo, passa a não ser suficiente apenas a preocupação com os aspectos lingüísticos, mas, sobretudo, com a maneira como o aluno consegue estabelecer um diálogo efetivo com os textos lidos para construir/expressar a sua “voz”.

4 A INCORPORAÇÃO DOS TEXTOS DA INTERNET NA DISSERTAÇÃO DE ALUNOS DO 2.º ANO DO ENSINO MÉDIO

Nesse capítulo discuto, a partir de dados empíricos, o incorporação dos textos da Internet na dissertação de alunos do segundo ano do ensino médio. Inicialmente, busco discriminar os critérios que esses alunos, espontaneamente, têm adotado para selecionar os textos da Rede que servem de fonte para a construção de suas dissertações. A seguir descrevo e analiso cinco dissertações que foram selecionadas como sendo prototípicas de exemplos recorrentes no corpus das 159 produções, por mim avaliadas. Esses exemplos podem servir para nortear professores de língua portuguesa, que tenham interesse de usar Internet como fonte de consulta, uma vez que eles ilustram diferentes tipos de interlocução com os textos extraídos da Rede. Entendo que a produção desses alunos é, fundamentalmente, um processo de retextualização, no qual, a partir de um ou vários textos-base selecionados da Internet, o aluno produz um novo texto, a dissertação. A reprodução e a reformulação de excertos dos textos-base foram as operações lingüístico-discursivas mediadoras dessa produção que teve início na proposta do tema e indicação do suporte dos textos-base, feitas pelo professor e na utilização de critérios de seleção, uso de estratégias de leitura, por parte dos alunos, culminando na escrita e apresentação da dissertação. Ressalto, na análise que as categorias, *reprodução* e *reformulação*, indicam, respectivamente, uma

gradação que vai da menor à maior transformação dos enunciados mobilizados dos textos-base pelos alunos para a construção dos seus argumentos.

Chamo também a atenção para o fato de que certos níveis de reprodução textual podem ser indicativos de que os alunos encontram-se em diferentes estágios na aquisição do gênero dissertativo.

4.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE TEXTOS E (DES)VANTAGENS DA BUSCA DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Por não terem recebido qualquer instrução sobre como fazer a seleção dos textos-base na Rede, os alunos utilizaram/criaram seus próprios critérios. Os registros que serviram de referência para a identificação desses critérios foram obtidos através da análise das informações dos relatos escritos, tarefa opcional, entregue pelos alunos juntamente com a dissertação e o histórico de leitura, tarefa central. Nesse relato, solicitei informações sobre os critérios de seleção dos textos, as vantagens e as desvantagens do uso da Internet para busca de informações. Dos 205 alunos que enviaram a dissertação, tarefa obrigatória, 159 escreveram esse relato.

A análise dos relatos indicou que um número significativo de alunos, 76,10%, recorrem ao uso de ferramentas de busca quando consultam a Internet. Três ferramentas de busca foram apontadas como as de uso mais freqüente: *google*, *yahoo* e *cadê*. Desses 76,10%, 43,80% afirmaram que selecionaram os textos consultados das duas primeiras páginas que apresentaram os resultados da busca realizada.

Uma parcela bem menor (14,47%) utiliza critérios mais específicos: *sites* de universidades, de órgãos públicos ou de instituições renomadas. Apenas 5,03% utilizam revistas e jornais *on line*, como indica o gráfico que segue.

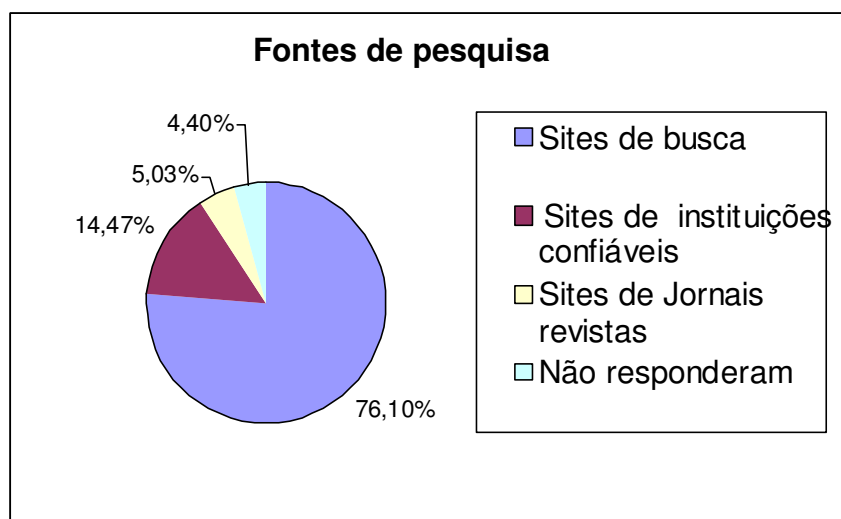


Gráfico 7 - Fontes de pesquisa na Rede.

O fato de alguns adolescentes adotarem critérios mais específicos para a sua busca indica a preocupação com a fonte do texto. Para esses alunos, o texto encontrado na Internet não pode ser considerado, *a priori*, confiável, por isso eles buscam fontes “mais tradicionais” as quais também disponibilizam seus textos na Rede. Mesmo esses alunos mais cuidadosos em relação à busca, disseram fazer a seleção dos primeiros textos que aparecem no resultado da busca. Isso aponta uma necessidade urgente de orientação aos alunos para que eles tenham ciência dos critérios adotados pelas ferramentas de busca para criar listas de endereços (Walton, 2004).

O título (24,30%); a adequação do texto ao tema da pesquisa (18,16%); a posição em que o texto aparece no resultado da busca (14,80%); a leitura parcial (13,41%); extensão do texto (9,78%); Tipo e tamanho da letra (5,59%), linguagem simples (3,91%); diversidade de opiniões (3,35%); leitura integral (2,79%); formatação do texto (2,23%) e autor (1,68%) foram critérios adotados para a seleção dos textos relevantes para a leitura, como mostra o gráfico abaixo.

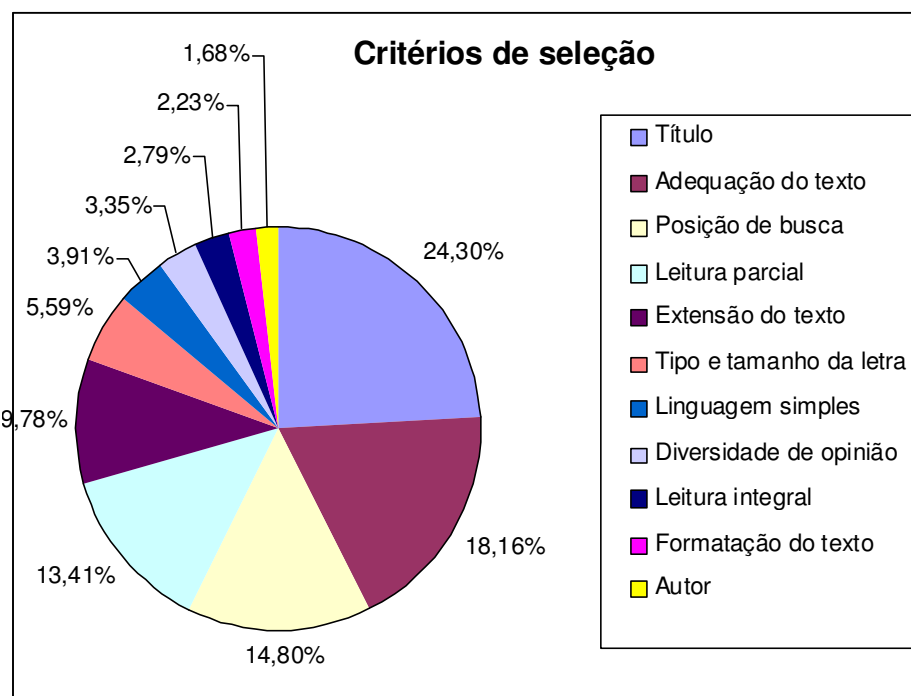


Gráfico 8 - Critérios de seleção de textos da Rede.

A partir desses resultados, percebe-se que os alunos em questão ainda não desenvolveram estratégias que favoreçam a seleção adequada de textos para leitura. Dos dois critérios mais utilizados, é preciso considerar que nem sempre o título está coerente com o conteúdo e, além disso, o fato de alguns textos aparecerem nas duas primeiras páginas dos resultados de busca não indica, necessariamente, que sejam eles os mais relevantes sobre o tema. A opção pela leitura parcial, apontada nas respostas dos alunos, assemelha-se ao que foi encontrado por Nielsen (2000) em sua pesquisa. Nesse estudo, os resultados também indicaram que uma parcela significativa de usuários da Rede (79%) fazia apenas uma leitura parcial do texto.

Em relação às vantagens do uso da Internet na construção de conhecimentos, dois aspectos se destacaram. O primeiro, citado em 32,63 % dos relatos, foi a facilidade, a rapidez e a praticidade com que a busca pode ser realizada. O segundo, citado por 32,28% dos alunos, foi a grande quantidade de

informações disponibilizada na Rede. Isso pode ser observado no gráfico que segue.

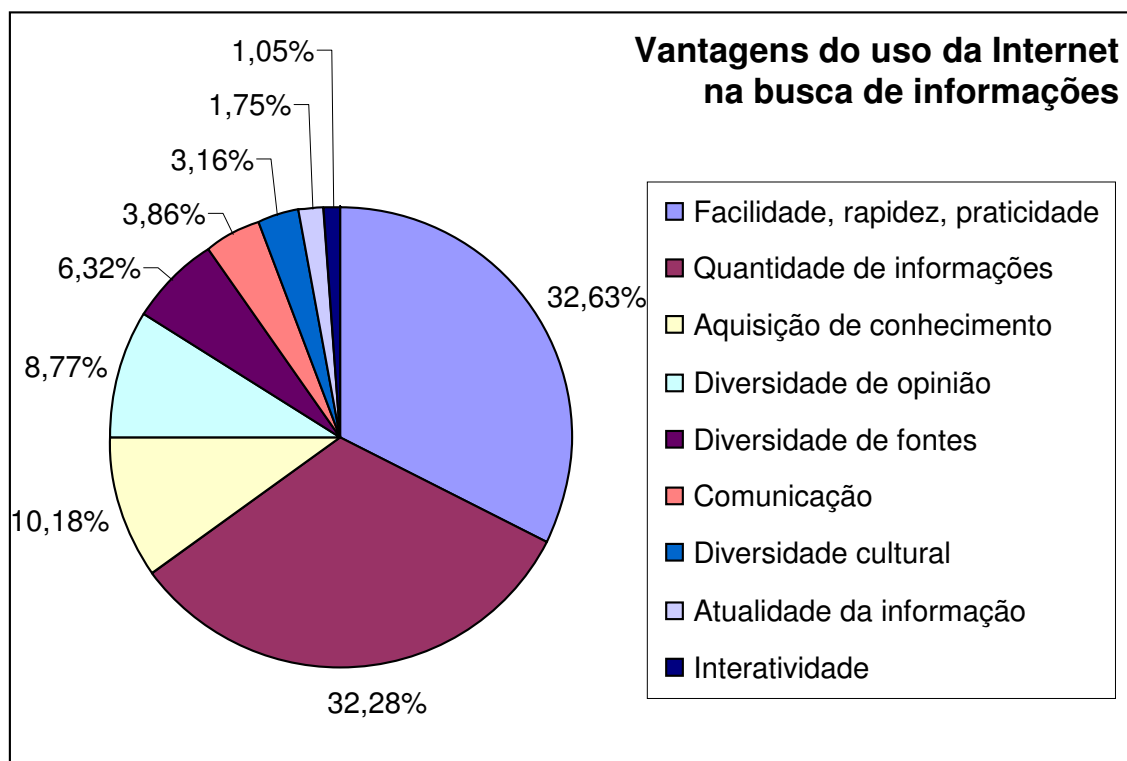


Gráfico 9 - Vantagens do uso da internet na busca de informações

A Internet, sendo “um banco de informações potencialmente infinito” (BRAGA, 2007, p.182), pode ser incorporada às práticas ensino-aprendizagem. As vantagens listadas mostram que os alunos já entendem a Rede como uma ferramenta para aprendizagem. A dinamicidade, atualidade e interatividade, características inerentes à Internet e mencionadas pelos alunos como pontos positivos, possibilitam o acesso à diversidade cultural e de pontos de vista. Tais características tornam-se especialmente relevantes para a produção da dissertação, já que nesse gênero é exigido do autor um posicionamento claro acerca do tema proposto.

Quanto às desvantagens, 25,64% dos alunos apontaram a falta de confiabilidade nas informações disponibilizadas na Rede; 16,67%, a dificuldade na

seleção dos textos sobre temas de interesse; 10,68%, o mal-estar físico – como dores de cabeça – causado pelo estresse da interação mediada pela tela do computador; 7,26%, o excesso de informações. Esses resultados podem ser constatados no gráfico abaixo.

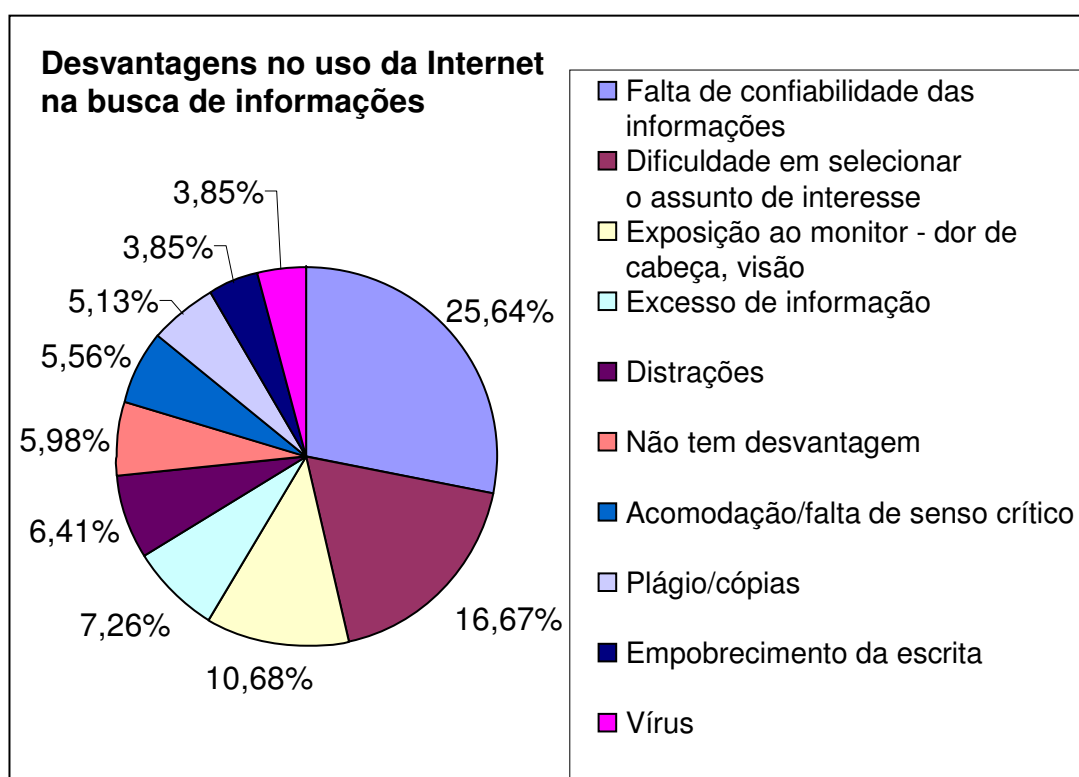


Gráfico 10 - Desvantagens no uso da internet na busca de informações

Em relação às questões de confiabilidade, cerca de um quarto dos alunos reconheceram a necessidade de cautela nas consultas feitas na Internet. Essa falta de confiabilidade deve-se ao fato de que, diferentemente dos materiais impressos e tradicionalmente utilizados para pesquisas – tais como jornais, revistas, enciclopédias, livros didáticos, entre outros – na Rede, não há instrumentos de controle tão rígido para a divulgação das informações.

Outro aspecto indicado como problemático foi o volume de informação. Na percepção desses alunos, a quantidade de informação disponibilizada *on line*,

além de gerar dificuldade na identificação e seleção dos textos de interesse, pode tirar o foco da pesquisa. Esse fato foi mencionado por 6,41 % dos alunos. É interessante ressaltar que, enquanto 5,98% dos alunos não vêem desvantagens no uso da Internet, a imensa maioria dos alunos, 94,02 %, aponta problemas, sendo que 14,54% já reproduzem em suas críticas algumas preocupações dos professores quanto ao uso da Rede, tais como plágio, empobrecimento da escrita e falta de senso crítico.

Sintetizando as questões levantadas pelos alunos, por um lado a Internet apresenta uma grande quantidade de informações e facilidades para busca. Por outro, ela traz novos problemas, como dificuldade na seleção e falta de parâmetros socialmente aceitos para atestar a credibilidade de alguns textos. Tendo em vista essa relação que pode ser estabelecida entre os aspectos positivos e negativos apresentados pelos alunos, fica claro que eles reconhecem vantagens e não são ingênuos quanto aos possíveis “perigos” a que estão sujeitos.

A intervenção do professor talvez possa ajudar esses alunos a desenvolverem critérios de seleção mais confiáveis. Por exemplo, parece ser necessário alertar o aluno que nem sempre a leitura rápida ou seleção de fragmentos/links é suficiente para a construção de conhecimentos sobre um tema a ser dissertado. O professor precisa chamar também a atenção dos alunos para a necessidade de selecionar textos que tragam opiniões divergentes sobre um mesmo tema. Isso se justifica ao se considerar ser o momento da leitura aquele em que o aluno tem a oportunidade de perceber como diferentes vozes são articuladas nos textos em que há o posicionamento de um autor sobre um determinado tema.

4.2 ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELOS ALUNOS: OPERAÇÕES DE RETEXTUALIZAÇÃO E POSICIONAMENTO DO AUTOR

A análise das cinco dissertações selecionadas foi norteadas por dois critérios avaliativos centrais: o posicionamento do aluno frente ao tema, que marca sua voz, no sentido bakhtiniano do termo; e a retextualização através da qual o aluno se apropria, integra e transforma os textos lidos. A noção de retextualização, que adotei como fundamento da minha análise, foi proposta por Marcuschi (2000) e Matêncio (2002). A retextualização, conforme a proposta de Marcuschi (2000, p. 46), é a transformação que ocorre na passagem do texto falado para o texto escrito, a qual envolve operações complexas que interferem tanto no código quanto no sentido. Já para Matêncio (2002, p.111), independentemente da modalidade, “retextualizar é produzir um novo texto a partir de um [grifo meu] texto-base”. Resignificando essas propostas, entendo que retextualizar é produzir um novo texto, a dissertação, tendo como fonte um ou vários textos-base da Internet identificados no histórico de leitura ou que, mesmo sem a menção no histórico, puderam ser localizados. A reprodução e a reformulação¹⁷ foram as estratégias lingüístico-discursivas através das quais se deu a retextualização.

Mais especificamente, entendo como reprodução a operação em que o aluno utiliza diferentes excertos de um mesmo texto-base e/ou diferentes excertos de textos-base diversos transpondo-os para a sua dissertação sem transformações significativas no nível de conteúdo e linguagem. Na reformulação, apesar do aluno também utilizar diferentes excertos de um mesmo texto-base e/ou diferentes excertos de textos-base diversos, os quais permanecem reconhecíveis em seu texto, ele realiza mais transformações. Tanto na reprodução quanto na reformulação, os alunos utilizaram diferentes estratégias¹⁸ lingüístico-discursivas:

¹⁷ Aqui reprodução e reformulação são apresentadas separadamente por questões de ordem metodológica, no entanto, em um mesmo texto as duas podem ser encontradas.

¹⁸ Aqui utilizo a definição de estratégia que pode ser encontrada em Solé (1998), i.e., suspeitas inteligentes sobre a forma mais adequada de agir para se atingir um objetivo. Por ser um procedimento, permite a seleção, avaliação, persistência ou abandono de ações para que se cumpra um determinado objetivo. As estratégias regulam a atividade das pessoas, mas não chegam a prescrever nenhum tipo de ação.

retirada de itens lexicais, de sintagmas verbais e nominais e de orações; substituição de itens lexicais, de sintagmas verbais e nominais e de orações. A diferença entre as duas operações reside na abrangência das transformações. Através dessas duas operações, os alunos transpõem para seus textos, em diferentes graus de proximidade, determinados excertos dos textos lidos e usados como fonte inicial.

A retextualização, apesar de sua importância, não garante que o aluno consiga expressar claramente posicionamento a respeito do tema. Assim, encontrei dissertações com maior incidência de reprodução e sem marcas da tomada de posição do aluno a respeito do tema; dissertações com maior incidência de reprodução, nas quais o arranjo feito pelo aluno deixou explícita uma tomada de posição a respeito do tema; dissertações com maior incidência de reformulação e marcas da tomada de posição do aluno a respeito do tema; dissertações com maior incidência de reformulação, nas quais não há marcas da tomada de posição do aluno a respeito do tema. Abaixo seguem exemplos prototípicos e sua respectiva análise. Ressalto que os nomes e sobrenomes dos alunos citados são todos fictícios.

4.2.1 Reprodução

Para exemplificar essa categoria, considerei relevante apresentar três textos que, em minha perspectiva, trazem resultados significativos e para os quais o professor precisa olhar com cuidado caso objetive um resultado mais produtivo nas aulas de produção do gênero dissertativo. A análise desses textos, porém, fez me levantar hipóteses sobre diferenças em relação ao nível de compreensão que eles têm acerca do gênero dissertação.

O termo eutanásia hoje em dia vem gerando muita discussão em todo o mundo. Ela é justificada como uma forma de aliviar um sofrimento, acarretado por um longo período de algum tratamento não eficaz, não só do paciente, mas também pelo sofrimento dos familiares, gerando sofrimento.

Algumas pessoas aceitam a eutanásia alegando que o paciente tem que ter plena autonomia para escolher se quer ficar sofrendo ou não, mas nos casos inconscientes é a família quem toma a decisão. Outros alegam que a vida tem que ser mantida não impostando a situação do paciente.

No Brasil, a constituição vem assegurando que todo cidadão tem direito a vida, mas não abriga uma pessoa a continuar a viver contra a sua vontade, mas condena qualquer tipo de eutanásia, tendo como pena a quem praticar tal ato de três a seis anos, considerado homicídio simples.

Caso haja permissão para a prática da eutanásia, ocorrerá um enfraquecimento em pesquisas médicas que não vão ter incentivo para encontrar cura das doenças. A participação da eutanásia não só alterará o objetivo à saúde, como influenciará negativamente. Em que alguns médicos praticam tal ato sem consulta com ninguém às vezes por ter algum paciente sem condições de sobrevivência precisando de algum aparelho ocupado por outro que não tem mais salvação.

Há muitas opiniões opostas em relação à vida, em que algum dia estas opiniões poderão vir a se juntar encontrando alguma solução.

- *Texto com maior incidência de reprodução e sem marcas do posicionamento do autor*

Em seu histórico de leitura, a autora da dissertação, exemplo 1, indicou os seguintes endereços onde foram encontrados os 03 textos-base:

http://www.geocities.yahoo.com.br/hzetanoticias/eutanasia/eut_01htm,

<http://www.bioetica.ufrgs.br/eutanasia.htm>

<http://www.providaanapolis.org.br/eutvista.htm>

Nessa dissertação de Suzana, é possível perceber que, em todos os parágrafos, a aluna traz vozes de outros enunciados que abordam o tema da eutanásia, porém seu posicionamento não é claramente marcado. Nos três primeiros parágrafos, são apresentadas, respectivamente, uma definição de eutanásia, uma referência sobre a divergência de opiniões a respeito do tema e uma referência sobre o que diz a Constituição brasileira acerca dessa prática. No quarto parágrafo, parece que a autora vai marcar sua posição, mas isso não passa de uma sutil indicação que se frustra ao não ser retomada conclusão. Ao concluir o texto a partir de uma noção confusa de que para qualquer questão polêmica deve haver uma solução, a autora provoca o chamado “vácuo semântico”(PÉCORA, 1999, p.98). A ausência de marcas que esclareçam o posicionamento da autora prejudica a coerência desse texto, pois, segundo a concepção de Koch e Travaglia (1997), “para haver coerência é preciso que haja possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos.”

As reproduções de excertos encontrados nos textos-base indicados foram mais freqüentes que as reformulações. A seguir descrevo/analiso cada parágrafo a fim de demonstrar como a aluna reproduz alguns trechos dos textos-base e, com isso, deixa de valer-se de seu texto como um espaço para dialogar com as vozes presentes nos textos que leu.

Parágrafo 01 – Dissertação da aluna Susana da Costa ¹⁹	Excerto do texto-base
O termo eutanásia hoje em dia vem gerando muita discussão em todo o mundo. Ela é justificada como uma forma de aliviar um sofrimento acarretado por um longo período de algum tratamento não eficaz, não só do paciente, mas também pelo sofrimento dos familiares, gerando sofrimento	O termo Eutanásia ²⁰ vem do grego, podendo ser traduzido como "boa morte"ou "morte apropriada". O termo foi proposto por Francis Bacon, em 1623, em sua obra "Historia vitae et mortis", como sendo o "tratamento adequado as doenças incuráveis". De maneira geral, entende-se por eutanásia quando uma pessoa causa deliberadamente a morte de outra que está mais fraca, debilitada ou em sofrimento. Neste último caso, a eutanásia seria justificada como uma forma de evitar um sofrimento acarretado por um longo período de doença. (http://www.bioetica.ufrgs.br/eutanasia.htm)

Problemas de referenciação

Problemas de articulação

Repetição

A Relação intertextual

A aluna inicia sua dissertação afirmando, no primeiro período, que a eutanásia vem gerando discussão em todo o mundo. Com isso, o leitor é levado a acreditar que se trata de um assunto polêmico e a esperar que o motivo dessa polêmica seja exposto a seguir. Tal expectativa, no entanto, é frustrada. No segundo período, Susana reproduz um excerto do texto-base justificando a prática da eutanásia, comprometendo, assim a coerência interna do texto²¹ e a informatividade. Isso ocorre porque o excerto reproduzido não justifica por que o tema tem sido alvo de “discussão em todo o mundo” e não há marcas lingüísticas de que seu conteúdo refere-se à posição daqueles que apóiam a prática da eutanásia.

A coerência também é afetada por inadequações no processo de referenciação. Ao iniciar o segundo período com “Ela”, que poderia retomar tanto “discussão” quanto “eutanásia”, a autora contribui para o “desconforto” causado pela quebra de expectativa do leitor. Outro desconforto é gerado porque a autora

¹⁹ Todos os nomes de alunos aqui utilizados são fictícios.

²⁰ Utilizei a fonte de cor azul para destacar relação intertextual entre o texto do aluno e o texto-base.

²¹ Nesse contexto a coerência, apesar de comprometida, não chega a fazer do exemplo citado um “não-texto” muito mais devido aquilo que Grice chama de “necessidade de cooperação” e Charolles de “crédito de coerência” (apud COSTA VAL, 1991) do que pelas utilização adequada e suficiente dos elementos de textuais-discursivos.

parece não perceber que, em períodos longos, o tópico pode ser alterado, também prejudica a coerência interna do texto. Por exemplo, ela se refere ao “sofrimento” e apresenta o comentário de que ele é acarretado por um longo período de algum tratamento não eficaz, porém a continuação torna-se problemática porque, ao usar o articulador “não só”, a autora retoma “tratamento” e não “sofrimento”. Ainda, no final do parágrafo, o segmento “gerando sofrimento” repete uma idéia explicitada anteriormente.

No terceiro parágrafo, abaixo, a autora reproduz um excerto do texto-base que ressalta o direito à vida que todo cidadão tem garantido na Constituição brasileira.

Parágrafo 03 da dissertação da aluna Susana da Costa	Excerto-base
No Brasil, a constituição vem assegurando que todo cidadão tem direito a vida, mas não obriga uma pessoa a continuar a viver contra a sua vontade. mas condena qualquer tipo de eutanásia, tendo como pena a quem praticar tal ato de três a seis anos, considerado homicídio simples.	Somos freqüentemente lembrados de que a constituição brasileira assegura a todo cidadão o direito à vida, o que é fundamental num Estado democrático, mas não aceito a idéia de existir um dever de vida, isto é, uma obrigatoriedade de quem quer que seja continuar vivendo, contrariamente à sua vontade, estribada nos próprios sentimentos e razão. (http://www.geocities.yahoo.com.br/hzetanoticias/eutanasia/eut_01htm) Distinguiu-se a eutanásia de um homicídio simples, não para aumentar, mas para diminuir sua pena. E a diminuição foi grande: reclusão de três a seis anos. O máximo para a pena da eutanásia (6 anos) passa a ser exatamente o mínimo para a pena do homicídio simples! (http://www.providaanapolis.org.br/eutvista.htm)

Problemas de A Relação intertextual
articulação

Após afirmar que a Constituição brasileira assegura o direito à vida, a autora, por meio do elemento coesivo “mas”, incorpora ao seu texto uma outra voz que contraria o fato de alguém ter que viver contra sua vontade. Aqui, pode ter havido um problema de leitura. Ao estabelecer ao retextualizar, a aluna não percebeu que nesse texto havia duas vozes distintas, a do autor do texto-base,

que refuta a obrigatoriedade de vida, e a outra voz outra que o autor traz da Constituição. Da forma como reproduziu os excertos no parágrafo, o princípio da não-contradição foi “violado”. Ao afirmar que “No Brasil, a constituição vem assegurando que todo cidadão tem direito a vida, mas não obriga uma pessoa a continuar a viver contra a sua vontade” o leitor é levado a concluir que a constituição brasileira permite a opção pela eutanásia. Isso entra em contradição com o conhecimento de mundo de um leitor que saiba que, no Brasil, a eutanásia ainda não foi regulamentada. Para o leitor que não conhece o assunto, a afirmação provoca uma interpretação equivocada. Logo após, a aluna acrescenta “mas condena qualquer tipo de eutanásia”, o que contradiz sua afirmação anterior.

No parágrafo 04, conforme pode ser observado abaixo, Susana retextualiza de um trecho de outro texto-base, o qual informa sobre a pena prevista nas leis brasileiras para quem pratica eutanásia.

Parágrafo 04 do texto da aluna Susana da Costa	Excerto-base
Caso haja permissão para a prática da eutanásia, ocorrerá um enfraquecimento em pesquisas médicas que não vão ter incentivo para encontrar cura das doenças. A participação da eutanásia não só alterará o objetivo à saúde, como influenciara negativamente. Em que alguns médicos praticam tal ato sem consulta com ninguém às vezes por ter algum paciente sem condições de sobrevivência precisando de algum aparelho ocupado por outro que não tem mais salvação.	A tradição hipocrática tem acarretado que os médicos e outros profissionais de saúde se dediquem a proteger e preservar a vida. Se a eutanásia for aceita como um ato médico, os médicos e outros profissionais terão também a tarefa de causar a morte. A participação na eutanásia não somente alterará o objetivo da atenção à saúde, como poderá influenciar, negativamente, a confiança para com o profissional, por parte dos pacientes. A Associação Mundial de Medicina, desde 1987, na Declaração de Madrid, considera a eutanásia como sendo um procedimento eticamente inadequado. (http://www.bioetica.ufrgs.br/eutanasia.htm /)
S Substituição	A Apagamento
	A Relação intertextual

No trecho reproduzido, houve a substituição da “poderá influenciar” por “influenciara”, eliminando a modalização, aquilo que era uma hipótese no texto-

base, passa a ser uma certeza na dissertação de Susana. Houve também o apagamento de “a confiança para com o profissional, por parte dos pacientes.”, provavelmente, por que houve uma tentativa de reformulação que pode ser percebida em “Em que alguns médicos praticam tal ato sem consulta com ninguém”.

Se na dissertação é o posicionamento do autor que dá unidade ao texto, a ausência desse posicionamento na produção de Suzana fere a coerência textual, pois, como não há uma idéia central a partir da qual todos os parágrafos deveriam ser formulados, as relações semânticas entre eles são afetadas negativamente.

O exemplo 1 traz à tona uma situação com a qual o professor de Redação vai se deparar ao incorporar a Internet como recurso pedagógico em suas aulas. Não é o fato de ter acesso rápido à informação que levará a uma melhor qualidade na produção dos textos de seus alunos. Antes da Internet, o professor tinha que lidar com o problema do acesso à informação, pois dependia da mídia impressa. Com a Internet, o acesso fica muito fácil, porém isso pode também facilitar a colagem.

É preciso que o professor verifique o motivo por que o aluno fez dessa maneira. As inadequações encontradas na produção de Suzana podem indicar que ela, neste momento, não entendeu, ainda, o que é dissertar, ou seja, que para essa atividade é necessário ter um posicionamento a ser defendido. Podem apontar também que as leituras feitas foram insuficientes para dar suporte ao seu posicionamento a respeito do tema e/ou que a aluna possui uma concepção equivocada de leitura e considera ser preciso reproduzir em seu próprio texto o que foi lido em outros textos.

É preciso salientar que Suzana, ao interagir e trazer para a sua dissertação trechos dos textos lidos, está tentando construir sua própria voz. Nesse processo, porém, a aluna comete alguns deslizes que afetam, como foi visto acima, a coerência de seu texto.

A eutanásia vem sendo ultimamente um assunto muito polêmico. Alguns consideram um tipo de homicídio, outros acham que é apenas uma forma de ajudar aqueles que sofrem. Mas há muitas coisas para se levar em conta antes de discutir um assunto tão sério.

O termo Eutanásia vem do grego, podendo ser traduzido como "boa morte" ou "morte apropriada". O termo foi proposto por Francis Bacon, em 1623, em sua obra "Historia vitae et mortis", como sendo o "tratamento adequado para as doenças incuráveis". Mas essas doenças incuráveis podem variar também, pois a pessoa pode estar doente e ao mesmo tempo consciente, ou então ela pode já estar num estado de coma.

Se a pessoa está consciente e faz um pedido para que a eutanásia seja realizada, ela deve ser considerada uma ajuda, afinal de contas é um desejo que o doente quer que se realize. Pessoas nessas condições geralmente são sensíveis, e um pedido não atendido poderia deixá-las mais tristes ainda, quem sabe até levando-as a ter depressão. É lógico que a eutanásia não pode nem deve ser praticada em qualquer situação. Alguém pode estar fisicamente saudável, porém mentalmente perturbado e pedir para morrer por um motivo qualquer. Em casos como esse, o que se deve fazer é orientar o paciente, mostrar que existem outros caminhos, outras opções que podem ser escolhidas.

Mas se a pessoa está inconsciente, geralmente em coma, como a família pode ter a certeza de que a pessoa está sofrendo e deseja morrer?

Alguns médicos pensam que aceitar a eutanásia seria um regresso científico, pois se chegamos a ponto de encontrar várias curas para doenças seria um retrocesso admitir a indução da morte.

As pessoas têm sim o direito de escolher a sua morte, desde que isso parta delas mesmas e que não sejam induzidas por outros a fazerem isso, sejam médicos, parentes ou até mesmo governadores.

- *Texto com grande incidência de reprodução e com marcas do posicionamento do autor*

Camila indicou, em seu histórico de leitura, os seguintes endereços:

http://geocities.yahoo.com.br/hzetanoticias/eutanasia/eut_01.htm;

<http://www.espacoacademico.com.br/030/30edamasio.htm>;

http://www.contrac.hpg.ig.com.br/a_eutanasia.htm

<http://www.espirito.org.br/portal/artigos/diversos/desencarne/eutanasia.html>.

Nessa produção, em todos os momentos em que estabelece relações de intertextualidade, Camila reproduz trechos dos textos que leu a respeito do tema. Da forma como foi feita, no entanto, essa reprodução, além de não prejudicar a unidade significativa global do texto, foi essencial na construção argumentativa que amparou o posicionamento da aluna: a favor da eutanásia, porém só nos casos em que o paciente, em estado de lucidez, solicita.

No primeiro parágrafo, Camila apresenta a prática da eutanásia como um assunto polêmico. A seguir, marca a divergência de opiniões com os itens lexicais “homicídio” e “forma de ajudar”. No último período, Camila faz uso estratégico do conector “mas”, após o qual ela explicita que vai abordar o tema analisando algo que considera essencial nessa discussão.

Nos dois primeiros períodos do segundo parágrafo, a aluna reproduz literalmente um excerto de um texto-base e, no terceiro período, com suas próprias palavras marca seu posicionamento, conforme se observa no quadro abaixo.

Parágrafo 02 do texto de Camila	Excerto do texto-base
O termo Eutanásia vem do grego, podendo ser traduzido como "boa morte" ou "morte apropriada". O termo foi proposto por Francis Bacon, em 1623, em sua obra "Historia vitae et mortis", como sendo o "tratamento adequado para as doenças incuráveis". Mas essas doenças incuráveis podem variar também, pois a pessoa pode estar <u>doente</u> e <u>ao mesmo tempo consciente</u> , ou então ela pode já estar num estado de coma.	O termo Eutanásia vem do grego, podendo ser traduzido como "boa morte" ou "morte apropriada". O termo foi proposto por <u>Francis Bacon</u> , em 1623, em sua obra "Historia vitae et mortis", como sendo o "tratamento adequado as doenças incuráveis" .http://geocities.yahoo.com.br/hzetanoticias/eutanasia/eut_01.htm

Problemas de articulação

A Relação intertextual

Nesse parágrafo, pode-se perceber que, quando Camila traz de um excerto de um texto-base uma voz que define eutanásia como “boa morte” ou “morte apropriada”, ela faz uma escolha que dá pistas sobre o seu ponto de vista acerca do tema. As expressões “boa morte” e “morte apropriada” trazem um sentido positivo à prática da eutanásia, o qual condiz com o ponto de vista defendido pela aluna, o qual se torna mais explícito no início do terceiro parágrafo.

Ao iniciar o último período desse parágrafo com o articulador “mas”, Camila explicita que está dialogando com a voz que trouxe para seu texto, fazendo uma ressalva: a decisão pela eutanásia deve levar em consideração o estado do paciente que sofre de uma doença incurável. Para fazer essa ressalva, a aluna comete alguns equívocos na formulação do texto. Por exemplo, a partir da leitura do segmento “Mas essas doenças incuráveis podem variar também”, um dos sentidos possíveis de serem construídos é o de que existem tipos diferentes de doenças incuráveis. Porém, a continuação da leitura revela que tal variação não se refere às doenças, mas sim ao estado do paciente. Também há o uso inadequado do articulador “ao mesmo tempo”, estabelecendo a relação semântica de simultaneidade entre estar doente e estar consciente, relação essa que não é pertinente.

A aluna inicia o terceiro parágrafo retextualizando um excerto cuja voz apóia a eutanásia quando o paciente, em estado de consciência, solicita. Essa relação intertextual com o texto-base constitui-se no que Koch (1998) denomina de “intertextualidade das semelhanças”, momento em que o aluno se apropria de

uma outra voz para indicar ao seu leitor a mesma orientação argumentativa do texto-base, o que pode ser observado no quadro a seguir.

Parágrafo 03 do texto de Camila	Excerto do texto-base
Se a pessoa está consciente e faz um pedido para que a eutanásia seja realizada, ela deve ser considerada uma ajuda, afinal de contas é um desejo que o doente quer que se realize. Pessoas nessas condições geralmente são sensíveis, e um pedido não atendido poderia deixa-las mais tristes ainda, quem sabe até levando-as a ter depressão. É lógico que a eutanásia não pode nem deve ser praticada em qualquer situação. Alguém pode estar fisicamente saudável, porém mentalmente perturbado e pedir para morrer por um motivo qualquer. Em casos como esse, o que se deve fazer é orientar o paciente, mostrar que existem outros caminhos, outras opções que podem ser escolhidas.	Dentro dessa ótica (e dessa ética), não vejo razão para que um paciente, sem qualquer perspectiva de melhora, tão somente sujeito a novas dores físicas e psíquicas - não vejo qualquer razão para que esse paciente, exprimindo sua decisão de forma lúcida, clara e livre, não possa ser "ajudado" a abreviar a sua vida. http://geocities.yahoo.com.br/hzetanoticias/eutanasi a/eut_01.htm É lógico que a eutanásia não pode nem deve ser praticada em qualquer situação. Alguém pode estar fisicamente saudável, porém mentalmente perturbado e pedir para morrer por um motivo qualquer. Em casos como esse, o que se deve fazer é orientar o dar o devido cuidado ao indivíduo, mostrar que existem outros caminhos, outras opções que podem ser escolhidas. Mas há pessoas que não tem escolha. E para elas, deveria ser dado o direito de não mais sofrer, não mais sentir dor. http://www.contrac.hpg.ig.com.br/a_eutanasia.htm

S Substituição

A Apagamento

A Relação intertextual

No primeiro período, percebe-se claramente a voz da autora posicionando-se favoravelmente em relação à prática da eutanásia nos casos em que o paciente está lúcido e pede para abreviar a vida. Tal posição é confirmada logo a seguir, no mesmo parágrafo, quando a aluna reproduz um excerto do texto-base, reproduzindo um excerto no qual se afirma que a eutanásia não deve ser praticada caso o doente que a peça esteja mentalmente perturbado. Na articulação desse excerto ao segmento anterior, que a própria aluna formula, nota-se a falta de um articulador que estabeleça a relação semântica de ressalva.

No quarto parágrafo, a aluna não foi possível identificar nenhuma relação intertextual com algum excerto dos textos-base lidos (indicados no histórico). Nesse parágrafo, Camila lança mão de uma estratégia de argumentação que consiste na elaboração de uma pergunta retórica. Retomando a concepção bakhtiniana de dialogia, pode-se afirmar que nessa pergunta, Camila está refutando as vozes que afirmam que a família teria o direito de decidir pela eutanásia quando um paciente se encontra em coma. Esse é um caso de intertextualidade no sentido amplo (KOCH, 1998). Isso sugere que a aluna, além dos textos-base, possui outros conhecimentos a respeito do assunto, sabendo que a interferência da família nesses casos é um aspecto de peso na questão.

Já no quinto parágrafo, Camila reproduz, com pequenas modificações, um excerto de um texto-base, o que se observa no quadro seguinte.

Parágrafo 05 do texto de Camila	Excerto do texto-base
Alguns médicos pensam que aceitar a eutanásia seria um regresso científico, pois se chegamos a ponto de encontrar várias curas para doenças seria um retrocesso admitir a indução da morte.	Aceitar a eutanásia seria, para esses últimos, um regresso científico. Se chegamos ao ponto de encontrarmos a cura para várias doenças, seria retroceder ao admitir a interrupção de um tratamento — eu, mesmo, a indução à morte. (http://www.espacoacademico.com.br/030/30edamasio.htm)
S Substituição	A Apagamento A Relação intertextual

Nesse parágrafo, a aluna traz para seu texto a voz de alguns médicos que não apóiam a prática da eutanásia, porém sua intenção é refutar essa voz, o que se observa no sexto parágrafo, conforme quadro a seguir.

Parágrafo 06 do texto de Camila	Excerto do texto-base
As pessoas tem sim o direito de escolher a sua morte, desde que isso parta delas mesmas e que não sejam induzidas por outros a fazerem isso, sejam médicos, parentes ou até mesmo governadores.	Sempre defendi em bioética o respeito tão absoluto quanto possível à autonomia do paciente. Isto é, à sua autodeterminação, à sua liberdade de governar-se conforme o seu entendimento, aceitando ou recusando as atenções de saúde, escolhendo seu médico, acolhendo ou não suas recomendações. http://geocities.yahoo.com.br/hzetanoticias/eutanasia/eut_01.htm

Nesse último parágrafo, Camila confirma seu posicionamento a respeito da eutanásia, reformulando um excerto-base do qual ela traz uma voz que argumenta em favor da autonomia do paciente para decidir sobre sua vida. E se a decisão deve vir do paciente, isso significa que ele deve estar em estado de consciência. É exatamente essa voz que a autora incorpora ao seu texto para reafirmar seu posicionamento em relação à prática da eutanásia.

A reprodução, no caso da dissertação de Camila, não chega a prejudicar a unidade significativa global do texto. No entanto, sua presença pode ser um indicativo de que a aluna, mesmo já tendo uma clara noção do que seja o gênero dissertação, ainda apresenta dificuldades no uso de alguns mecanismos lingüístico-discursivos não se sente segura para (re)formular as idéias do texto-base que lhe são convenientes.

Abaixo, segue um outro exemplo que se encaixa nessa categoria, pois, apesar de reproduzir excertos do texto-base, o autor deixa claro na dissertação seu posicionamento a respeito do tema.

A questão da eutanásia provoca muitas discussões tanto defendendo quanto condenando a prática. Em uma sociedade cristã como a nossa isso fica ainda pior. Mas isso não deve nos impedir de discutir o tema com frieza. Muitos dizem que ninguém tem o direito de tirar a vida de outra pessoa. Isso é certo. Entretanto, o próprio paciente que está em estado terminal é quem teria o poder de decisão. Decisão sobre a própria vida. Já imaginou se não pudéssemos escolher que carreira vamos seguir, o que vamos consumir, como vamos nos vestir? Se podemos decidir assuntos como esses, assumindo os riscos que nossas decisões podem ter, não poderíamos decidir se queremos ou não viver?

É impossível impor um desejo a alguém. Além disso, não se pode imaginar o sofrimento pelo qual um doente passa quando não tem mais condições de viver. Em inúmeros casos, pacientes com câncer têm que tomar, sistematicamente, injeções de morfina para suportarem a dor que sentem. Viver assim é digno? Aliás, viver assim é viver?

Os que combatem a eutanásia cometem o absurdo de dizer que, se determinada pessoa está sofrendo com uma doença pavorosa e sem nenhuma perspectiva de vida, é porque de certa forma é merecido, para pagar algo de ruim que essa pessoa teria feito. Ninguém merece tamanho sofrimento, nem nada justifica esse tipo de pensamento. Atender ao desejo de um paciente que opta pela eutanásia é uma questão de humanidade, de compaixão. Se for provado cientificamente que o paciente não tem mais chances de viver, que não há mais recursos a serem utilizados, e, se o doente expressa sua vontade de abreviar a dor, o mínimo que se deve fazer é realizar seu desejo.

Para pacientes em estado terminal, não existe mais nenhum medicamento ou técnica médica que lhes devolva o sabor de viver. Esses pacientes devem esperar, dolorosa, e muitas vezes demoradamente, a hora da sua morte? Alguns falam que pedir para morrer é muito fácil e que isso é exemplo de fraqueza, mas carregar a vida as custas de muita dor e sofrimento é símbolo de força e determinação, que as vezes sucumbe ao desejo de alívio que a morte pode vir a provocar. E por vezes antecipar a morte é o melhor caminho para a paz, não só do paciente como também à sua família.

Nessa dissertação, já no primeiro parágrafo, fica evidente uma voz que se posiciona favoravelmente à prática da eutanásia e que constrói um eixo argumentativo para dar validade a esse posicionamento que é confirmado na materialidade do texto.

Parágrafo 01 do texto de Joaquim	Excerto do texto-base
A questão da eutanásia provoca muitas discussões tanto defendendo quanto condenando a prática. Em uma sociedade cristã como a nossa isso fica ainda pior. Mas isso não deve nos impedir de discutir o tema com frieza. Muitos dizem que ninguém tem o direito de tirar a vida de outra pessoa. Isso é certo. Entretanto, o próprio paciente que está em estado terminal é quem teria o poder de decisão. Decisão sobre a própria vida. Já imaginou se não pudéssemos escolher que carreira vamos seguir, o que vamos consumir, como vamos nos vestir? Se podemos decidir assuntos como esses, assumindo os riscos que nossas decisões podem ter, não poderíamos decidir se queremos ou não viver?	A questão da eutanásia provoca, por si só, discussões entusiasmadas tanto defendendo quanto condenando a prática. Em uma sociedade que tem uma consciência judaico-cristã profundamente enraizada, como no Brasil, essas discussões se tornam ainda mais acirradas. Essa consciência, porém, não deve nos impedir de analisar o tema com uma certa frieza e uma boa dose de discernimento. Muito se diz que ninguém tem o direito de tirar a vida de outra pessoa. Isso é óbvio. Entretanto, em se tratando da eutanásia, o próprio paciente que se encontra em estado terminal é quem teria o poder de decisão. Decisão sobre a própria vida. Já imaginou se não pudéssemos escolher que carreira vamos seguir, o que vamos consumir, como vamos nos vestir? Se podemos decidir assuntos como esses, assumindo os riscos que nossas decisões podem ter, eventualmente acarretar, não poderíamos decidir se queremos ou não viver? http://www.contrac.hpg.ig.com.br/a_eutanasia.htm
S Substituição	A Apagamento A Relação intertextual Inserção

Nesse parágrafo, ao fazer uso do conector “entretanto” para iniciar o segmento “Entretanto o próprio paciente que está em estado terminal é quem teria o poder de decisão.”, Joaquim mantém a relação semântica de oposição entre os dois segmentos anteriores, “Muitos dizem que ninguém tem o direito de tirar a vida de outra pessoa. Isso é certo.” já encontrada no excerto do texto-base reproduzido com algumas alterações: inserção, substituição e apagamento. A divergência de opiniões entre os que apóiam e os que condenam a prática da eutanásia é marcada e, simultaneamente, Joaquim dá ao leitor indícios sobre o posicionamento que assumirá no texto. Considerando-se que, em construções

desse tipo, o argumento mais forte vem após o conector de oposição (KOCH, 1997), o aluno deixa pistas da sua adesão ao grupo dos que são a favor da eutanásia. Tal ponto de vista é confirmado, ainda no mesmo parágrafo, por meio de duas perguntas retóricas (“Já imaginou se não pudéssemos escolher que carreira vamos seguir, o que vamos consumir, como vamos nos vestir? Se podemos decidir assuntos como esses, assumindo os riscos que nossas decisões podem ter, não poderíamos decidir se queremos ou não viver?”), que se constituem em argumentos na medida em que apontam para a necessidade de olhar para a questão da eutanásia na perspectiva do direito de escolha do paciente.

No segundo parágrafo, no qual há a reprodução praticamente total do excerto do texto-base, são apresentados três argumentos para validar a posição do autor acerca da eutanásia.

Parágrafo 02 do texto de Joaquim	Excerto do texto-base
É impossível impor um desejo a alguém. Além disso, não se pode imaginar o sofrimento pelo qual um doente passa quando não tem mais condições de viver. Em inúmeros casos, pacientes com câncer têm que tomar, sistematicamente, injeções de morfina para suportarem a dor que sentem. Viver assim é digno? Aliás, viver assim é viver?	É impossível impor um desejo a alguém. Além disso, não se pode imaginar o sofrimento pelo qual um doente passa quando não tem mais condições de viver. Em inúmeros casos, pacientes com câncer têm que tomar, sistematicamente, injeções de morfina para suportarem viver a dor que sentem. Viver assim é digno? Aliás, viver assim é viver? http://www.contrac.hpg.ig.com.br/a_eutanasia.htm
S Substituição	A Apagamento A Relação intertextual I Inserção

No início, o período “É impossível impor um desejo a alguém.”, retoma o argumento da liberdade de escolha do indivíduo presente no parágrafo anterior. Em seguida, por meio do conector “além de”, acrescenta um argumento que aponta para o sofrimento do paciente em estado terminal. Tal sofrimento só seria aliviado com injeções de morfina, situação que é avaliada negativamente através do modalizador “sistematicamente” com a finalidade de dar ênfase à condição de

dor a que o paciente está submetido. Por fim, o autor chama a atenção, por meio de duas perguntas retóricas, para um conceito de vida que não condiz com o sofrimento contínuo (“Viver assim é digno? Aliás, viver assim é viver?”), confirmando, assim, seu posicionamento a favor da prática da eutanásia.

Também no terceiro parágrafo há a reprodução praticamente total (uma substituição e três segmentos apagados) do excerto do texto-base, conforme pode ser observado abaixo.

Parágrafo 03 do texto de Joaquim	Excerto do texto-base
Os que combatem a eutanásia cometem o absurdo de dizer que, se determinada pessoa está sofrendo com uma doença pavorosa e sem nenhuma perspectiva de vida, é porque de certa forma é merecido, para pagar algo de ruim que essa pessoa teria feito. Ninguém merece tamanho sofrimento, nem nada justifica esse tipo de pensamento. Atender ao desejo de um paciente que opta pela eutanásia é uma questão de humanidade, de compaixão. Se for provado cientificamente que o paciente não tem mais chances de viver, que não há mais recursos a serem utilizados, e, se o doente expressa sua vontade de abreviar a dor, o mínimo que se deve fazer é realizar seu desejo.	Os que abominam a eutanásia cometem o absurdo de dizer que, se determinada pessoa está sofrendo com uma doença pavorosa e sem nenhuma perspectiva de vida, é porque de certa forma o padecimento é merecido, para pagar algo de ruim que essa pessoa teria feito. Isso é inaceitável! Ninguém, por pior que seja, merece tamanho sofrimento, nem nada justifica esse tipo de pensamento. Atender ao desejo de um paciente que opta pela eutanásia é uma questão de humanidade, de compaixão. Se for provado cientificamente que o paciente não tem mais chances de viver, que não há mais recursos a serem utilizados, e se o doente expressa sua vontade de abreviar a dor, o mínimo que se deve fazer é realizar seu desejo. http://www.contrac.hpg.ig.com.br/a_eutanasia.htm
S Substituição	A Apagamento
A Relação intertextual	I Inserção

Nesse parágrafo, o autor, logo no início, traz para seu texto, as vozes dos que se posicionam contra a prática da eutanásia com o argumento de que o sofrimento e a dor são castigos merecidos por aqueles que praticaram “algo ruim”. Porém, a presença oração modalizadora “cometem o absurdo de dizer” a seguir, destrói tal argumento e confirma o posicionamento assumido por Joaquim. Para isso, há um período que nega o argumento posto no início (Ninguém merece tamanho sofrimento, nem nada justifica esse tipo de pensamento.) e, em seguida,

faz uma seleção lexical bastante pertinente ao associar a idéia de eutanásia à idéia de “humanidade” e “compaixão”. O autor termina o parágrafo com uma oração modalizadora (“...o mínimo que se deve fazer é realizar seu desejo.”), por meio da qual orienta sua argumentação para o peso que devem ter o diagnóstico médico e a liberdade de escolha do paciente nos momentos em que é necessário decidir pela eutanásia.

Ao iniciar a leitura do quarto parágrafo, embora o autor continue na mesma perspectiva de análise do tema, é possível que o leitor sinta falta de um elemento que estabeleça articulação com o parágrafo anterior.

Parágrafo 04 do texto de Joaquim	Excerto do texto-base
Para pacientes em estado terminal, não existe mais nenhum medicamento ou técnica médica que lhes devolva o sabor de viver. Esses pacientes devem esperar, dolorosa, e muitas vezes demoradamente, a hora da sua morte? Alguns falam que pedir para morrer é muito fácil e que isso é exemplo de fraqueza, mas carregar a vida as custas de muita dor e sofrimento é símbolo de força e determinação, que as vezes sucumbe ao desejo de alívio que a morte pode vir a provocar. E por vezes antecipar a morte é o melhor caminho para a paz, não só do paciente como também à sua família.	Quando estamos doentes, tomamos algum remédio para voltarmos a ter uma vida saudável e prazerosa, sem os infortúnios da doença. Para pacientes em estado terminal, não existe mais nenhum medicamento ou técnica médica que lhes devolva o sabor de viver plenamente. Esses pacientes devem esperar, dolorosa, e muitas vezes demoradamente, a hora da sua morte? Alguns afirmam que pedir para morrer é muito fácil e que tal atitude é sinônimo de fraqueza, que deve-se enfrentar a doença de frente. Talvez esse pensamento esteja correto para algumas pessoas, mas para outras não. A vida não deve ser um fardo a ser carregado. Da mesma forma que não podemos obrigar ninguém a morrer, não deveríamos obrigar a viver. Além disso, temos que parar de ter medo da morte. Ela vem para todos, não é mesmo? E vai ver nem é um negócio tão assombroso assim. http://www.contrac.hpg.ig.com.br/a_eutanasia.htm
S Substituição	A Apagamento
A Relação intertextual	Inserção

No quarto parágrafo, o autor mostra, na expressão “sabor de viver”, uma seleção lexical que contribui para validar seu posicionamento favorável à prática da eutanásia e, por meio de uma pergunta retórica, confirma a orientação argumentativa que desenvolveu ao longo de todo o texto. Essa avaliação feita acima justificaria, certamente, uma avaliação bem positiva por parte do professor. No entanto, ao compararmos o texto apresentado com o texto-base, poderíamos

dizer que o aluno simplesmente “copiou” esse texto. Apesar dessa impressão, é necessário constatar que o texto apresentado não é uma reprodução literal do texto de origem, já que o aluno insere algumas modificações, faz alguns apagamentos, sem prejudicar a coerência e a coesão do texto.

Ao comparar o texto entregue pelo aluno com o texto-base, é possível perceber que o aluno, embora reproduza a maior parte de um único texto, tem noções claras a respeito da estrutura do gênero dissertação. Isso pode ser apoiado pelo fato de ter selecionado em sua busca na Internet um texto adequado à tarefa solicitada. É fato que esse aluno encontrou na Internet o “trabalho pronto”, mas houve, no mínimo, um esforço mobilizado para a busca. Adicionalmente, esse aluno também fez algumas mudanças lexicais e suprimiu partes do texto sem comprometer o sentido global do texto produzido. Isso aponta a necessidade de um melhor entendimento acerca dos diferentes processos cognitivo-discursivos envolvidos na reprodução. Joaquim, por exemplo, demonstra ter compreendido o que é dissertar, mas precisa aprender retextualizar por meio da reformulação e ser alertado sobre o ônus social de reproduções como essa (considerada como plágio). Talvez esse aluno precisasse de um maior domínio de estilo formal, pois é possível que reprodução literal seja gerada por insegurança de escrever em um estilo mais formal. Fica em aberto uma outra possibilidade: o aluno buscou e selecionou o texto-base que estava de acordo com o seu posicionamento ou buscou e selecionou o texto-base que, independentemente de posicionamento, atendia as exigências do gênero?

4.2.2 Reformulação

Para exemplificar essa categoria, considere relevante apresentar dois textos que, em minha perspectiva, trazem resultados significativos e para os quais o professor precisa olhar com cuidado caso objetive um resultado mais produtivo nas aulas de produção do gênero dissertativo.

A questão da Eutanásia, vem sendo muito discutida e analisada atualmente em quase todos os países, isto, para se chegar a uma decisão, se ela deve ou não ser permitida, ou em que casos poderia estar presente.

A palavra Eutanásia, poderia ser traduzida como “boa morte”. De uma maneira geral, entende-se por eutanásia quando uma pessoa (no caso o médico, ou a família) causa propositalmente a morte de outra que está mais fraca, debilitada ou em sofrimento.

Muitos são os argumentos favoráveis e os contrários. Os primeiros se manifestam alegando que quando o doente está sofrendo muito, ele deve ter o direito de decidir se quer ou não continuar sofrendo, e no caso de inconsciência deste, a continuação deste sofrimento, é decidida pela família. Defendem essa tese juntamente com muitos médicos, que já são a favor e se dispuseram a realizar essa ‘prática’.

Já os não favoráveis defendem a Vida, e tem em mente uma questão religiosa, alegando que a vida foi dada por Deus, e neste caso só Ele poderia retirá-la.

É uma questão muito complexa, e que exige muita pesquisa e estudo, já que existiram casos de doenças muito graves, e comas, que foram curados com um pouco mais de tempo, podendo até ser considerados ‘milagres’, e talvez se houvesse ocorrido a eutanásia nesses casos, uma vida seria perdida desnecessariamente e em um momento impróprio.

Portanto qualquer decisão sobre a “Boa morte” deve ser tomada com muita cautela, havendo ética e levando em conta questões religiosas, políticas, sociais e científicas.

- *Texto com maior incidência de reformulação e sem marcas do posicionamento do autor*

No histórico de leitura do exemplo 4, constam os seguintes endereços:

<http://www.espacoacademico.com.br/030/30edamasio.htm>;

<http://www.providaanapolis.org.br/eutvista.htm>;

<http://www.imesc.sp.gov.br/rev1g.htm>

Em minha análise, porém, percebi uma diferença significativa, entre o segundo parágrafo e o restante do texto, no que se refere ao uso de elementos de articulação. Tal constatação levou-me a pensar na possibilidade de a aluna ter reproduzido, de um outro texto-base, o conteúdo do segundo parágrafo, o que confirmei após ter feito uma busca utilizando a ferramenta *google* e tendo como resultado outro texto (<http://www.ufrgs.br/bioética/eutanasi.htm>) com o qual a aluna estabeleceu a relação intertextual.

Em sua dissertação, Laura não explicita seu posicionamento acerca desse tema. Ela traz vozes de excertos de textos-base distintos que apontam para algum aspecto da questão, porém não é possível perceber um ponto de vista específico que tenha orientado a construção do texto. No penúltimo parágrafo, a aluna aponta uma perspectiva específica para analisar a prática da eutanásia, porém tal posicionamento não permeia o texto todo. A conclusão não está coerente com o restante do texto, já que não decorre de um raciocínio construído e desenvolvido nos parágrafos anteriores.

Na construção do primeiro parágrafo, como se observa a seguir, a aluna utiliza a operação da reformulação de dois excertos presentes em textos-base diferentes.

Parágrafo 01 do texto de Laura	Excertos dos textos-base
A questão da Eutanásia, vem sendo muito discutida e analisada atualmente em quase todos os países, isto , para se chegar a uma decisão, se ela deve ou não ser permitida, ou em que casos poderia estar presente.	O Conselho Europeu tem discutido a eutanásia sem chegar a um consenso. http://www.espacoacademico.com.br/030/30edamasio.htm Com isso, a televisão mais uma vez, põe em pauta este assunto tão discutido e tão resistido mundialmente, uma vez que a conduta desse médico dr. Jack Kevorkian, ganhou as manchetes retratando seu gesto de aplicar a injeção letal em Thomas Yourk, um homem de 52 anos, portador de uma doença degenerativa que paralisava todo os músculos de seu corpo. (http://www.imesc.sp.gov.br/rev1g.htm)

Problemas de articulação A Relação intertextual

Ao usar suas “próprias palavras” para se apropriar de vozes dos textos-base, Laura deixa patentes, em dois momentos, dificuldades no uso dos elementos de articulação. Primeiramente, ela usa de modo inadequado o pronome *isto*, o qual, nesse parágrafo cumpre a função de resumir o que foi explicitado anteriormente, um tipo de relação comumente utilizada na língua falada. Porém, no gênero dissertação, espera-se que ao aluno mobilize elementos lingüístico-discursivos da modalidade escrita em sua variedade considerada culta. Também é possível perceber que, ao utilizar o elemento coesivo “ou”, a aluna cria para o leitor a expectativa de uma terceira decisão que poderia advir das discussões sobre a eutanásia. Porém, o segmento após a conjunção “ou” (“em que casos poderia estar presente”) afeta de modo negativo a coerência do final do parágrafo, pois não é possível perceber a relação de alternância proposta pela autora.

De acordo com o quadro a seguir, o segundo parágrafo é constituído de dois períodos, sendo esses construídos por meio da reformulação e da reprodução, respectivamente.

Parágrafo 02 do texto de Laura	Excerto do texto-base (não citado no histórico de leitura)
A palavra Eutanásia, poderia ser traduzida como “boa morte”. De uma maneira geral, entende-se por eutanásia quando uma pessoa (no caso o médico, ou a família) causa propositalmente a morte de outra que está mais fraca, debilitada ou em sofrimento.	O termo Eutanásia vem do grego, podendo ser traduzido como “boa morte” ou “morte apropriada”. O termo foi proposto por Francis Bacon, em 1623, em sua obra “Historia vitae et mortis”, como sendo o “tratamento adequado às doenças incuráveis”. De maneira geral, entende-se por eutanásia quando uma pessoa causa deliberadamente a morte de outra que está mais fraca, debilitada ou em sofrimento. (www.ufrgs.br/bioetica/eutanasi.htm)
S Substituição	A Apagamento A Relação intertextual
	Inserção
	Problemas de articulação

No primeiro período desse parágrafo, a aluna traz de um texto-base não indicado em seu histórico de leitura uma voz que dá uma definição de eutanásia. Para incorporar essa voz à sua, Laura reformula um excerto do texto-base, substituindo o item lexical “termo” por “palavra”, apagando os segmentos “vem do grego” e “morte apropriada” e alterando a forma verbal “podendo” por “poderia”. Essa quantidade de alterações em um período curto como esse já caracteriza o que chamo de reformulação. Vale observar que, ao apagar o segmento “vem do grego”, Laura compromete a coerência do período, pois, ao utilizar “poderia ser traduzida”, criou para o leitor a expectativa de que daria informação sobre a origem da palavra. Também é interessante notar que o fato de Laura ter escolhido essa definição para eutanásia não representou uma estratégia de argumentação, já que no restante do texto não há marcas de que ela não se posiciona de modo favorável a essa prática. A aluna parece não entender ainda que a seleção lexical, na dissertação, precisa também contribuir para confirmar o posicionamento do autor.

No segundo período, ao explicar em que consiste a eutanásia na prática, Laura não estabelece articulação entre essa explicação e a expressão “boa morte”, deixando o leitor sem entender por que ela fez tal relação, o que afeta a coerência do texto. Ela não percebeu que, no texto-base, o autor, ao explicar a origem do termo eutanásia, utiliza a expressão “tratamento adequado para

doenças incuráveis”, o que justifica a tradução literal “boa morte”. Ainda no segundo período, ao reproduzir literalmente um excerto do mesmo texto-base, Laura acrescenta, entre parênteses, o segmento “no caso o médico, ou a família”. Vale ressaltar a inadequação no uso do elemento de articulação “no caso”, que foi usado no lugar de “por exemplo”, sendo esse uso comum em contextos mais informais. Além disso, nota-se que não é pertinente a relação estabelecida entre “pessoa” e “família”. Para que a relação fosse pertinente, em vez de “família”, a aluna poderia ter utilizado “familiar” ou a expressão “alguém da família”.

Para a reformulação que resultou na construção do terceiro parágrafo, foi mobilizado, conforme quadro abaixo, um único excerto de um dos texto-base.

Parágrafo 03 do texto de Laura	Excerto do texto-base
Muitos são os argumentos favoráveis e os contrários. Os primeiros se manifestam alegando que quando o doente está sofrendo muito, ele deve ter o direito de decidir se quer ou não continuar sofrendo, e no caso de inconsciência deste, a continuação deste sofrimento, é decidida pela família. Defendem essa tese juntamente com muitos médicos, que já são a favor e se dispuseram a realizar essa 'prática'.	O Conselho Europeu tem discutido a eutanásia sem chegar a um consenso. A divisão é tão clara que, tendo uma dimensão geográfica, chega a causar questionamentos. Os países nórdicos querem sua legalização enquanto o sul continua com a inabalável opinião contrária. Seria isso uma influência climática, política, cultural de cada região? Os argumentos de ambos os lados não são suficientes para converter a oposição. Os favoráveis alegam que os doentes devem ter plena autonomia para decidirem se querem continuar sofrendo ou não (em casos de inconsciência do doente, caberia à família tal decisão); além disso cada vez mais médicos assumem que aceitariam praticar o ato em segredo. (http://www.espacoacademico.com.br/030/30edamasio.htm)

A Relação
intertextual

Problemas de referência

Nesse parágrafo, há inadequações nas relações referenciais estabelecidas pela aluna, o que pode ser visto no uso da expressão “os primeiros” fazendo remissão a “argumentos favoráveis” e no uso do articulador “deste” remetendo a “doente”. No primeiro exemplo, uma opção mais adequada poderia

ser “Aqueles que apóiam a prática da eutanásia”. No segundo exemplo, “deste” poderia ser retirado do texto sem nenhum prejuízo. Vale ressaltar também que a aluna talvez não tenha percebido que, no texto-base, a expressão “os favoráveis” remetia a “os países nórdicos”.

Até esse parágrafo, Laura está mobilizando nos textos-base lidos vozes que dizem algo a respeito da eutanásia, porém não deixa explícito que posicionamento assume, limitando-se a trazer informações gerais sobre essa prática. Assim, sua voz parece ser neutra diante desse fato, contrariando uma das exigências do gênero dissertação.

No quarto parágrafo (Já os não favoráveis defendem a Vida, e tem em mente uma questão religiosa, alegando que a vida foi dada por Deus, e neste caso só Ele poderia retirá-la.), não foi possível perceber nenhuma relação intertextual com excertos dos textos-base. No início desse parágrafo, Laura mobiliza uma voz contrária à prática à eutanásia, vinda de um discurso religioso que circula em vários grupos sociais, o que caracteriza um exemplo do que Koch (1998) denomina de intertextualidade no sentido amplo. Embora não seja objetivo desta dissertação trabalhar com esse conceito de intertextualidade, vale a pena comentar esse exemplo para mostrar como a coerência do texto foi afetada. Ao trazer essa voz do senso comum, talvez a aluna tenha pensado que, por si só, tal voz fosse suficiente, não tendo, assim, que trazer outros argumentos daqueles que não apóiam a prática da eutanásia, conforme expectativa criada no parágrafo anterior com a utilização do pronome “muitos” (“Muitos são os argumentos favoráveis e os contrários”). Além de não ter trazido muitos argumentos favoráveis, Laura, ao apresentar um único argumento desfavorável daqueles que não apóiam a prática da eutanásia, fragiliza sua argumentação na medida em que o argumento desfavorável restringe-se ao campo da religião, da fé, ao passo que os dois argumentos favoráveis são “mais racionais”. Quanto ao estilo desse parágrafo, a aluna opta por um registro pouco formal, que pode ser observado no uso repetido do “e” e da expressão “no caso”, que são articuladores mais comumente utilizados em contextos informais.

O quinto parágrafo é construído por meio da reformulação de dois excertos do mesmo texto-base, conforme se observa no quadro abaixo.

Parágrafo 05 do texto de Laura	Excerto do texto-base
É uma questão muito complexa, e que exige muita pesquisa e estudo, já que existiram casos de doenças muito graves, e comas, que foram curados com um pouco mais de tempo, podendo até ser considerados 'milagres', e talvez se houvesse ocorrido a eutanásia nesses casos, uma vida seria perdida desnecessariamente e em um momento impróprio.	(...) Aceitar a eutanásia seria, para esses últimos, um regresso científico. Se chegamos ao ponto de encontrarmos a cura para várias doenças, seria retroceder ao admitir a interrupção de um tratamento ou, mesmo, a indução à morte. Tem-se detectado casos de pessoas que, após anos em coma, apresentaram melhoras consideráveis e até cura total. Entretanto, ainda são maiores os resultados opostos a esses. (...) A questão é complexa, tomar uma posição é um caso de vida ou morte. Qual seria a melhor opção? http://www.espacoacademico.com.br/030/30edamasio.htm
Problemas de Problemas de referenciação articulação	A Relação intertextual

Logo no início do parágrafo, para justificar a colocação de que a eutanásia é uma questão complexa e que exige muita pesquisa e estudo, a aluna traz do texto-base uma voz que se posiciona desfavoravelmente à prática da eutanásia. Para isso, a aluna utiliza o exemplo de pessoas que se recuperam após anos em coma. Tal exemplo, porém, não é suficiente para explicar a complexidade da questão. Aqui, o autor peca pela falta de dados que justifiquem a afirmação feita. Dessa forma, segundo Costa Val (1998), a coerência foi afetada no que diz respeito ao aspecto da informatividade devido à insuficiência de dados²².

O trabalho de reformulação que Laura faz nesse parágrafo, dado o repetido uso do articulador “e”, confirma seu um estilo pouco formal. É provocado um problema de referenciação quando a aluna utiliza o pronome “que” no segmento “que foram curados”. Como esse pronome relativo pode remeter tanto a

²² Para Costa Val, “avaliar a suficiência de dados é examinar se o texto fornece ao receptor os elementos indispensáveis a uma interpretação que corresponda às intenções do produtor, sem se mostrar, por isso, redundante ou rebarbativo.” (COSTA VAL, 1998)

“comas” quanto a “doenças” ou a “doenças e comas”, a aluna deixa o leitor desorientado. Tal desconforto é ainda maior pela relação estabelecida entre “coma” e “cura”. Tal problema poderia ser resolvido com a inserção da palavra “pessoas” (... existiram casos de pessoas com doenças, em coma, que foram curadas...). Quanto ao uso do gerúndio “podendo”, a ausência de um sujeito para essa forma verbal compromete também a leitura. Por último, pode-se observar, no final do parágrafo, falta de correlação entre os tempos verbais. A forma “houvesse ocorrido” exige “teria sido perdida”. Ainda no final do parágrafo, o segmento “uma vida seria perdida desnecessariamente e em um momento impróprio”, a expressão “em um momento impróprio” também pode causar um desconforto no leitor, pois deixa implícito que haveria um momento adequado para a eutanásia.

Quanto ao último parágrafo, não foi possível identificar nenhum trabalho de retextualização de excertos com os quais estabelece relações de intertextualidade restrita.

O deputado federal Aldo Rebelo criou um projeto de lei, o qual tenta limitar o uso de estrangeirismos na nossa língua. Segundo ele, o estrangeirismo em excesso é lesivo ao patrimônio cultural e está descaracterizando a língua portuguesa.

De certo modo, ele é, realmente excessivo no Brasil, porém, não veio por acaso. No mundo do computador, por exemplo, muitas palavras são da língua inglesa. Além do mais, cerca de 70% das palavras portuguesas vêm do latim, e o restante de outras línguas. Outro fator que pode explicar tal fato é a exigência de se saber falar fluentemente mais de duas línguas, e com isso, o inglês é a primeira mais exigida após a de nosso país natal, e assim, desde crianças, as pessoas passam a frequentar cursos de inglês. Consequentemente, entra o gosto pela música internacional, pelas manias americanas, pela internet, etc.

Mais uma vez, segundo o deputado federal, o estrangeirismo prejudica pessoas da zona rural, pessoas estas que não têm conhecimento aprofundado das coisas, como quando uma loja que coloca suas mercadorias “on sale” ou “50% off”.

Mas tal fato é tão comum que, a palavra football, do inglês, foi transformada em português e entrou para a nossa língua definitivamente. Assim como o verbo delete, que é proveniente da língua inglesa, porém tem raiz latina. E isso tudo acontece mesmo sem uma legislação específica que organize o processo.

Esta lei de Aldo é, de certa forma, caso seja aprovada, muito difícil de se cumprir, pois quem irá fiscalizar rigidamente outdoors, propagandas, eventos públicos e produtos? O que se pode fazer para tentar contornar isto, é talvez conscientizar o brasileiro da importância de se preservar o português, e de tentar valorizá-lo.

Assim, fazer uma lei que proíbe o estrangeirismo pode ser exagero, pois são influências das quais não se pode fugir por estarmos vivendo num mundo globalizado. Os Estados Unidos é o país que domina o mundo, é a potência mundial, e com isso, sofremos, sem dúvida, fortes influências.

- *Texto com maior incidência de reformulação e com marcas do posicionamento do autor*

No histórico de leitura deste texto constaram os seguintes endereços:

<http://novomilenio.inf.br/idioma/20000814.htm>;

[http://portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=redacao/temas/docs/es
trangeirismosred](http://portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=redacao/temas/docs/es
trangeirismosred)

<http://www2.opopular.com.br/anteriores/11abr2004/opopular2/3.htm>

<http://www.osletradosunip.hpg.ig.com.br/Culta.htm>

A autora inicia o texto apresentando sucintamente o projeto de lei de Aldo Rebelo e o motivo por que o deputado elaborou tal projeto para, logo no segundo parágrafo, dar início a um diálogo com Aldo Rebelo. Declara concordar parcialmente com ele, no que se refere ao excesso do uso de palavras estrangeiras, mas, em seguida, seu diálogo segue uma orientação contrária, ou seja, Renata indica seu posicionamento numa direção oposta à de Aldo Rebelo.

No decorrer da dissertação, a autora traz a voz de Aldo Rebelo para o texto com a finalidade de refutá-la e dar validade ao seu posicionamento. Para isso, constrói relações intertextuais com textos-base, de onde traz outras vozes cuja função é indicar uma perspectiva diferente da de Aldo Rebelo para se analisar a questão do uso de palavras estrangeiras no Brasil. O trabalho de intertextualidade nesse texto é feito com o que Koch (1998) chamou de *intertextualidade das semelhanças* e *intertextualidade das diferenças*, isto é, a autora seleciona e reformula excertos dos textos-base cujas vozes são seguidas ou refutadas. Essas observações podem ser vistas na análise dos parágrafos que segue.

Parágrafo 01 do texto de Renata	Excerto do texto-base
O deputado federal Aldo Rebelo criou um projeto de lei, o qual tenta limitar o uso de estrangeirismos na nossa língua. Segundo ele, o estrangeirismo em excesso é lesivo ao patrimônio cultural e está descaracterizando a língua portuguesa.	Devemos reprimir o uso de palavras estrangeiras? O deputado federal Aldo Rebelo (PC do B-SP) criou um projeto de lei que limita o uso de palavras estrangeiras. A proposta foi aprovada na Câmara e aguarda votação no Senado. Se virar lei, passaremos a ter um glossário oficial de aportuguesamento e todo vocábulo estrangeiro, quando publicado na imprensa ou em anúncios publicitários, terá de vir acompanhado de um correspondente em português. Os estrangeirismos devem mesmo ser coibidos? Leia mais sobre o assunto AQUI Sim. A História nos ensina que a imposição da língua é uma firma de dominação de um povo sobre outro. O estrangeirismo abusivo é lesivo ao patrimônio cultural e está promovendo uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa (http://portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=redacao/temas/docs/estrangeirismosred)

A Relação intertextual

Neste parágrafo, Renata reformula dois excertos do texto-base os quais são articulados pela expressão “segundo ele”. O primeiro excerto informa a existência do projeto de Aldo Rebelo e o outro, traz a voz do próprio deputado, defendendo o projeto contra os estrangeirismos, os quais descaracterizariam a Língua Portuguesa. O posicionamento da aluna, ainda não é explicitado neste primeiro parágrafo. Isso começa a ser feito no parágrafo seguinte.

Parágrafo 02 do texto de Renata	Excerto do texto-base
02)De certo modo, ele é, realmente excessivo no Brasil, porém, não veio por acaso. No mundo do computador, por exemplo, muitas palavras são da língua inglesa. Além do mais, cerca de 70% das palavras portuguesas vêm do latim, e o restante de outras línguas. Outro fator que pode explicar tal fato é a exigência de se saber falar fluentemente mais de duas línguas, e com isso, o inglês é a primeira mais exigida após a de nosso país natal, e assim, desde crianças, as pessoas passam a freqüentar cursos de inglês. Conseqüentemente, entra o gosto pela música internacional, pelas manias americanas, pela internet, etc.	Mas a iniciativa do deputado é louvável. Mesmo que pareça exagero a opinião da relatora do projeto na Comissão de Educação, Iara Bernardi, de que o estrangeirismo estaria provocando a desnacionalização da língua, é preciso fazer algo para frear os abusos - e o Brasil não será a primeira nação a adotar medidas de proteção ao idioma nacional. http://novomilenio.inf.br/idioma/20000814.htm O professor Pasquale reconhece, no entanto, que há exageros no uso de estrangeirismos no Brasil. “Está tudo ótimo em relação a esse aspecto? Não. Há um uso tolo de termos estrangeiros. As pessoas precisam ter senso de ridículo ao usar essas palavras e a sociedade precisa dizer, com todas as letras, que uma loja que substitui a palavra desconto pela expressão off é ridícula”, enfatiza ele. http://www2.opopular.com.br/antiores/11abr2004/opopular2/3.htm Não. As pessoas que pensam que a língua brasileira está ameaçada com a entrada de palavras estrangeiras — como ocorre com o vocabulário da informática, das finanças e dos esportes - não observam a aplicação dos estrangeirismos. (...) Não. O estrangeirismo é essencial. Negar a influência de um idioma sobre outro é negar a natureza de todas as línguas. Cerca de 70% das palavras do português vêm do latim e o restante, de outros idiomas. http://portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=redacao/temas/docs/estrangeirismosred

A Relação intertextual

Já no início desse parágrafo, a aluna começa a definir seu posicionamento. Para isso, reformula excertos de diferentes textos-base. Por meio dos modalizadores “de certo modo” e “realmente”, Renata concorda com o excesso de estrangeirismos, mas logo em seguida, através do articulador “porém”, indica para o leitor que existe uma explicação para esse fato (“não veio por acaso”), apontando para uma orientação argumentativa contrária à elaboração de um projeto de lei que proíba o uso de palavras estrangeiras. Para dar consistência à sua posição, a aluna reformula dois excertos a cujas vozes adere para trazer argumentos que comprovem que as palavras estrangeiras não são prejudiciais à

Língua Portuguesa. A primeira voz faz lembrar que grande parte do vocabulário da informática vem do inglês. A outra traz a informação de que 30% de nosso vocabulário vem de outras línguas que não o Latim. Essas duas vozes são integradas ao texto da aluna por meio dos articuladores “por exemplo” e “além do mais”. Em seguida, através do conector “outro fator”, a aluna traz ao texto mais um argumento que justifica a presença de palavras da língua inglesa no Brasil, que é a necessidade de se ter domínio do inglês no mundo atual.

Vale ressaltar que, nesse parágrafo, Renata demonstra ter bom domínio no uso dos elementos de articulação, o que pode ser visto no uso de “por exemplo”, “além do mais”, “outro fator” e “consequentemente” para estabelecer as relações semânticas de exemplificação, de acréscimo e de consequência. Contudo, a aluna equivoca-se ao utilizar as expressões “e com isso” e “e assim” no segmento “... e com isso, o inglês é a primeira mais exigida após a de nosso país natal, e assim, desde crianças, as pessoas passam a freqüentar cursos de inglês.”, pois ela marca uma relação semântica de consequência que não se justifica nesse segmento. Também há uma afirmação que afeta a coerência do trecho, quando Renata afirma que “desde crianças, as pessoas passam a freqüentar cursos de inglês.” A partir dessa afirmação, o leitor é levado a concluir que tal fato acontece, de forma generalizada, no país. Isso contradiz o conhecimento que se tem acerca da realidade brasileira a respeito do acesso aos cursos de idioma. Apesar desses equívocos, pode-se, porém, observar que nesse parágrafo a aluna cumpre o requisito da *informatividade* no que se refere à suficiência de dados (Costa Val, 1999).

Para iniciar o terceiro parágrafo, Renata incorpora, novamente por meio da reformulação de um excerto de um texto-base, a voz de Aldo Rebelo. Sua intenção, como fica claro na seqüência do texto, é refutar essa voz.

Parágrafo 03 do texto de Renata	Excerto do texto-base
Mais uma vez, segundo o deputado federal, o estrangeirismo prejudica pessoas da zona rural, pessoas estas que não têm conhecimento aprofundado das coisas, como quando uma loja que coloca suas mercadorias "on sale" ou "50% off".	E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até trincar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, (...) Que obrigação tem um cidadão brasileiro de entender, por exemplo, que uma mercadoria "on sale" significa que esteja em liquidação? Ou que "50% off" quer dizer 50% a menos no preço? Isso não é apenas abusivo; tende a ser enganoso. E à medida que tais práticas se avolumam (atualmente de uso corrente no comércio das grandes cidades), tornam-se também danosas ao patrimônio cultural representado pela língua.

A Relação intertextual

Nesse parágrafo, aparece a voz de Aldo Rebelo argumentando em favor de seu projeto ao afirmar que os estrangeirismos prejudicam as pessoas que não têm domínio da língua inglesa, como o homem do campo, por exemplo. Para refutar a voz de Aldo Rebelo, Renata constrói um outro parágrafo.

Parágrafo 04 do texto de Renata	Excerto do texto-base
Mas tal fato é tão comum que, a palavra football, do inglês, foi transformada em português e entrou para a nossa língua definitivamente. Assim como o verbo delete, que é proveniente da língua inglesa, porém tem raiz latina. E isso tudo acontece mesmo sem uma legislação específica que organize o processo.	Iniciativas como o projeto de lei de Aldo Rebelo, que tentam limitar o uso de estrangeirismos na língua portuguesa, não contam com o apoio integral de professores e estudiosos de português. Para Oto Araújo Vale, chefe do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literatura da Faculdade de Letras da UFG, propostas como essas acarretam diversos problemas. "O maior deles refere-se à sua aplicabilidade. Nem sempre é tão fácil saber o que é estrangeirismo e como determinado termo de outro idioma é incorporado à língua", salienta. Ele cita como exemplo a palavra deletar, que vem da linguagem típica da informática e significa apagar. "O verbo delete é inglês, mas ele tem uma raiz latina. Tanto é assim que em português existem palavras com a mesma origem, como deletéria e indelével", menciona. O professor

	Oto lembra que a língua tem como uma de suas principais características a dinâmica, o que provoca constantes mudanças. “Isso é inerente à língua”, observa. Oto Vale assinala que a língua portuguesa assimila muitos termos estrangeiros, transformando-os à sua maneira, mesmo sem uma legislação específica que organize esse processo. “Há cerca de dez anos, houve a introdução no País do termo agrobusiness. Ninguém hoje em dia pronuncia essa palavra. Todos falam em agronegócio. Houve a tradução de forma espontânea.” O mesmo raciocínio também é válido para outras expressões, como winchester, que se tornou disco rígido, e football, que foi adaptado para futebol http://www2.opopular.com.br/antecedentes/11abr2004/opopular2/3.htm
--	---

A Relação intertextual

Logo no início desse parágrafo, Renata reformula dois excertos-base, explicitando, por meio da conjunção “mas” e da oração modalizadora “tal fato é tão comum”, uma orientação argumentativa distinta da do deputado Aldo Rebelo.

No quinto parágrafo, a aluna continua refutando a voz do deputado, como se vê a seguir.

Parágrafo 05 do texto de Renata	Excerto do texto-base
Esta lei de Aldo é, de certa forma, caso seja aprovada, muito difícil de se cumprir, pois quem irá fiscalizar rigidamente outdoors, propagandas, eventos públicos e produtos? O que se pode fazer para tentar contornar isto, é talvez conscientizar o brasileiro da importância de se preservar o português, e de tentar valorizá-lo.	Têm razão aqueles que acham inócuo o projeto de Aldo Rebelo. Não somos um bom exemplo na hora de cumprir leis. Corre-se o risco de, depois de aprovado, as coisas continuarem do mesmo jeito. Pode-se até aporuguesar as palavras, mas não se conseguirá fiscalizar diálogos, lojas e todas as mercadorias, como não se consegue policiar o trânsito para impedir velocidade acima de 60 quilômetros, nem que o motorista respeite o pedestre, ou que o pedestre cumpra a lei atravessando apenas na faixa, depois de sinalizar com a mão. http://novomilenio.inf.br/idioma/20000814.htm

A Relação intertextual

Nesse parágrafo, mais uma vez, a aluna reformula excertos de textos-base para dar consistência a sua própria voz. Utilizando a expressão modalizadora “muito difícil de se cumprir” e uma pergunta retórica (“... quem irá fiscalizar rigidamente outdoors, propagandas, eventos públicos e produtos?”), Renata questiona a validade do projeto de Aldo Rebelo, já que seria impraticável a fiscalização do cumprimento dessa lei. Em seguida, sem retextualizar nenhum excerto de textos-base, a aluna propõe um caminho, que, em sua perspectiva, seria mais eficaz: conscientizar os brasileiros sobre a importância da preservação e da valorização da Língua Portuguesa. Aqui, nota-se um uso inadequado dos modalizadores “pode fazer” e “talvez”, já que tais modalizadores sugerem a idéia de dúvida quanto à proposta feita pela aluna, sendo que modalizadores que expressassem idéia de certeza dariam mais força argumentativa à sua proposta. Também, é possível perceber que ao propor esse caminho, Renata está trazendo uma voz do senso comum, ou seja, a de que a conscientização sobre algo é a solução para tudo, o que exemplifica o “vácuo semântico” (Pécora, 1999). Nesse caso, a aluna poderia ter desfeito esse “vácuo semântico” se mostrasse o que especificamente poderia ser feito para haver conscientização do brasileiro quanto à valorização da língua portuguesa e quais seriam as possíveis conseqüências disso.

Por fim, no último parágrafo, Renata refuta novamente o posicionamento de Aldo Rebelo, reformulando, para isso, excertos dos textos-base, dos quais ela incorpora a mesma orientação argumentativa, o que se vê abaixo.

Parágrafo 06 do texto de Renata	Excerto do texto-base
06) Assim, fazer uma lei que proíbe o estrangeirismo pode ser exagero, pois são influências das quais não se pode fugir por estarmos vivendo num mundo globalizado. Os Estados Unidos é o país que domina o mundo, é a potencia mundial, e com isso, sofremos, sem duvida, fortes influencias.	Felizmente, desta vez a discussão está ganhando maior repercussão. Há aqueles que argumentam, com razão, que certo tipo de estrangeirismo revigora a língua, tornando-a mais rica. Joga neste time Pasquale Cipro Neto, colunista da Folha de S. Paulo e um dos mais badalados consultores de Português. São influências das quais não se pode fugir neste mundo globalizado, mas existem casos de pura tolice, como lojas que preferem on sale no lugar de "liquidação". http://novomilenio.inf.br/idioma/20000814.htm Oto Vale comenta que o emprego de palavras e expressões de idiomas estrangeiros é motivado, muitas vezes, pelo desejo de alcançar uma aura de refinamento. "O 50% off teria uma carga maior de prestígio que o 50% de desconto. No entanto, isso não é apreendido, já que até os vendedores da própria loja que anuncia em inglês falam em promoção e desconto com os clientes", explica. "Somos periferia e sofremos influência, principalmente dos Estados Unidos", admite Pasquale http://www2.opopular.com.br/antiores/11abr2004/opopular2/3.htm

A Relação intertextual

Para encerrar o texto, a aluna continua dialogando com a voz de Aldo Rebelo, refutando-a, valendo-se, novamente, da intertextualidade das semelhanças. Ou seja, ele segue a orientação argumentativa das vozes com as quais dialoga.

Nesse exemplo, ficou claro que, a partir da leitura de textos sobre o tema, a aluna conseguiu estabelecer um diálogo com as vozes presentes nesses textos e reformulá-las em sua dissertação. Através dessa reformulação foi possível identificar as relações de intertextualidade em sentido restrito (Koch, 1998) que a aluna estabeleceu com excertos dos quais se apropriou de vozes que contribuíram para dar consistência à sua orientação argumentativa. Essa aluna, portanto, demonstra compreensão sobre o gênero, habilidades de leitura, que lhe

permitiram buscar e selecionar os textos-base e excertos retextualizados, bem como conhecimentos lingüístico-discursivos suficientes para reformulação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que, com o uso da Rede, a facilidade de acesso ao conhecimento é muito grande. Dessa maneira, o aluno fica mais independente para construir seu conhecimento, já que ele pode ter acesso a diferentes tipos de informação em qualquer lugar onde tenha acesso à Rede. Textos antes encontrados em diferentes espaços físicos (livrarias, bibliotecas) passaram a ser acessados de um único local, não havendo a necessidade de nos deslocamento para buscar informações e construir conhecimento. Porém, quando se trata de inserir o uso da Rede no processo de ensino-aprendizagem, é preciso cautela.

O uso da Internet na escola pode trazer algumas implicações. Uma delas diz respeito diretamente ao papel do professor, que precisa ser reconfigurado para se adequar a esse novo contexto. O professor que aceitar o desafio de inserir essa nova tecnologia em sua prática pedagógica, precisa estar preparado para enfrentar uma situação que é nova: ele deixar de ser o elemento centralizador da construção do conhecimento e passa a ser visto como alguém que também precisa aprender sobre essas tecnologias para poder mediar o processo de ensino-aprendizagem. Além de ter que dominar um letramento que lhe é novo – e muitas vezes já incorporado por seus alunos – o professor deixa de ter o controle sobre o tipo de informação que circula em sala de aula.

A outra implicação está relacionada à criação de novos espaços para a construção do conhecimento que não se restrinjam à escola e à sala de aula. A rapidez com que se pode consultar a fonte inesgotável de informações já disponibilizadas *on line* leva a crer que o acesso à informação dependerá, no futuro, cada vez menos da escola e do professor. Em consequência disso, pode-se esperar que as relações entre professor e alunos sejam alteradas e reconstruídas de uma forma nova.

Tradicionalmente, no processo de ensino-aprendizagem da escrita, principalmente da dissertação no Ensino Médio, o professor, em geral, pensando no bom desenvolvimento do tema por parte do aluno, acaba passando uma série

de informações que considera relevantes quando elabora coletâneas para leitura ou para debater os textos das coletâneas já oferecidas pelos materiais didáticos. Tal prática pode gerar dependência do aluno em relação ao professor. Este, além de ser visto como aquele que domina as informações relevantes sobre o tema a dissertar e também o que conhece regras da gramática escolar tradicional, e, em última instância, é aquele que avalia o produto textual gerado. Nesse contexto, o aluno espera que o professor não só ensine a redigir um texto adequado, mas também que lhe dê o conteúdo necessário para produzir um texto que atenda os requisitos da avaliação prevista.

De fato, um dos problemas enfrentados pelos professores encontra-se na falta de conhecimento prévio, por parte da grande maioria dos alunos, a respeito dos temas a partir dos quais se deve dissertar. Sem esse conhecimento, isto é, sem ter contato com textos que veiculem as diferentes vozes que debatem sobre os temas em circulação na sociedade, o aluno terá muita dificuldade em definir e defender seu posicionamento. É a partir do contato com diferentes textos que o aluno entra em contato com as diferentes vozes e, como isso, pode construir a sua própria voz, apropriando-se dessas vozes às quais adere (plena ou parcialmente) ou refuta. Na tentativa de resolver esse problema, muitos professores incentivam os alunos à leitura e preparam coletâneas que são levadas para sala de aula com a finalidade de se promover uma discussão a respeito de um determinado tema. Com isso, tais professores crêem que o aluno adquira algumas informações a partir das quais ele consiga refletir e expressar essa reflexão por escrito.

Além do uso das coletâneas, que também possui restrições, a Internet, se utilizada adequadamente, também pode se tornar uma aliada, pois permite o acesso rápido a uma gama muito ampla de textos acerca dos mais variados temas. Na Internet, além de poder ter uma gama mais ampla de textos sobre um tema, o aluno pode acessar textos completos. Nas escolas da rede privada, tais como as em que realizei a pesquisa, o uso da Rede é cada vez mais comum ferramenta de pesquisa, inclusive para trabalhos escolares.

No entanto, o fato de que o aluno tenha acesso à Internet, não significa, porém, que automaticamente ele vá, por si só, perceber todo o potencial dessa nova tecnologia. O papel do professor torna-se, então, essencial para orientar o aluno, indicar-lhe caminhos, além de mostrar-lhe as vantagens e desvantagens dessa tecnologia. Só o fato de o usuário poder vencer as barreiras físicas no acesso à informação (ir à biblioteca), não significa que ele explore toda a potencialidade do meio. Portanto, é fruto de uma visão equivocada a afirmação de que, com a Internet, o professor deixa de ter papel essencial no processo de ensino-aprendizagem. O professor, na verdade, amplia seu papel de atuação, já que cabe a ele levar o aluno a explorar, de modo mais produtivo, o potencial da Rede como subsídio para as tarefas escolares.

A partir dessas reflexões, decidi “arriscar” e inserir, oficialmente, a Rede em minhas aulas de Redação em turmas do 2.º ano do Ensino Médio. Minha motivação foi o fato de ter verificado que, apesar de sempre indicar para pesquisa apenas a mídia impressa, meus alunos já utilizavam a Internet como fonte de informações. Além disso, tinha intenção de verificar até que ponto a Internet poderia ser uma “aliada” ou “vilã” no processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados da minha experiência apresentados neste trabalho indicam que, apesar de ser uma ferramenta utilizada com frequência pela maioria dos alunos, eles próprios reconhecem as dificuldades tanto para a busca quanto para a seleção das informações e os “perigos” a que estão sujeitos ao navegar. A análise que fiz das dissertações produzidas pelos alunos apontou alguns desafios a serem enfrentados pelos professores que desejam inserir a Rede em sua prática pedagógica, entre eles está o de levar o aluno a retextualizar os textos fontes e se expressar com suas próprias palavras.

A grande incidência de reprodução, encontrada nas dissertações dos alunos de um modo geral, um fato que poderia ser usado por aqueles que se opõem ao uso da Internet no processo de ensino-aprendizagem, nesse estudo ganhou outra dimensão, na medida em que foi explorada como indicativa de diferentes tipos de problemas: a) o aluno possui uma concepção equivocada de

escrita (escrever é copiar); b) o aluno está com dificuldade no processo de construção de sentido, não conseguindo estabelecer o diálogo entre as diferentes vozes presentes nos diversos textos lidos; c) o aluno consegue reconhecer os trechos que interessa à defesa de seu posicionamento, porém não se sente seguro e/ou não possui domínio lingüístico suficiente para realizar as reformulações.

Assim, acredito que o professor que deseja utilizar a Internet nas aulas de Redação, precisa pensar em novas práticas que, ao auxiliarem o aluno na construção dos conhecimentos a partir de diversas fontes, propiciadas pela Rede, práticas que minimizem ou ajudem o aluno a contornar as dificuldades apontadas acima assim como os demais problemas ressaltados ao longo das análises feitas na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

APARÍCIO, Ana Sílvia Moço. A inovação em aula de gramática no ensino fundamental II da escola pública estadual paulista: um estudo de caso. In: SIGNORINI, Inês. (org.) **Os significados da inovação no ensino de língua portuguesa e na formação de professores**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, [1929] 1997.

_____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, [1953] 1992.

BARTON, David; HAMILTON, Mary & IVANIC, Roz (Orgs.). **Situated literacies**. London: Routledge, 2000.

BRAGA, Denise Bértoli. Práticas Letradas Digitais: Considerações sobre Possibilidades de Ensino e de Reflexão Social Crítica. In: ARAÚJO, Júlio César. (Org.) **Internet & Ensino: novos gêneros, outros desafios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf> >

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais : ensino médio**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf >

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC, 1999.

CONCEIÇÃO, Rute Izabel Simões. Da redação escolar ao discurso. **Linguagem & Ensino**. Vol.3, N.º 2. Pelotas-RS: Educat, 2000. p.109-133. Disponível em <
http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v3n2/H_Conceicao.pdf >

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FÁVERO, Leonor; KOCH, Ingedore Villaça. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1983.

GAFFURI, Pricila; MENEGASSI, Renilson José. A leitura e a produção textual no ensino fundamental. Relatório final de pesquisa desenvolvido no Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Maringá-UEM: Maringá-PR, 2007. Disponível em < <http://www.escreita.uem.br/escreita/pdf/pgaffuri.pdf> >

GERALDI, João Wanderley. (org.) **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1990.

HAWISHER, Gail E.; SELFE, Cynthia L. **Passions, Pedagogies, and 21st Century Technologies**. Logan-Utah: Utah State University Press, 1999.

KOCH, Ingedore Villaça. **A Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **A Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **Argumentação e linguagem**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, E ; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa D.A. de **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Lingüística textual: o que é, como se faz**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE:UFPE, 1983

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.). **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1990.

PÉCORA, Alcir. **Problemas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PERINI, Mário A. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1996.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. Interação em sala de aula e gêneros escolares do discurso: um enfoque enunciativo. 1999. [mimeo]

_____. A teoria dos gêneros em Bakhtin: construindo uma perspectiva enunciativa de compreensão e produção na escola. 1998. [mimeo]

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004.

SIGNORINI, Inês. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto de pesquisa em Lingüística Aplicada. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda C. **Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1998;.

SNYDER, Ilana. **Page to Screen: taking literacy into the electronic era**. London and New York: Routledge, 1998.

SOARES, Magda Becker. Aprender a escrever, ensinar a escrever. In: ZACCUR, Edwiges. (org.) **A magia da linguagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Dp&A: SEPE, 2001.

SOLÉ, Izabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TEZZA, Cristóvão. A construção da voz no romance. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas:SP, Editora da Unicamp, 1997.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.) **A leitura nos oceanos da internet**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Edna Guedes de. **Dissertação – gênero ou tipo textual?** Dissertação de mestrado, UFPE, 2003.

UNICAMP. Comissão permanente para os vestibulares – Comvest . **Manual do candidato**. Campinas-SP: Unicamp-Convest, 2004. Disponível em < http://www.convest.unicamp.br/vest_antteriores/vest2004.html >

WALTON, Marion. Behind the Screen: The Language of Web Design. In: SNYDER, Ilana; BEAVIS, Catherine (Editors). **Doing Literacy Online: teaching, learning and playing in an electronic world**. New Jersey: Hampton Press, 2004.

WITHROW, Frank B. **Literacy in the digital age: reading, writing, viewing, and computing**. Lanham-Maryland: Scarecrow Education, 2004.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Júlio César. (org.) **Internet & Ensino: novos gêneros, outros desafios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BOLTER, Jay David. **Writing Space: computers, hypertext and the remediation of print**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. 2.ed. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

KAWAMOTO, Kevin. **Media and society in the digital age**. Washington-USA: Allyn and Bacon, 2003.

LANKSHEAR, Colin; SNYDER, Ilana. **Teachers and techno-literacy: managing literacy, technology and learning in schools**. Allen Unwin, 2001.

MARINHO, Marildes. (org.) **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. São Paulo: Mercado de Letras; Campinas-SP: Associação de Leitura do Brasil; Belo Horizonte: MG, CEALE, 2001.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura e produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1994.

MELLO, Dulcina E. W. de (org.) **Gêneros textuais: ensino e produção**. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2004.

ROJO, Roxane. (org.) **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2000.

SILVA, Jane Quintiliano G. Gênero discursivo e tipo textual. **Scripta**. v.2, n.4, Belo Horizonte-MG: Puc-Minas, 1999, p.87-107.

ANEXOS

Anexo 1 - Questionário	114
Anexo 2 – texto de Susana da Costa	116
Anexo 3 – texto de Camila De Lucca.....	123
Anexo 4 – texto de Joaquim de Lima e Silva	129
Anexo 5 – texto de Laura de Azevedo	131
Anexo 6 – texto de Renata de Almeida Santos	136

Anexo 1 - Questionário

Idade _____ Sexo: M () F () Série _____

01. Tem computador em casa () sim () não

02. Há quanto tempo? _____

03. Usa o computador? () sim () não

04. Com que frequência ? () diariamente
() 1 ou 2 vezes por semana
() 3 vezes por semana
Outra frequência _____

05. Indique as finalidades para as quais usa o computador.

06. Você tem acesso à internet? () sim () não

07. Onde você acessa a internet?

08. Com que finalidade você usa a internet?

09. Com que frequência você acessa a Internet e qual é o tempo de uso cada vez que acessa? _____

10. Usa a internet para pesquisa escolar? () sim () não

11. Com que frequência ? _____

12. Em que disciplinas você usa (ou já usou) a internet para pesquisa escolar?

13. Que ferramentas de busca você usa para essas pesquisas escolares?

14. Como a internet ajuda no trabalho escolar?

15. Gostaria que a escola usasse mais a internet? () sim () não

16. Como?

17. Se você fosse professor, como usaria a internet para o ensino?

18. Como você acha que a internet poderia ser utilizada na disciplina de Língua Portuguesa/Redação?

19. Usa a internet para pesquisar outras informações? () sim () não

20. Que tipos de informação você normalmente busca na internet?

21. Com que frequência? _____

22. Para essas buscas, você usa as mesmas ferramentas utilizadas para pesquisas escolares? Se não, quais você usa?

23. O que mais atrai você na internet?

24. Que ambientes da internet você usa/ (chats, fóruns, blogs...)

25. Comentários adicionais.

Histórico:

01) <http://www.bioetica.ufrgs.br/eutanasia.htm>

Eutanásia

José Roberto Goldim

A palavra eutanásia tem sido utilizada de maneira confusa e ambígua, pois tem assumido diferentes significados conforme o tempo e o autor que a utiliza. Várias novas palavras, como [distanásia](#), [ortotanásia](#), [mistanásia](#), têm sido criadas para evitar esta situação. Contudo, esta proliferação vocabular, ao invés de auxiliar, tem gerado alguns problemas conceituais.

O termo Eutanásia vem do grego, podendo ser traduzido como "boa morte" ou "morte apropriada". O termo foi proposto por [Francis Bacon](#), em 1623, em sua obra "Historia vitae et mortis", como sendo o "tratamento adequado as doenças incuráveis". De maneira geral, entende-se por eutanásia quando uma pessoa causa deliberadamente a morte de outra que está mais fraca, debilitada ou em sofrimento. Neste último caso, a eutanásia seria justificada como uma forma de evitar um sofrimento acarretado por um longo período de doença. Tem sido utilizado, de forma equivocada, o termo Ortotanásia para indicar este tipo de eutanásia. Esta palavra deve ser utilizada no seu real sentido de utilizar os meios adequados para tratar uma pessoa que está morrendo.

O termo eutanásia é muito amplo e pode ter diferentes interpretações. Um exemplo de utilização diferente da que hoje é utilizada foi a proposta no século XIX, os teólogos Larrag e Claret, em seu livro "Prontuários de Teologia Moral", publicado em 1866. Eles utilizavam eutanásia para caracterizar a "morte em estado de graça".

Existem dois elementos básicos na caracterização da eutanásia: a intenção e o efeito da ação. A intenção de realizar a eutanásia pode gerar uma ação ([eutanásia ativa](#)) ou uma omissão, isto é, a não realização de uma ação que teria indicação terapêutica naquela circunstância ([eutanásia passiva](#)). Desde o ponto de vista da ética, ou seja, da justificativa da ação, não há diferença entre ambas.

Da mesma forma, a eutanásia, assim como o [suicídio assistido](#), são claramente diferentes das decisões de retirar ou de não implantar um tratamento, que não tenha eficácia ou que gere sérios desconfortos, unicamente para prolongar a vida de um paciente. Ao contrário da eutanásia e do suicídio assistido, esta retirada ou [não implantação](#) de medidas consideradas [fúteis](#) não agrega outra causa que possa conduzir à morte do paciente. Esta, porém, não foi a interpretação da Suprema Corte de Nova Iorque, julgando o [caso Quill](#), em 08 de janeiro de 1997, quando afirmou não haver diferenças legais e morais entre não implantar ou retirar uma medida extraordinária e o suicídio assistido. Em junho de 1997 a [Suprema Corte Norte Americana](#), se pronunciou contrariamente a esta posição, afirmando que existem diferenças entre estas decisões, quer do ponto de vista médico quanto legal.

A [tradição hipocrática](#) tem acarretado que os médicos e outros profissionais de saúde se dediquem a proteger e preservar a vida. Se a eutanásia for aceita como um ato médico, os

médicos e outros profissionais terão também a tarefa de causar a morte. A participação na eutanásia não somente alterará o objetivo da atenção à saúde, como poderá influenciar, negativamente, a confiança para com o profissional, por parte dos pacientes. A Associação Mundial de Medicina, desde 1987, na [Declaração de Madrid](#), considera a eutanásia como sendo um procedimento eticamente inadequado.

[Distanásia](#): Morte lenta, ansiosa e com muito sofrimento. Alguns [autores](#) assumem a distanásia como sendo o antônimo de eutanásia. Novamente surge a possibilidade de confusão e ambigüidade. A qual eutanásia estão se referindo? Se for tomado apenas o significado literal das palavras quanto a sua origem grega, certamente são antônimos. Se o significado de distanásia for entendido como prolongar o sofrimento ele se opõe ao de eutanásia que é utilizado para abreviar esta situação. Porém se for assumido o seu conteúdo moral, ambas convergem. Tanto a eutanásia quanto a distanásia são tidas como sendo eticamente inadequadas.

[Ortotanásia](#): é a atuação correta frente a morte. É a abordagem adequada diante de um paciente que está morrendo. A ortotanásia pode, desta forma, ser confundida com o significado inicialmente atribuído à palavra eutanásia. A ortotanásia poderia ser associada, caso fosse um termo amplamente, adotado aos cuidados paliativos adequados prestados aos pacientes nos momentos finais de suas vidas.

[Mistanásia](#): também chamada de *eutanásia social*. [Leonard Martin](#) sugeriu o termo mistanásia para denominar a morte miserável, fora e antes da hora. Segundo este autor, "dentro da grande categoria de mistanásia quero focalizar três situações: primeiro, a grande massa de doentes e deficientes que, por motivos políticos, sociais e econômicos, não chegam a ser pacientes, pois não conseguem ingressar efetivamente no sistema de atendimento médico; segundo, os doentes que conseguem ser pacientes para, em seguida, se tornar vítimas de erro médico e, terceiro, os pacientes que acabam sendo vítimas de má-prática por motivos econômicos, científicos ou sociopolíticos. A mistanásia é uma categoria que nos permite levar a sério o fenômeno da maldade humana".

[Jiménez de Asúa](#) L. Libertad para amar y derecho de morir. Buenos Aires: Losada, 1942:402-510.

deBlois J, Norris P, O'Rourke K. A primer for health care ethics. Washington: Georgetown, 1995:175-6,182.

Admiraal P. Euthanasia and assisted suicide. In: Thomasma DC, Kushner T. Birth to death. Cambridge: Cambridge, 1996:210.

[Breve Histórico da Eutanásia](#)

[Problemas de Fim de Vida: Paciente Terminal, Morte e Morrer \(aula\)](#)

[Declaração de Marbella sobre Suicídio Medicamente Assistido - WMA/1992](#)

[Casos](#)

[Textos - Eutanásia](#)

(c)Goldim/1997-2004

02)<http://www.providaanapolis.org.br/eutvista.htm>

Eutanásia à vista!

"Nunca é lícito matar o outro: ainda que ele o quisesse, mesmo se ele o pedisse (...) nem é lícito sequer quando o doente já não estivesse em condições de sobreviver"

(Santo Agostinho in *Epistula* 204,5: CSEL 57,320)

O atual Código Penal, com propriedade, não especifica o crime da eutanásia. O médico que mata seu doente alegando "compaixão" (!) comete crime de homicídio simples, tipificado no artigo 121, com pena de 6 a 20 anos de reclusão. Realmente não há motivo algum de distinguir a eutanásia de um homicídio simples, a não ser talvez, para aumentar a pena do criminoso. Sim, pois um doente requer, mais que alguém sadio, assistência à sua vida. Matar um doente poderia, assim, ser uma forma qualificada de homicídio, com pena maior, como as listadas no artigo 121 §2º, com pena de 12 a 30 anos de reclusão.

O que ocorreu no Anteprojeto do Código Penal elaborado pela Comissão de "Alto Nível" nomeada pelo Ministro Íris Rezende foi exatamente o contrário. Distinguiu-se a eutanásia de um homicídio simples, não para aumentar, mas para diminuir sua pena. E a diminuição foi grande: reclusão de três a seis anos. O máximo para a pena da eutanásia (6 anos) passa a ser exatamente o mínimo para a pena do homicídio simples!

A redação do parágrafo que se refere à eutanásia leva o leitor a ter uma grande simpatia pelo criminoso, quase absolvendo-o do crime. Leiamos:

Art. 121 §3º - Se o autor do crime agiu por compaixão, a pedido da vítima, imputável e maior, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável, em razão de doença grave:

Pena - Reclusão de três a seis anos.

O artigo ainda usa a palavra "crime" referindo-se à eutanásia, mas suaviza-a de várias formas. O criminoso não é tão culpado, pois agiu por "compaixão". Além disso foi o doente quem pediu que ele o matasse. A intenção foi "boa": abreviar um sofrimento físico insuportável. E há ainda uma boa "razão": a gravidade da doença.

Vê-se como a nova redação prepara psicologicamente o país para a legalização da eutanásia, em perfeita harmonia com a legalização do aborto eugênico, colocado no inciso III do artigo 128, e para gáudio dos adeptos do nazismo.

O parágrafo 4º do artigo 121 do Anteprojeto traz um caso de exclusão de ilicitude:

"Não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos, a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente, ou na sua impossibilidade, de ascendente, descendente, cônjuge, companheiro ou irmão."

É lamentável que o amásio ou concubino (aqui referido com o eufemismo de "companheiro") pareça ter o mesmo "status" que os membros da família legitimamente constituída. Abstraindo disto, que diz a Igreja sobre o caso?

"Quando a morte se anuncia iminente e inevitável, pode-se em consciência 'renunciar a tratamentos que dariam somente um prolongamento precário e penoso da vida, sem contudo interromper os cuidados normais devidos ao doente em casos semelhantes'. (...) A renúncia a meios extraordinários ou desproporcionados não equivale ao suicídio ou à eutanásia; exprime, antes, a aceitação da condição humana defronte à morte" (SS. João Paulo II, Encíclica Evangelium Vitae, n.º 65; os grifos são meus).

Seria conveniente acrescentar um parágrafo após o 4º (renumerando-se os demais), com a seguinte observação:

§ 5º - *A exclusão de ilicitude a que se refere o parágrafo anterior não se aplica se houve omissão de meios terapêuticos ordinários ou dos cuidados normais devidos a um doente, com o fim de causar-lhe a morte.*

Isto evitaria que o § 4º fosse utilizado para ocultar verdadeiros atos de eutanásia, como a negação de remédios comuns a um doente incurável.

Sugestões como esta devem ser encaminhadas ao Ministério da Justiça - Secretaria Executiva, 3º andar do Edifício Sede, sala 300, Brasília - DF, CEP: 70064-900 ou via Internet

(<http://www.mj.gov.br> E-mail: codigopenal@mj.gov.br).

Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz

1º de abril de 1998



03) http://www.geocities.yahoo.com.br/hzetanoticias/eutanasia/eut_01htm

EUTANÁSIA

O termo Eutanásia vem do grego, podendo ser traduzido como "boa morte" ou "morte apropriada". O termo foi proposto por Francis Bacon, em 1623, em sua obra "Historia vitae et mortis", como sendo o "tratamento adequado as doenças incuráveis". De maneira geral, entende-se por eutanásia quando uma pessoa causa deliberadamente a morte de outra que está mais fraca, debilitada ou em sofrimento. Neste último caso, a eutanásia seria utilizada para evitar a distanásia. Tem sido utilizado, de forma equivocada, o termo Ortotanásia para indicar este tipo de eutanásia. Esta palavra deve ser utilizada no seu real sentido de utilizar os meios adequados para tratar uma pessoa que está morrendo.

O termo eutanásia é muito amplo e pode ter diferentes interpretações. Um exemplo de utilização diferente da que hoje é utilizada foi a proposta no século XIX, os teólogos Larrag e Claret, em seu livro "Prontuários de Teologia Moral", publicado em 1866. Eles utilizavam eutanásia para caracterizar a "morte em estado de graça".

Existem dois elementos básicos na caracterização da eutanásia: a intenção e o efeito da ação. A intenção de realizar a eutanásia pode gerar uma ação (eutanásia ativa) ou uma omissão, isto é, a não realização de uma ação que teria indicação terapêutica naquela circunstância (eutanásia passiva). Desde o ponto de vista da ética, ou seja, da justificativa da ação, não há diferença entre ambas.

Da mesma forma, a eutanásia, assim como o suicídio assistido, são claramente diferentes das decisões de retirar ou de não implantar um tratamento, que não tenha eficácia ou que gere sérios desconfortos, unicamente para prolongar a vida de um paciente. Ao contrário da eutanásia e do suicídio assistido, esta retirada a não implantação de medidas consideradas

fúteis, não agrega outra causa que possa conduzir à morte do paciente. Esta, porém, não foi a interpretação da Suprema Corte de Nova Iorque, julgando o caso Quill, em 08 de janeiro de 1997, quando afirmou não haver diferenças legais e morais entre não implantar ou retirar uma medida extraordinária e o suicídio assistido. Em junho de 1997 a Suprema Corte Norte Americana, se pronunciou contrariamente a esta posição, afirmando que existem diferenças entre essas decisões, quer do ponto de vista médico quanto legal.

A tradição hipocrática tem acarretado que os médicos e outros profissionais de saúde se dediquem a proteger e preservar a vida. Se a eutanásia for aceita como um ato médico, os médicos e outros profissionais terão também a tarefa de causar a morte. A participação na eutanásia não somente alterará o objetivo da atenção à saúde, como poderá influenciar, negativamente, a confiança para com o profissional, por parte dos pacientes. A Associação Mundial de Medicina, desde 1987, na Declaração de Madrid, considera a eutanásia como sendo um procedimento eticamente inadequado.

EUTANÁSIA E O DIREITO A MORRER COM DIGNIDADE

Aos 83 anos, Sigmund Freud havia se submetido a 33 operações. Sofria de câncer no maxilar havia 16 anos, já não agüentava. Chamou seu amigo e colega Marx Schur, o médico que o tratava fazia muitos anos, e disse: "agora minha vida não passa de permanente tortura. Esta tortura não mais sentido". Mais tarde, Schur testemunhou: "injeitei-lhe dois centigramas de morfina. Repeti a dose após cerca de doze horas. Freud caiu em coma e não mais despertou".

Este depoimento entre tantos que surgem às claras sobre eutanásia. Os meios de comunicação alardeiam com certa frequência casos e situações especialmente polêmicas em torno do problema, por exemplo, o caso de Karen Ann Quilan nos EUA; as quatro enfermeiras austríacas que mataram em torno de 200 velhinhos, vindo a público em abril de 1989, e aqui no Brasil a celeuma em torno do caso de Taubaté.

POSICIONAMENTO DE DOIS MÉDICOS

O termo eutanásia, apesar de significar, etimologicamente, "boa morte", traz consigo uma carga pejorativa pela virtual associação com o extermínio de velhos, doentes mentais ou deficientes físicos. O recente filme "Arquitetura da destruição", documentário sobre a ideologia e a implementação no nazismo na Alemanha, pontua cristalinamente o objetivo (que nos causa repulsa) de se obter uma "raça pura e higienizada" através da eliminação de todos os "diferentes".

Não é dessa eutanásia, entretanto, da qual falarei. Quero referir-me, especificamente, à situação de parceria que se pode criar entre médico e paciente, ambos absolutamente convencidos da inutilidade (e da crueldade) do prolongamento de uma terapêutica sem qualquer expectativa de êxito, apenas trazendo mais sofrimento e mais dor para o doente.

Sempre defendi em bioética o respeito tão absoluto quanto possível à autonomia do paciente. Isto é, à sua autodeterminação, à sua liberdade de governar-se conforme o seu entendimento, aceitando ou recusando as atenções de saúde, escolhendo seu médico, acolhendo ou não suas recomendações.

Somos freqüentemente lembrados de que a constituição brasileira assegura a todo cidadão o direito à vida, o que é fundamental num Estado democrático, mas não aceito a idéia de existir um dever de vida, isto é, uma obrigatoriedade de quem quer que seja continuar vivendo, contrariamente à sua vontade, estribada nos próprios sentimentos e razão.

Dentro dessa ótica (e dessa ética), não vejo razão para que um paciente, sem qualquer perspectiva de melhora, tão somente sujeito a novas dores físicas e psíquicas - não vejo qualquer razão para que esse paciente, exprimindo sua decisão de forma lúcida, clara e livre, não possa ser "ajudado" a abreviar a sua vida.

É claro que o médico, também detentor da própria autonomia, não poderá e não deverá ser instigado por terceiros a participar de um ato (ou de uma omissão) que ele considera criminoso. Já o disse, a abreviação da vida é um evento de parceria, de solidariedade, de amor, entre seres humanos.

A lei brasileira, por ora, condena formalmente todo tipo de eutanásia, até mesmo nessas situações, acima referidas, que os eticistas dos EUA preferem denominar "suicídio assistido". Assim, não posso recomendar uma prática atualmente proscrita. Mas, ainda assim, insisto convictamente neste enfoque autonomista, tão válido par o aidético terminal, como para o paciente oncológico também em fase final da vida, ou para outros casos semelhantes.

Considero que a liberdade se sobreponha, na minha hierarquia de valores, à própria vida.

Dr. Marco Segre - Professor titular do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP.

ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS

Existem basicamente três tipos de objeção à eutanásia que merecem ser mencionados:

1) diz-se que a eutanásia enfraqueceria a pesquisa médica e que amorteceria o incentivo para encontrar a cura para as doenças causadoras de dor. Isso é um contra-senso absurdo, porque, ao mesmo tempo em que "praticam" a eutanásia, a luta dos médicos contra doenças fatais e dolorosas, em vez de diminuir, aumenta fantasticamente. A razão por trás da ciência médica é a eliminação ou o controle das doenças e não meramente a supressão do sofrimento, embora também seja isso.

2) objeta-se que herdeiros e inimigos do doente grave poderiam usar a eutanásia para apressar sua morte. A isso se contrapõe o fato de que os requisitos legais de uma solicitação por escrito do paciente e a exaustiva investigação prévia, tanto médica como jurídica, seriam uma salvaguarda suficiente. O paciente, na realidade, teria muito mais proteção do que aquela que lhe é oferecida até agora sob o atual sistema, em que eutanásia clandestina continua ser largamente praticada.

3) é proclamado que, uma vez autorizada a adoção da morte piedosa, a aplicação do seu princípio tenderia a se ampliar desastrosamente para incluir até enfermidades não fatais. Por que será então, para usar uma analogia correlata, que a pena de morte, há longo tempo em voga, tem sido sua aplicação progressivamente restrita e não aumentada? De fato, por todas as evidências estatísticas disponíveis, a pena capital tem sido cada vez menos utilizada desde os tempos em que as pessoas eram enforcadas por terem meramente roubado comida!

Esta objeção alarmista é a velha e surrada bandeira, moralmente herético, do "perigo potencial", contra a qual é sempre oportuno lembrar a sábia regra do "abusus non tollit usum".

É o mais absoluto dos equívocos voltar as costas para qualquer doutrina, simplesmente porque ela contém "perigos potencias". O fogo era perigoso da mesma forma que a linguagem o era, desde o começo. E ambos continuam sendo perigosos até hoje! Só que os seres humanos jamais teriam saído das cavernas sem os dois!...

Para encerrar de vez o assunto, fica absolutamente claro que, antes de discutir o tema em termos racionais, é indispensável firmar dois pontos: qual o significado que se está adotando para o termo eutanásia naquela discussão em particular? E qual o conceito de morte que se está firmando nessa discussão?

Por outro lado, gostaríamos de deixar bem claro que, segundo nosso entendimento, a ética médica é circunstancial, casuística e exige, com frequência, uma decisão específica para aquele momento, ou seja, cada caso é um caso, com suas particularidades e peculiaridades, não obstante a necessidade de regras gerais de conduta, como elementos de orientação.

A propósito do assunto, o prof. Jean Crosnier, do Hospital Necker de Paris, em debate há 18 anos sobre o assunto em Gênêve dizia: "até onde os médicos podem (devem) chegar?"

Onde está o limite em que é suspensa a terapia razoável e começa a obstinação irracional (aquilo que nós chamamos de "furor therapeuticus")? Acho impossível formular normas.

Cada médico deve resolver o problema de acordo com sua escolha (embora balizado pelas regras do conhecimento). Como se sabe não existem modelos, mas casos e doentes e cada um deles é um problema em particular. Com esse doente decidimos continuar a luta porque vemos uma possibilidade de vencer, com aquele outro, pelo contrário, o coeficiente de possibilidade pode nos parecer demasiado tênue ou nulo, para nos autorizar a infligir-lhe indiscriminadamente maiores sofrimentos.

Prof. Dr. Marcos de Almeida

Professor Titular da Disciplina de Medicina legal/Ética

Médica da Universidade Federal de São Paulo- Escola

Paulista de Medicina.

01) http://geocities.yahoo.com.br/hzetanoticias/eutanasia/eut_01.htm

EUTANÁSIA

O termo Eutanásia vem do grego, podendo ser traduzido como "boa morte" ou "morte apropriada". O termo foi proposto por Francis Bacon, em 1623, em sua obra "Historia vitae et mortis", como sendo o "tratamento adequado as doenças incuráveis". De maneira geral, entende-se por eutanásia quando uma pessoa causa deliberadamente a morte de outra que está mais fraca, debilitada ou em sofrimento. Neste último caso, a eutanásia seria utilizada para evitar a distanásia. Tem sido utilizado, de forma equivocada, o termo Ortotanásia para indicar este tipo de eutanásia. Esta palavra deve ser utilizada no seu real sentido de utilizar os meios adequados para tratar uma pessoa que está morrendo.

O termo eutanásia é muito amplo e pode ter diferentes interpretações. Um exemplo de utilização diferente da que hoje é utilizada foi a proposta no século XIX, os teólogos Larrag e Claret, em seu livro "Prontuários de Teologia Moral", publicado em 1866. Eles utilizavam eutanásia para caracterizar a "morte em estado de graça".

Existem dois elementos básicos na caracterização da eutanásia: a intenção e o efeito da ação. A intenção de realizar a eutanásia pode gerar uma ação (eutanásia ativa) ou uma omissão, isto é, a não realização de uma ação que teria indicação terapêutica naquela circunstância (eutanásia passiva). Desde o ponto de vista da ética, ou seja, da justificativa da ação, não há diferença entre ambas.

Da mesma forma, a eutanásia, assim como o suicídio assistido, são claramente diferentes das decisões de retirar ou de não implantar um tratamento, que não tenha eficácia ou que gere sérios desconfortos, unicamente para prolongar a vida de um paciente. Ao contrário da eutanásia e do suicídio assistido, esta retirada a não implantação de medidas consideradas fúteis, não agrega outra causa que possa conduzir à morte do paciente. Esta, porém, não foi a interpretação da Suprema Corte de Nova Iorque, julgando o caso Quill, em 08 de janeiro de 1997, quando afirmou não haver diferenças legais e morais entre não implantar ou retirar uma medida extraordinária e o suicídio assistido. Em junho de 1997 a Suprema Corte Norte Americana, se pronunciou contrariamente a esta posição, afirmando que existem diferenças entre essas decisões, quer do ponto de vista médico quanto legal.

A tradição hipocrática tem acarretado que os médicos e outros profissionais de saúde se dediquem a proteger e preservar a vida. Se a eutanásia for aceita como um ato médico, os médicos e outros profissionais terão também a tarefa de causar a morte. A participação na eutanásia não somente alterará o objetivo da atenção à saúde, como poderá influenciar, negativamente, a confiança para com o profissional, por parte dos pacientes. A Associação Mundial de Medicina, desde 1987, na Declaração de Madrid, considera a eutanásia como sendo um procedimento eticamente inadequado.

EUTANÁSIA E O DIREITO A MORRER COM DIGNIDADE

Aos 83 anos, Sigmund Freud havia se submetido a 33 operações. Sofria de câncer no maxilar havia 16 anos, já não agüentava. Chamou seu amigo e colega Marx Schur, o médico

que o tratava fazia muitos anos, e disse: "agora minha vida não passa de permanente tortura. Esta tortura não mais sentido". Mais tarde, Schur testemunhou: "injeitei-lhe dois centigramas de morfina. Repeti a dose após cerca de doze horas. Freud caiu em coma e não mais despertou".

Este depoimento entre tantos que surgem às claras sobre eutanásia. Os meios de comunicação alardeiam com certa frequência casos e situações especialmente polêmicas em torno do problema, por exemplo, o caso de Karen Ann Quilan nos EUA; as quatro enfermeiras austríacas que mataram em torno de 200 velhinhos, vindo a público em abril de 1989, e aqui no Brasil a celeuma em torno do caso de Taubaté.

POSICIONAMENTO DE DOIS MÉDICOS

O termo eutanásia, apesar de significar, etimologicamente, "boa morte", traz consigo uma carga pejorativa pela virtual associação com o extermínio de velhos, doentes mentais ou deficientes físicos. O recente filme "Arquitetura da destruição", documentário sobre a ideologia e a implementação no nazismo na Alemanha, pontua cristalinamente o objetivo (que nos causa repulsa) de se obter uma "raça pura e higienizada" através da eliminação de todos os "diferentes".

Não é dessa eutanásia, entretanto, da qual falarei. Quero referir-me, especificamente, à situação de parceria que se pode criar entre médico e paciente, ambos absolutamente convencidos da inutilidade (e da crueldade) do prolongamento de uma terapêutica sem qualquer expectativa de êxito, apenas trazendo mais sofrimento e mais dor para o doente.

Sempre defendi em bioética o respeito tão absoluto quanto possível à autonomia do paciente. Isto é, à sua autodeterminação, à sua liberdade de governar-se conforme o seu entendimento, aceitando ou recusando as atenções de saúde, escolhendo seu médico, acolhendo ou não suas recomendações.

Somos freqüentemente lembrados de que a constituição brasileira assegura a todo cidadão o direito à vida, o que é fundamental num Estado democrático, mas não aceito a idéia de existir um dever de vida, isto é, uma obrigatoriedade de quem quer que seja continuar vivendo, contrariamente à sua vontade, estribada nos próprios sentimentos e razão.

Dentro dessa ótica (e dessa ética), não vejo razão para que um paciente, sem qualquer perspectiva de melhora, tão somente sujeito a novas dores físicas e psíquicas - não vejo qualquer razão para que esse paciente, exprimindo sua decisão de forma lúcida, clara e livre, não possa ser "ajudado" a abreviar a sua vida.

É claro que o médico, também detentor da própria autonomia, não poderá e não deverá ser instigado por terceiros a participar de um ato (ou de uma omissão) que ele considera criminoso. Já o disse, a abreviação da vida é um evento de parceria, de solidariedade, de amor, entre seres humanos.

A lei brasileira, por ora, condena formalmente todo tipo de eutanásia, até mesmo nessas situações, acima referidas, que os eticistas dos EUA preferem denominar "suicídio assistido". Assim, não posso recomendar uma prática atualmente proscrita. Mas, ainda assim, insisto convictamente neste enfoque autonomista, tão válido para o aidético terminal, como para o paciente oncológico também em fase final da vida, ou para outros casos semelhantes.

Considero que a liberdade se sobreponha, na minha hierarquia de valores, à própria vida.

Dr. Marco Segre - Professor titular do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP

ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS

Existem basicamente três tipos de objeção à eutanásia que merecem ser mencionados:

1) diz-se que a eutanásia enfraqueceria a pesquisa médica e que amorteceria o incentivo para encontrar a cura para as doenças causadoras de dor. Isso é um contra-senso absurdo, porque, ao mesmo tempo em que "praticam" a eutanásia, a luta dos médicos contra doenças fatais e dolorosas, em vez de diminuir, aumenta fantasticamente. A razão por trás da ciência médica é a eliminação ou o controle das doenças e não meramente a supressão do sofrimento, embora também seja isso.

2) objeta-se que herdeiros e inimigos do doente grave poderiam usar a eutanásia para apressar sua morte. A isso se contrapõe o fato de que os requisitos legais de uma solicitação por escrito do paciente e a exaustiva investigação prévia, tanto médica como jurídica, seriam uma salvaguarda suficiente. O paciente, na realidade, teria muito mais proteção do que aquela que lhe é oferecida até agora sob o atual sistema, em que eutanásia clandestina continua ser largamente praticada.

3) é proclamado que, uma vez autorizada a adoção da morte piedosa, a aplicação do seu princípio tenderia a se ampliar desastrosamente para incluir até enfermidades não fatais. Por que será então, para usar uma analogia correlata, que a pena de morte, há longo tempo em voga, tem sido sua aplicação progressivamente restrita e não aumentada? De fato, por todas as evidências estatísticas disponíveis, a pena capital tem sido cada vez menos utilizada desde os tempos em que as pessoas eram enforcadas por terem meramente roubado comida!

Esta objeção alarmista é a velha e surrada bandeira, moralmente herético, do "perigo potencial", contra a qual é sempre oportuno lembrar a sábia regra do "abusus non tollit usum".

É o mais absoluto dos equívocos voltar as costas para qualquer doutrina, simplesmente porque ela contém "perigos potencias". O fogo era perigoso da mesma forma que a linguagem o era, desde o começo. E ambos continuam sendo perigosos até hoje! Só que os seres humanos jamais teriam saído das cavernas sem os dois!...

Para encerrar de vez o assunto, fica absolutamente claro que, antes de discutir o tema em termos racionais, é indispensável firmar dois pontos: qual o significado que se está adotando para o termo eutanásia naquela discussão em particular? E qual o conceito de morte que se está firmando nessa discussão?

Por outro lado, gostaríamos de deixar bem claro que, segundo nosso entendimento, a ética médica é circunstancial, casuística e exige, com frequência, uma decisão específica para aquele momento, ou seja, cada caso é um caso, com suas particularidades e peculiaridades, não obstante a necessidade de regras gerais de conduta, como elementos de orientação.

A propósito do assunto, o prof. Jean Crosnier, do Hospital Necker de Paris, em debate há 18 anos sobre o assunto em Gênêve dizia: "até onde os médicos podem (devem) chegar? Onde está o limite em que é suspensa a terapia razoável e começa a obstinação irracional (aquilo que nós chamamos de "furor terapeuticus")? Acho impossível formular normas. Cada médico deve resolver o problema de acordo com sua escolha (embora balizado pelas

regras do conhecimento). Como se sabe não existem modelos, mas casos e doentes e cada um deles é um problema em particular. Com esse doente decidimos continuar a luta porque vemos uma possibilidade de vencer, com aquele outro, pelo contrário, o coeficiente de possibilidade pode nos parecer demasiado tênue ou nulo, para nos autorizar a infligir-lhe indiscriminadamente maiores sofrimentos.

Prof. Dr. Marcos de Almeida
Professor Titular da Disciplina de Medicina legal/Ética
Médica da Universidade Federal de São Paulo- Escola
Paulista de Medicina.

02) <http://www.espacoacademico.com.br/030/30edamasio.htm>

Rediscutindo a eutanásia

O Conselho Europeu tem discutido a eutanásia sem chegar a um consenso. A divisão é tão clara que, tendo uma dimensão geográfica, chega a causar questionamentos. Os países nórdicos querem sua legalização enquanto o sul continua com a inabalável opinião contrária. Seria isso uma influência climática, política, cultural de cada região?

Os argumentos de ambos os lados não são suficientes para converter a oposição. Os favoráveis alegam que os doentes devem ter plena autonomia para decidirem se querem continuar sofrendo ou não (em casos de inconsciência do doente, caberia à família tal decisão); além disso cada vez mais médicos assumem que aceitariam praticar o ato em segredo.

De outro lado os não favoráveis lutam para que a vida seja mantida em não importa qual situação, apoiam-se no que diz a declaração do Conselho Permanente de 1991, onde: *"todo homem tem o direito e o dever, em caso de doença grave, de receber os cuidados necessários para conservar a vida e a saúde."*

Aceitar a eutanásia seria, para esses últimos, um regresso científico. Se chegamos ao ponto de encontrarmos a cura para várias doenças, seria retroceder ao admitir a interrupção de um tratamento ou, mesmo, a indução à morte.

Tem-se detectado casos de pessoas que, após anos em coma, apresentaram melhoras consideráveis e até cura total. Entretanto, ainda são maiores os resultados opostos a esses.

Nos últimos tempos tenho observado (tanto na França como no Brasil) pessoas reivindicando tal prática, inclusive mães que pedem a morte de seus filhos por não terem condições de dedicarem-se devidamente às suas deficiências. Essa atitude é deveras chocante, porém, é preciso ouvir o grito mais forte que vem por traz desses pedidos: na verdade, há um clamor por melhores condições de vida, maior assistência e menos discriminação para com os doentes e deficientes. Quando se roga pela morte procura-se, verdadeiramente, a vida. Uma vida digna onde caiba o convívio com as diferenças, com as limitações de cada um. Uma vida que respire esperança ainda que ela seja transportada por tubos.

Ao menos, a Assembléia Nacional Francesa decidiu criar uma missão de informação parlamentar sobre o assunto e uma grande conferência acontecerá nos dias 14 e 15 de

janeiro de 2004. Talvez até lá as idéias estejam mais maduras e o país, que diz ser a favor da legalização com algumas ressalvas, possa ter uma resolução final.

A questão é complexa, tomar uma posição é um caso de vida ou morte. Qual seria a melhor opção? Se temos a liberdade de escolha, tenhamos claras as consequências provocadas por ela. Agora, no início do século XXI, devemos ultrapassar fronteiras, culturais ou políticas, pois, de norte a sul, cabe ao homem essa decisão.

CELUY ROBERTA HUNDZINSKI DAMÁSIO

03) http://www.contrac.hpg.ig.com.br/a_eutanasia.htm

Desliga, doutor...

A questão da eutanásia provoca, por si só, discussões entusiasmadas tanto defendendo quanto condenando a prática. Em uma sociedade que tem uma consciência judaico-cristã profundamente enraizada, como no Brasil, essas discussões se tornam ainda mais acirradas. Essa consciência, porém, não deve nos impedir de analisar o tema com uma certa frieza e uma boa dose de discernimento.

Muito se diz que ninguém tem o direito de tirar a vida de outra pessoa. Isso é óbvio.

Entretanto, em se tratando da eutanásia, o próprio paciente que se encontra em estado terminal é quem teria o poder de decisão. Decisão sobre a própria vida. Já imaginou se não pudéssemos escolher que carreira vamos seguir, o que vamos consumir, como vamos nos vestir? Se podemos decidir assuntos como esses, assumindo os riscos que nossas resoluções podem, eventualmente acarretar, não poderíamos decidir se queremos ou não viver?

É impossível impor um desejo a alguém. Além disso, não se pode imaginar o sofrimento pelo qual um doente passa quando não tem mais condições de viver. Em inúmeros casos, pacientes com câncer têm que tomar, sistematicamente, injeções de morfina para suportarem vivos a dor que sentem. Viver assim é digno? Aliás, viver assim é viver?

Os que abominam a eutanásia cometem o absurdo de dizer que, se determinada pessoa está sofrendo com uma doença pavorosa e sem nenhuma perspectiva de vida, é porque de certa forma o padecimento é merecido, para pagar algo de ruim que essa pessoa teria feito. Isso é inaceitável! Ninguém, por pior que seja, merece tamanho sofrimento, nem nada justifica esse tipo de pensamento. Atender ao desejo de um paciente que opta pela eutanásia é uma questão de humanidade, de compaixão. Se for provado cientificamente que o paciente não tem mais chances de viver, que não há mais recursos a serem utilizados, e se o doente expressa sua vontade de abreviar a dor, o mínimo que se deve fazer é realizar seu desejo. É lógico que a eutanásia não pode nem deve ser praticada em qualquer situação. Alguém pode estar fisicamente saudável, porém mentalmente perturbado e pedir para morrer por um motivo qualquer. Em casos como esse, o que se deve fazer é orientar e dar o devido cuidado ao indivíduo, mostrar que existem outros caminhos, outras opções que podem ser escolhidas. Mas há pessoas que não tem escolha. E para elas, deveria ser dado o direito de não mais sofrer, não mais sentir dor.

Quando estamos doentes, tomamos algum remédio para voltarmos a ter uma vida saudável e prazerosa, sem os infortúnios da doença. Para pacientes em estado terminal, não existe mais nenhum medicamento ou técnica médica que lhes devolva o sabor de viver

plenamente. Esses pacientes devem esperar, dolorosa, e muitas vezes demoradamente, a hora da sua morte?

Alguns afirmam que pedir para morrer é muito fácil e que tal atitude é sinônimo de fraqueza, que deve-se enfrentar a doença de frente. Talvez esse pensamento esteja correto para algumas pessoas, mas para outras não. A vida não deve ser um fardo a ser carregado. Da mesma forma que não podemos obrigar ninguém a morrer, não deveríamos obrigar a viver. Além disso, temos que parar de ter medo da morte. Ela vem para todos, não é mesmo? E vai ver nem é um negócio tão assombroso assim.

Irving Alves

04) <http://www.espirito.org.br/portal/artigos/diversos/desencarne/eutanasia.html>

Eutanásia, morte piedosa ou homicídio?

Ruy Gibim

A eutanásia é um assunto polêmico que vem suscitando celeumas nos meios jurídicos, médicos e religiosos. Em alguns países, foram feitas tentativas no sentido de legalizar a Eutanásia, entretanto, dificilmente tal lei terá chances de ser aprovada, pois trata-se da eliminação não dolorosa de doentes portadores de moléstias incuráveis ou irreversíveis, tais como: câncer, aids, estado de coma, sono letárgico, etc...

No aspecto jurídico, a nossa Constituição, através do Direito Penal Brasileiro é incisivo e conclusivo: a Eutanásia constitui assassinio comum.

Sob o ponto de vista de ética médica, Hipócrates, pai da Medicina, deixou bem claro no juramento que até hoje é repetido na diplomação de novos médicos; considera a vida como um dom sagrado e veda ao médico a pretensão de ser juiz da vida ou da morte de alguém, condenando tanto a Eutanásia como o aborto.

No aspecto moral ou religioso, os riscos seriam incalculáveis: primeiro, o médico é falível e poderá errar no diagnóstico; segundo, os interesses de herdeiros apegados e mesquinhos; terceiro incapacidade de participar da dor alheia; quarto, egoísmo dos familiares para livrar-se de uma assistência demorada, penosa e cara.

Além disso, não são poucos os casos de pessoas desenganadas pela Medicina oficial e tradicional que procuram outras alternativas e logram curas espetaculares, seja através da imposição das mãos, da fé, do magnetismo, da homeopatia, de simpatias ou propósitos de mudanças comportamentais.

Em nossa caminhada evolutiva, existem episódios, ocorrências, dramas, tragédias, circunstâncias e fatos que irão exigir de nós experiências difíceis na própria carne, para superar barreiras e obstáculos, e muitas vezes são necessários o suor e as lágrimas; a dor e os padecimentos para a nossa transformação e evolução.

Como pesquisador já presenciei muitos casos de criaturas com quadros clínicos de doenças incuráveis e desenganados em que o magnetismo posto em atividade pela imposição das mãos conseguiu modificar o diagnóstico médico e restabelecer o campo celular, porém para que isto ocorra são necessários alguns requisitos, há necessidade de concentrar o plasma divino através da fé ativa, da confiança, da certeza, da segurança íntima, do merecimento, das conquistas alcançadas e das obras praticadas.

Não existem doenças e sim doentes, toda enfermidade são criações nossas, repercussões de nossos próprios atos, que precisamos desfazer, a fim de nos ajustarmos ao equilíbrio e harmonia.

Eis o motivo pelo qual, a Doutrina Espírita, revivendo o Cristianismo, refuta a Eutanásia em virtude da mesma ser uma usurpação do direito sobre a vida humana, reservado ao Criador, afirmando que toda criatura tem o direito de viver e apresenta como base de toda justiça social a aplicação do princípio: "Não façais aos outros, aquilo que não quisedes que os outros vos façam".

Ruy Gibim

Professor, Sociólogo, Pesquisador e

Presidente do Grupo de Estudos Psíquicos

Professora Anália Franco - Araraquara - SP

(Revista Espírita Allan Kardec Nº 5)

Anexo 4 – texto de Joaquim de Lima e Silva

http://www.contrac.hpg.ig.com.br/a_eutanasia.htm

A questão da eutanásia provoca, por si só, discussões entusiasmadas tanto defendendo quanto condenando a prática. Em uma sociedade que tem uma consciência judaico-cristã profundamente enraizada, como no Brasil, essas discussões se tornam ainda mais acirradas. Essa consciência, porém, não deve nos impedir de analisar o tema com uma certa frieza e uma boa dose de discernimento.

Muito se diz que ninguém tem o direito de tirar a vida de outra pessoa. Isso é óbvio. Entretanto, em se tratando da eutanásia, o próprio paciente que se encontra em estado terminal é quem teria o poder de decisão. Decisão sobre a própria vida. Já imaginou se não pudéssemos escolher que carreira vamos seguir, o que vamos consumir, como vamos nos vestir? Se podemos decidir assuntos como esses, assumindo os riscos que nossas resoluções podem, eventualmente acarretar, não poderíamos decidir se queremos ou não viver? É impossível impor um desejo a alguém. Além disso, não se pode imaginar o sofrimento pelo qual um doente passa quando não tem mais condições de viver. Em inúmeros casos, pacientes com câncer têm que tomar, sistematicamente, injeções de morfina para suportarem vivos a dor que sentem. Viver assim é digno? Aliás, viver assim é viver? Os que abominam a eutanásia cometem o absurdo de dizer que, se determinada pessoa está sofrendo com uma doença pavorosa e sem nenhuma perspectiva de vida, é porque de certa forma o padecimento é merecido, para pagar algo de ruim que essa pessoa teria feito. Isso é inaceitável! Ninguém, por pior que seja, merece tamanho sofrimento, nem nada justifica esse tipo de pensamento. Atender ao desejo de um paciente que opta pela eutanásia é uma questão de humanidade, de compaixão. Se for provado cientificamente que o paciente não tem mais chances de viver, que não há mais recursos a serem utilizados, e se o doente expressa sua vontade de abreviar a dor, o mínimo que se deve fazer é realizar seu desejo. É lógico que a eutanásia não pode nem deve ser praticada em qualquer situação. Alguém pode estar fisicamente saudável, porém mentalmente perturbado e pedir para morrer por um

motivo qualquer. Em casos como esse, o que se deve fazer é orientar e dar o devido cuidado ao indivíduo, mostrar que existem outros caminhos, outras opções que podem ser escolhidas. Mas há pessoas que não tem escolha. E para elas, deveria ser dado o direito de não mais sofrer, não mais sentir dor.

Quando estamos doentes, tomamos algum remédio para voltarmos a ter uma vida saudável e prazerosa, sem os infortúnios da doença. Para pacientes em estado terminal, não existe mais nenhum medicamento ou técnica médica que lhes devolva o sabor de viver plenamente. Esses pacientes devem esperar, dolorosa, e muitas vezes demoradamente, a hora da sua morte?

Alguns afirmam que pedir para morrer é muito fácil e que tal atitude é sinônimo de fraqueza, que deve-se enfrentar a doença de frente. Talvez esse pensamento esteja correto para algumas pessoas, mas para outras não. A vida não deve ser um fardo a ser carregado. Da mesma forma que não podemos obrigar ninguém a morrer, não deveríamos obrigar a viver. Além disso, temos que parar de ter medo da morte. Ela vem para todos, não é mesmo? E vai ver nem é um negócio tão assombroso assim.)Irving Alves)

Anexo 5 – texto de Laura de Azevedo

Fontes:

01) <http://www.espacoacademico.com.br/030/30edamasio.htm>

Rediscutindo a eutanásia

O Conselho Europeu tem discutido a eutanásia sem chegar a um consenso. A divisão é tão clara que, tendo uma dimensão geográfica, chega a causar questionamentos. Os países nórdicos querem sua legalização enquanto o sul continua com a inabalável opinião contrária. Seria isso uma influência climática, política, cultural de cada região?

Os argumentos de ambos os lados não são suficientes para converter a oposição. Os favoráveis alegam que os doentes devem ter plena autonomia para decidirem se querem continuar sofrendo ou não (em casos de inconsciência do doente, caberia à família tal decisão); além disso cada vez mais médicos assumem que aceitariam praticar o ato em segredo.

De outro lado os não favoráveis lutam para que a vida seja mantida em não importa qual situação, apoiam-se no que diz a declaração do Conselho Permanente de 1991, onde: *"todo homem tem o direito e o dever, em caso de doença grave, de receber os cuidados necessários para conservar a vida e a saúde."*

Aceitar a eutanásia seria, para esses últimos, um regresso científico. Se chegamos ao ponto de encontrarmos a cura para várias doenças, seria retroceder ao admitir a interrupção de um tratamento ou, mesmo, a indução à morte.

Tem-se detectado casos de pessoas que, após anos em coma, apresentaram melhoras consideráveis e até cura total. Entretanto, ainda são maiores os resultados opostos a esses. Nos últimos tempos tenho observado (tanto na França como no Brasil) pessoas reivindicando tal prática, inclusive mães que pedem a morte de seus filhos por não terem condições de dedicarem-se devidamente às suas deficiências. Essa atitude é deveras chocante, porém, é preciso ouvir o grito mais forte que vem por traz desses pedidos: na verdade, há um clamor por melhores condições de vida, maior assistência e menos discriminação para com os doentes e deficientes. Quando se roga pela morte procura-se, verdadeiramente, a vida. Uma vida digna onde caiba o convívio com as diferenças, com as limitações de cada um. Uma vida que respire esperança ainda que ela seja transportada por tubos.

Ao menos, a Assembléia Nacional Francesa decidiu criar uma missão de informação parlamentar sobre o assunto e uma grande conferência acontecerá nos dias 14 e 15 de janeiro de 2004. Talvez até lá as idéias estejam mais maduras e o país, que diz ser a favor da legalização com algumas ressalvas, possa ter uma resolução final.

A questão é complexa, tomar uma posição é um caso de vida ou morte. Qual seria a melhor opção? Se temos a liberdade de escolha, tenhamos claras as consequências provocadas por ela. Agora, no início do século XXI, devemos ultrapassar fronteiras, culturais ou políticas, pois, de norte a sul, cabe ao homem essa decisão.

02) <http://www.providaanapolis.org.br/eutvista.htm>

Eutanásia à vista!

"Nunca é lícito matar o outro: ainda que ele o quisesse, mesmo se ele o pedisse (...) nem é lícito sequer quando o doente já não estivesse em condições de sobreviver"

(Santo Agostinho in *Epistula* 204,5: CSEL 57,320)

O atual Código Penal, com propriedade, não especifica o crime da eutanásia. O médico que mata seu doente alegando "compaixão" (!) comete crime de homicídio simples, tipificado no artigo 121, com pena de 6 a 20 anos de reclusão. Realmente não há motivo algum de distinguir a eutanásia de um homicídio simples, a não ser talvez, para aumentar a pena do criminoso. Sim, pois um doente requer, mais que alguém sadio, assistência à sua vida.

Matar um doente poderia, assim, ser uma forma qualificada de homicídio, com pena maior, como as listadas no artigo 121 §2º, com pena de 12 a 30 anos de reclusão.

O que ocorreu no Anteprojeto do Código Penal elaborado pela Comissão de "Alto Nível" nomeada pelo Ministro Íris Rezende foi exatamente o contrário. Distinguiu-se a eutanásia de um homicídio simples, não para aumentar, mas para diminuir sua pena. E a diminuição foi grande: reclusão de três a seis anos. O máximo para a pena da eutanásia (6 anos) passa a ser exatamente o mínimo para a pena do homicídio simples!

A redação do parágrafo que se refere à eutanásia leva o leitor a ter uma grande simpatia pelo criminoso, quase absolvendo-o do crime. Leiamos:

Art. 121 §3º - Se o autor do crime agiu por compaixão, a pedido da vítima, imputável e maior, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável, em razão de doença grave:

Pena - Reclusão de três a seis anos.

O artigo ainda usa a palavra "crime" referindo-se à eutanásia, mas suaviza-a de várias formas. O criminoso não é tão culpado, pois agiu por "compaixão". Além disso foi o doente quem pediu que ele o matasse. A intenção foi "boa": abreviar um sofrimento físico insuportável. E há ainda uma boa "razão": a gravidade da doença.

Vê-se como a nova redação prepara psicologicamente o país para a legalização da eutanásia, em perfeita harmonia com a legalização do aborto eugênico, colocado no inciso III do artigo 128, e para gáudio dos adeptos do nazismo.

O parágrafo 4º do artigo 121 do Anteprojeto traz um caso de exclusão de ilicitude:

"Não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos, a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente, ou na sua impossibilidade, de ascendente, descendente, cônjuge, companheiro ou irmão."

É lamentável que o amásio ou concubino (aqui referido com o eufemismo de "companheiro") pareça ter o mesmo "status" que os membros da família legitimamente constituída. Abstraindo disto, que diz a Igreja sobre o caso?

"Quando a morte se anuncia iminente e inevitável, pode-se em consciência 'renunciar a tratamentos que dariam somente um prolongamento precário e penoso da vida, sem contudo interromper os cuidados normais devidos ao doente em casos semelhantes'. (...) A renúncia a meios extraordinários ou desproporcionados não equivale ao suicídio ou à

eutanásia; exprime, antes, a aceitação da condição humana defronte à morte" (SS. João Paulo II, Encíclica Evangelium Vitae, n.º 65; os grifos são meus).

Seria conveniente acrescentar um parágrafo após o 4º (renumerando-se os demais), com a seguinte observação:

§ 5º - A exclusão de ilicitude a que se refere o parágrafo anterior não se aplica se houve omissão de meios terapêuticos ordinários ou dos cuidados normais devidos a um doente, com o fim de causar-lhe a morte.

Isto evitaria que o § 4º fosse utilizado para ocultar verdadeiros atos de eutanásia, como a negação de remédios comuns a um doente incurável.

Sugestões como esta devem ser encaminhadas ao Ministério da Justiça - Secretaria Executiva, 3º andar do Edifício Sede, sala 300, Brasília - DF, CEP: 70064-900 ou via Internet (<http://www.mj.gov.br> E-mail: codigopenal@mj.gov.br).

Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz

1º de abril de 1998

03) <http://www.imesc.sp.gov.br/rev1q.htm>

Revista IMESC

Nº 1 - dezembro - 1998

Responsabilidade do Médico Diante da Eutanásia

Luiz Flávio Borges D'Urso

Advogado, Presidente da

Associação Brasileira de Advogados Criminalistas -

ABRAC e da Academia Brasileira de Direito Criminal

Recentemente o País foi surpreendido com notícias internacionais, que davam conta de que um médico, diante de uma câmera de vídeo, dava morte a seu paciente. Um caso típico de eutanásia, semelhante a tantos outros observados no mundo.

Ocorre que neste episódio, algo inusitado ocorreu, pois o tal médico, atualmente conhecido por "Dr. Morte", além de filmar seu gesto, entregou essa fita para que fosse exibida nas televisões do mundo, o que propiciou uma audiência de 15,6 milhões de televisores transmitindo esse gesto, só nos Estados Unidos, sem contar o resto do mundo.

Com isso, a televisão mais uma vez, põe em pauta este assunto tão discutido e tão resistido mundialmente, uma vez que a conduta desse médico dr. Jack Kevorkian, ganhou as manchetes retratando seu gesto de aplicar a injeção letal em Thomas Yourk, um homem de 52 anos, portador de uma doença degenerativa que paralisava todo os músculos de seu corpo.

Esse médico, de 70 anos, ganhou notoriedade quando em 1988, criou uma máquina que ajudava pessoas a suicidarem-se, objetivando a aplicação da eutanásia para aqueles que a desejassem, somando atualmente mais de 130 pacientes que fizeram uso dessa máquina por ele inventada.

Desnecessário registrar que o referido médico divide seu tempo com essa campanha em favor da eutanásia e com os processos criminais que a justiça lhe move, uma vez que praticou atos previstos na legislação criminal da maioria dos países civilizados, que entendem ser crime dar a morte, por qualquer motivo, a alguém.

No Brasil isso não é diferente, pois nossa legislação proíbe tal conduta, entende o legislador, tratar-se de homicídio, com penas que variam de 6 a 30 anos, com possibilidade

de redução de 1/6 a 1/3 ; tal redução tem espaço, pois entende-se que estamos diante de um homicídio privilegiado, onde o privilégio aparece em razão de relevante valor moral, no caso presente, a piedade que aflora em razão do sofrimento alheio.

A palavra eutanásia tem origem no vocábulo grego, formado de "eu" que significa a boa e "thanatos" que significa morte, resultado de tal expressão: "boa morte" ou "morte piedosa, serena".

Hoje estamos acompanhando os trabalhos da Comissão de Reforma do Código Penal, a qual prepara um projeto de lei, a fim de modernizar nossa legislação criminal e como não poderia deixar de ser, o tema eutanásia foi amplamente debatido e novas orientações são verificadas conforme observamos a seguir.

O projeto estabelece que a eutanásia será prevista com essa denominação, o que já é uma novidade, pois pela lei vigente o enquadramento do tema era feito na vala comum do homicídio, dando-se-lhe tratamento mais benéfico, pela forma privilegiada.

Também pelo projeto, além da previsão específica da eutanásia, verifica-se que a pena cominada para tal delito torna-se menor, o que vem demonstrar uma boa vontade do legislador com o tema, todavia, ainda proibindo tal conduta.

Embora a eutanásia continue a ser considerada crime pela Comissão de Reforma do Código Penal, há que se observar a distinção formulada pelo legislador, quando toca no tema sob o ângulo da ortotanásia, a qual pretende ver afastada do campo penal.

Na verdade, prioritariamente, estabelecemos a distinção entre eutanásia e a ortotanásia, vale dizer, entre a eutanásia ativa e a eutanásia passiva, ou ainda, entre a distanásia e ortotanásia. Distanásia significa o prolongamento do momento da morte do paciente, através do uso de métodos reanimatórios, já a ortotanásia é a morte natural decorrente da interrupção de tratamento terapêutico, cuja permanência seria inútil em se tratando de quadro clínico irreversível.

Feitas as devidas distinções, observa-se que o legislador, em sintonia com as aspirações da moderna medicina e inclusive da Igreja, torna a ortotanásia permitida, o que tem parecido à Comissão, aos juristas e à sociedade, como uma forma de resgate da dignidade no momento final, ou seja, a verificação da morte digna.

Assim, fica sempre como pano de fundo dessa discussão, a conduta daquele que dá a morte, do agente, que pode ser qualquer pessoa, mas que comumente, poderá ser um médico, pelo conhecimento que detém ou pela facilidade que dispõe.

O médico que hoje, de qualquer forma, concorrer para dar a morte a alguém, cometerá homicídio, devendo o julgador perquirir para a verificação do móvel desse profissional e em razão dessa motivação, escolher se tal conduta, embora criminosa, fôra contemplada com forma mais benevolente de tratamento penal, reconhecendo-se o homicídio privilegiado ou, ao contrário, se revelado motivo que justifique tratamento mais severo, qualificando o homicídio, desencadeando uma pena ainda mais severa.

O agente da eutanásia poderá ter verificado seu crime pela forma comissiva (conduta passiva), ou pela forma omissiva (não conduta), agindo ou deixando de agir quando deveria, todavia resultando na mesma pena, se verificado o móvel do agente.

Na prática, poderá ainda estabelecer outro enquadramento ao gesto eutanásico, pois poder-se-ia estar diante de uma conduta que tenha auxiliado ou até instigado o suicídio, com penas que variam de 2 a 6 anos de reclusão, pena que pode ser duplicada se o gesto foi por motivo egoísta.

Enfim, o médico, ao praticar a eutanásia, poderia estar atendendo pedido de seu paciente para lhe dar a morte, ou dar-lhe a morte sem consultá-lo em virtude do paciente estar impossibilitado de manifestar vontade (ex.: estado de coma), tanto num exemplo quanto noutro, esse médico responderá por homicídio e o tratamento que lhe será destinado depende do móvel do agente, ou ainda, fornecer para que o próprio paciente encontre a morte pelo suicídio, estando prevista sua conduta como auxílio ao suicídio.

Por derradeiro, registre-se que atrelado ao tema em comento, outro torna-se obrigatório, que estuda a retirada de órgãos humanos para transplante, pois uma das resistências verificadas na aceitação da eutanásia reside exatamente numa velada desconfiança do indivíduo ser visto por um médico sem escrúpulos, como verdadeira "prateleira de órgãos humanos, prontos para o transplante", desconfiança que se intensifica quando dos escândalos que a mídia revela, pelo desvio de corpos inanimados ou pelo desrespeito à fila dos receptores de órgãos para transplantes.

Ainda aproveitando o tema, há que se encontrar um meio termo, uma conciliação entre juristas e médicos, para a definição do conceito de morte, tarefa difícil, que tem apresentado suas dificuldades pois há descompasso, entre a morte verificada judicialmente e a morte estabelecida no campo médico, vejamos a seguir.

Enquanto o médico estabelece que o paciente está morrendo, não estando o destinatário de cuidados, nem morto, nem vivo, momento inclusive no qual lhe são retirados alguns órgãos, para o jurista, não existe esse processo de morte, mas sim a morte, como momento, apresentando todas as consequências de ordem judicial para esse fenômeno. Esse descompasso gera profunda desconfiança, quando, no caso concreto, ainda não se verificou a morte jurídica, todavia, verificada a morte pelo critério médico, autorizador da retirada de órgão.

A pergunta que se impõe é, se estar-se-ia retirando órgão de pessoas, que embora fossem declaradas clinicamente mortas, estas, para o jurista ainda encontravam-se vivas? Tal resposta é preocupante.

Por fim, presta-se esta reflexão escrita para estimular o pensamento, a pesquisa e a solução dessas questões que vão interferir na vida dos médicos, porquanto analisada sua conduta profissional à luz da lei no palco da esfera judicial. Para que não haja surpresas, que exista esclarecimento suficiente sobre o tema e suas diversas vertentes, tanto para juristas, como para o médico, em benefício final do leigo.

© IMESC 1999-2003. Todos os direitos reservados

01) <http://novomilenio.inf.br/idioma/20000814.htm>

Movimento Nacional em Defesa
da Língua Portuguesa

NOSSO IDIOMA

Freio no estrangeirismo

José Luiz Oliveira ()*

Há cerca de dois anos, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), violeiro e poeta popular, subiu à tribuna para atacar o estrangeirismo na Língua Portuguesa. Irônico e sarcástico, o parlamentar paraibano descreveu uma manhã hipotética do seu cotidiano, usando quase que apenas palavras estrangeiras. A manhã terminava com ele abrindo o *freezer* em busca de uma *coke* para combater a sede provocada pelo *cooper*.

Foi um discurso recheado de apartes brilhantes, alguns, como o do senador Arthur da Távola (PSDB-RJ), dignos de serem levados às escolas. Os estudantes, como se sabe, adoram uma palavrinha estrangeira e não se importam em colocar o vernáculo sob o pés. O tema volta agora ao debate. A Comissão de Educação da Câmara acaba de aprovar projeto de lei do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que veta o uso de expressões estrangeiras em eventos públicos, nos meios de comunicação e em estabelecimentos e produtos. São toleradas as palavras de origem estrangeira já integradas ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Felizmente, desta vez a discussão está ganhando maior repercussão. Há aqueles que argumentam, com razão, que certo tipo de estrangeirismo revigora a língua, tornando-a mais rica. Joga neste time Pasquale Cipro Neto, colunista da *Folha de S. Paulo* e um dos mais badalados consultores de Português. São influências das quais não se pode fugir neste mundo globalizado, mas existem casos de pura tolice, como lojas que preferem *on sale* no lugar de "liquidação".

Têm razão aqueles que acham inócuo o projeto de Aldo Rebelo. Não somos um bom exemplo na hora de cumprir leis. Corre-se o risco de, depois de aprovado, as coisas continuarem do mesmo jeito. Pode-se até aportuguesar as palavras, mas não se conseguirá fiscalizar diálogos, lojas e todas as mercadorias, como não se consegue policiar o trânsito para impedir velocidade acima de 60 quilômetros, nem que o motorista respeite o pedestre, ou que o pedestre cumpra a lei atravessando apenas na faixa, depois de sinalizar com a mão.

Mas a iniciativa do deputado é louvável. Mesmo que pareça exagero a opinião da relatora do projeto na Comissão de Educação, Iara Bernardi, de que o estrangeirismo estaria provocando a desnacionalização da língua, é preciso fazer algo para frear os abusos - e o Brasil não será a primeira nação a adotar medidas de proteção ao idioma nacional.

Na França, por exemplo, o governo indica palavras, com publicação de listas nos jornais, que podem substituir os termos estrangeiros. Só o fato de ter suscitado o debate já faz do

projeto algo salutar. Espera-se, agora, que intelectuais, professores, formadores de opinião e políticos entrem na discussão.

Se toda a sociedade se envolver, certamente descobriremos o caminho para livrar a Língua Portuguesa dos ataques nocivos. Já temos um esboço. As posições radicais, embora devam ser manifestadas e respeitadas, parecem fora de questão. Vetar o estrangeirismo como caso particular de xenofobia é tão vesgo quanto adotá-lo indiscriminadamente em nome de um mundo globalizado, sem fronteiras de língua, que é a condutora e protetora da cultura de um povo.

Há de se reconhecer a contribuição das palavras estrangeiras, devidamente aportuguesadas, ao nosso idioma, mas é preciso rechaçar com toda força a inserção delas, em sua forma bruta, na publicidade e nos meios de comunicação, como se não tivéssemos correspondentes na Língua Portuguesa. Tolices como dizer *linkar* em vez de "ligar" (no sentido de pôr em comunicação) estão cada vez mais presentes no dia-a-dia do brasileiro. O certo é que o Português precisa e deve ser protegido, mas não pode ficar imune às influências enriquecedoras, venham elas do estrangeiro ou de um inventor de palavras como Guimarães Rosa. Afinal, é uma língua viva.

O escritor português José Saramago, que se recusa a pronunciar a palavra *mouse* (ele chama a peça de rato mesmo), poderia contribuir e muito nessa discussão. Falando recentemente sobre a atração que as palavras estrangeiras exercem sobre os brasileiros, ele afirmou não entender por que bradamos tanto contra a colonização se no fundo gostamos de ser colonizados. Podemos partir daí.

(*) Artigo publicado na edição de 14 de agosto de 2000 do Jornal de Brasília.

N.E.: O MNDLP [disponibiliza em suas páginas](#) o citado pronunciamento do senador Ronaldo Cunha Lima.

02) <http://portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=redacao/temas/docs/estrangeirismosred>

Estrangeirismos

Devemos reprimir o uso de palavras estrangeiras?

O deputado federal Aldo Rebelo (PC do B-SP) criou um projeto de lei que limita o uso de palavras estrangeiras. A proposta foi aprovada na Câmara e aguarda votação no Senado. Se virar lei, passaremos a ter um glossário oficial de aportuguesamento e todo vocábulo estrangeiro, quando publicado na imprensa ou em anúncios publicitários, terá de vir acompanhado de um correspondente em português. Os estrangeirismos devem mesmo ser coibidos?

Leia mais sobre o assunto [AQUI](#)

Sim. A História nos ensina que a imposição da língua é uma firma de dominação de um povo sobre outro. O estrangeirismo abusivo é lesivo ao patrimônio cultural e está promovendo uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa. Nosso idioma oficial passa por uma transformação que não se ajusta aos processos aceitos de evolução das línguas. Que obrigação tem um brasileiro de entender que uma mercadoria *on sale* está em liquidação? Aldo Rebelo, deputado federal (PC do B -SP) e autor do projeto de lei que restringe o uso de estrangeirismos.

Não. As pessoas que pensam que a língua brasileira está ameaçada com a entrada de palavras estrangeiras — como ocorre com o vocabulário da informática, das finanças e dos esportes - não observam a aplicação dos estrangeirismos. Quase sempre o importado aparece em co-ocorrência com um equivalente nacional, sinal de que os falantes estão experimentando para ver se ficam com a palavra de fora ou se vão simplesmente descartá-la. Carlos Faraco, da Univ. Federal do Paraná, organizou o livro *Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua*

Revista NOVA ESCOLA, março de 2003.

Samba do Approach
Composição: Zeca Baleiro
Interpretação: Zeca Baleiro e Zeca Pagodinho
Venha provar meu brunch
Saiba que eu tenho approach
Na hora do lunch
Eu ando de ferryboat
Eu tenho savoir-faire
Meu temperamento é light
Minha casa é hi-tech
Toda hora rola um insight
Já fui fã do Jethro Tull
Hoje me amarro no Slash
Minha vida agora é cool
Meu passado é que foi trash
Fica ligada no link
Que eu vou confessar my love
Depois do décimo drink
Só um bom e velho engov
Eu tirei o meu green card
E fui pra Miami Beach
Posso não ser pop star
Mas já sou um nouveau riche
Eu tenho sex-appeal
Saca só meu background
Veloz como Damon Hill
Tenaz como Fittipaldi
Não dispenso um happy end
Quero jogar no dream team
De dia um macho man
E de noite drag queen

O que é cultura?

A primeira coisa é definir cultura. A definição melhor é que cultura é tudo o que o homem faz. Para poder sobreviver e se relacionar com o mundo exterior, o homem cria

uma espécie de muro ao seu redor, que lhe facilita o seu relacionamento com o mundo. Assim, cultura é a maneira de falar (língua), a maneira de vestir, de morar, de comer, de trabalhar, de rezar, de comunicar. Essa cultura fica sendo a sua garantia, sua defesa. Quando essa cultura é destruída, o povo fica desprotegido e facilmente pode ser dominado e até destruído. Todo o povo se afirma como povo na medida em que consegue produzir essa fortificação, que fica sendo a razão mesma de seu existir. Por isso se diz que *a cultura é a alma dum povo*. Povo sem cultura é povo sem alma, sem identidade.

Examinado a história, vemos que os povos conquistadores sabiam disso muito bem. Os romanos, para poder dominar totalmente os povos e não deixá-los mais levantar a cabeça, destruíam sua cultura: destruíam os monumentos, não deixavam mais falar sua língua (exigiam que falassem o latim, língua dos dominadores), roubavam os seus deuses... Se a cultura é a alma de um povo, a religião é o centro, a alma da cultura. Quando um povo não tem mais onde se agarrar, ele se agarra na religião, que fica sendo o grito desesperado de sobrevivência de um povo. Os movimentos messiânicos provam isso muito bem. Os romanos, porque eram supersticiosos, não destruíam os deuses dos povos dominados, mas roubavam os deuses e os levavam para Roma, onde os colocavam num templo especial. Se por acaso algum deus funcionasse... ele não ficaria de mal com os conquistadores.

Outro exemplo da destruição dum povo através da cultura é caso da conquista da América Central pelos espanhóis. Dizem os historiadores que na cidade do México as fogueiras arderam durante semanas, queimando tudo o que os conquistadores encontravam. Coisas preciosíssimas. Em alguns pontos a cultura mexicana ou a incaica eram até mais adiantadas que a cultura européia. O calendário asteca, por exemplo, era corrigido num décimo de segundo de 52 em 52 anos! Coisa que nós só fazemos agora na era eletrônica. Pois esses povos foram totalmente subjugados, e até hoje não conseguiram recuperar sua identidade e liberdade. Perderam sua cultura, sua alma... (*Pedrinho Guareschi, Jornal Mundo Jovem*)

Proposta de Redação

Depois de ter lidos os textos, ouvido a música, faça uma dissertação sobre o tema:
ESTRANGEIRISMOS: PROIBIR RESOLVE?

03) <http://www2.opopular.com.br/anteriores/11abr2004/opopular2/3.htm>

Seleção natural
**Estudiosos criticam projetos
de lei que tentam regulamentar
o emprego do português e dizem
que é o uso contínuo da língua
que define seus limites**

Rogério Borges

Iniciativas como o projeto de lei de Aldo Rabelo, que tentam limitar o uso de estrangeirismos na língua portuguesa, não contam com o apoio integral de professores e estudiosos de português. Para Oto Araújo Vale, chefe do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literatura da Faculdade de Letras da UFG, propostas como essas acarretam

diversos problemas. “O maior deles refere-se à sua aplicabilidade. Nem sempre é tão fácil saber o que é estrangeirismo e como determinado termo de outro idioma é incorporado à língua”, salienta. Ele cita como exemplo a palavra deletar, que vem da linguagem típica da informática e significa apagar.

“O verbo delete é inglês, mas ele tem uma raiz latina. Tanto é assim que em português existem palavras com a mesma origem, como deletéria e indelével”, menciona. O professor Oto lembra que a língua tem como uma de suas principais características a dinâmica, o que provoca constantes mudanças. “Isso é inerente à língua”, observa. Oto Vale assinala que a língua portuguesa assimila muitos termos estrangeiros, transformando-os à sua maneira, mesmo sem uma legislação específica que organize esse processo. “Há cerca de dez anos, houve a introdução no País do termo agrobusiness. Ninguém hoje em dia pronuncia essa palavra. Todos falam em agronegócio. Houve a tradução de forma espontânea.” O mesmo raciocínio também é válido para outras expressões, como winchester, que se tornou disco rígido, e football, que foi adaptado para futebol. “Nesse último caso, no início do século, pensou-se em traduzir football para ludopédio. É por isso que precisamos ter cuidado com traduções ao pé da letra”, adverte Oto. Ele alega que não precisa haver uma legislação que se ocupe exclusivamente do assunto. “Os próprios usuários da língua selecionam o que vão admitir em seu linguajar, sem que seja

necessário existir uma lei que os oriente a respeito.”

Equívoco

Quem também não concorda com a idéia de disciplinar, por força de lei, a entrada de estrangeirismos no Brasil é Pasquale Cipro Neto, apresentador do programa Nossa Língua Portuguesa, da TV Cultura, colaborador de jornais e autor de uma série de livros sobre o tema. “Regulamentar a língua por decreto é querer definir para onde vai o vento”, compara o professor, que lançará na Bienal de São Paulo, que começa quinta-feira, os títulos Nossa Língua Curiosa e Inculta e Bela, ambos

Pasquale: contra
estrangeirismos ridículos

pela Publifolha. “Acho que regular o que é publicado por órgãos oficiais, como placas de trânsito, é pertinente. Mas quando a vontade de legislar invade o território do uso entramos no campo da loucura.” Ele afirma que a língua é viva e suscetível a mudanças. “Cabe ao uso contínuo definir seus limites”, defende. Pasquale avalia que o projeto de Aldo Rebelo é um equívoco e que o problema que realmente deve

ser combatido é a dificuldade que grande parte da população tem de acesso à educação. “A língua é valorizada e protegida com a democratização da escola. A noção de preservação da própria língua só gera resultados se for constantemente exercitada”, recomenda. O professor Pasquale reconhece, no entanto, que há exageros no uso de estrangeirismos no Brasil. “Está tudo ótimo em relação a esse aspecto? Não. Há um uso tolo de termos estrangeiros. As pessoas precisam ter senso de ridículo ao usar essas palavras e a sociedade precisa dizer, com todas as letras, que uma loja que substitui a palavra desconto pela expressão off é ridícula”, enfatiza ele. Oto Vale comenta que o emprego de palavras e expressões de idiomas estrangeiros é motivado, muitas vezes, pelo desejo de alcançar uma aura de refinamento. “O 50% off teria uma carga maior de prestígio que o 50% de desconto. No entanto, isso não é apreendido, já que até os vendedores da própria loja que anuncia em inglês falam em promoção e desconto com os clientes”, explica. “Somos periferia e sofremos influência, principalmente dos Estados Unidos”, admite Pasquale.

ABL

A Academia Brasileira de Letras é a entidade responsável por exercer algum controle sobre a língua portuguesa, no que tem se omitido. O estatuto da ABL, publicado em 28 de janeiro de 1897, prevê que a instituição deve preservar a cultura e a língua nacionais. O secretário-geral da Academia, o escritor Ivanildo Bechara, diz que a instituição tem tentado cumprir o seu papel. “Há cerca de 15 anos, elaboramos um conjunto de propostas para melhorar o ensino do português nas escolas, mas nada foi feito nesse sentido. No ano passado, enviamos novamente nossas sugestões ao Ministério da Educação e de novo deu em nada”, lamenta.

Nesse documento, a ABL aconselha que haja uma melhoria social e funcional para os professores, critica programas de aceleração escolar, que dificultam a reprovação de alunos sem o devido preparo, e prega a criação de escolas em tempo integral para o ensino fundamental. Quanto ao projeto de lei que quer barrar o uso de estrangeirismos no País, Bechara se manifesta contra. “Não há como estabelecer regras quanto a isso”, opina.

04) <http://www.osletradosunip.hpg.ig.com.br/Culta.htm>

ESTRANGEIRISMO NA LÍNGUA

Culta, bela e ultrajada

Um projeto em defesa da língua portuguesa

*Projeto de Lei de autoria do deputado
Aldo Rebelo que dispõe sobre a
promoção, a proteção, a defesa e o uso
da Língua Portuguesa*

2ª edição

atualizada

BRASÍLIA – 2001

Idioma e soberania

*Projeto de lei dá início a campanha de defesa
da língua portuguesa contra os estrangeirismos que
corrompem um dos símbolos da identidade nacional*

Um dos projetos de lei de maior repercussão no segundo semestre de 1999 foi o que apresentamos em defesa da língua portuguesa. A cobertura dada pelos meios de comunicação gerou um expressivo apoio à iniciativa. Gente de profissões e interesses diferentes, em todas as regiões do País, manifestou-se com exemplos de que realmente o idioma nacional precisa ser incentivado nas escolas e defendido nas ruas. Palavras estrangeiras, de grafia e sons incompreensíveis ao povo, estão sendo utilizadas abusivamente na comunicação do dia-a-dia, no comércio, nos rótulos de produtos, nas faixas de rua, na imprensa e na publicidade.

O projeto de lei que enfrentará esta "desnacionalização lingüística" tem o objetivo, além de estimular o ensino e a aprendizagem, de tratar a língua portuguesa como um bem soberano do patrimônio cultural do Brasil. Terá uso obrigatório no trabalho, nas relações jurídicas, na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica de todos os documentos e eventos públicos, bem como deverão ser escritos ou falados em português os meios de comunicação, a publicidade, as embalagens e toda e qualquer comunicação pública dentro do território nacional, com as ressalvas e exceções cabíveis. O uso desnecessário, abusivo ou enganoso de palavra ou expressão estrangeiras será considerado como lesivo ao patrimônio cultural brasileiro.

Uma invasão impertinente e insidiosa

A História nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Por quê? Porque é o modo mais eficiente, apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura – seus valores, tradições, costumes, inclusive o modelo socioeconômico e o regime político.

Foi assim no antigo oriente, no mundo greco-romano e na época dos grandes descobrimentos. E hoje, com a marcha acelerada da globalização, o fenômeno parece se repetir, claro que de modo não violento; ao contrário, dá-se de maneira insinuante, mas que não deixa de ser impertinente e insidiosa, o que o torna preocupante, sobretudo quando se manifesta de forma abusiva, muitas vezes enganosa, e até mesmo lesiva à língua como patrimônio cultural.

De fato, estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos – como "holding", "recall", "franchise", "coffee-break", "self-service" – e de

aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados – como "startar", "printar", "bidar", "atachar", "database". E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral.

Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse – um autêntico milagre brasileiro – está hoje seriamente ameaçado.

Que obrigação tem um cidadão brasileiro de entender, por exemplo, que uma mercadoria "on sale" significa que esteja em liquidação? Ou que "50% off" quer dizer 50% a menos no preço? Isso não é apenas abusivo; tende a ser enganoso. E à medida que tais práticas se avolumam (atualmente de uso corrente no comércio das grandes cidades), tornam-se também danosas ao patrimônio cultural representado pela língua.

O absurdo da tendência que está sendo exemplificada permeia até mesmo a comunicação oral e escrita oficial. É raro o documento que saia impresso, por via eletrônica, com todos os sinais gráficos da nossa língua; até mesmo numa cédula de identidade ou num talão de cheques estamos nos habituando com um "Jose" – sem acentuação! E o que falar do serviço de "clipping" da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, ou da "newsletter" da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, ou, ainda, das milhares de máquinas de "personal banking" do Banco do Brasil – Banco DO BRASIL – espalhadas por todo o País?

O mais grave é que contamos com palavras e expressões na língua portuguesa perfeitamente utilizáveis no lugar daquelas (na sua quase totalidade) que nos chegam importadas, e são incorporadas à língua falada e escrita sem nenhum critério lingüístico, ou, pelo menos, sem o menor espírito de crítica e de valor estético.

O nosso idioma oficial (Constituição Federal, art. 13, caput) passa, portanto, por uma transformação sem precedentes históricos, pois que esta não se ajusta aos processos universalmente aceitos, e até desejáveis, de evolução das línguas, de que é bom exemplo um termo que acabo de usar – caput, de origem latina, consagrado pelo uso desde o Direito Romano.

Como explicar esse fenômeno indesejável, ameaçador de um dos elementos vitais do nosso patrimônio cultural – a língua materna –, que vem ocorrendo com intensidade crescente ao longo dos últimos 10 a 20 anos? Como explicá-lo senão pela ignorância, pela falta de senso crítico e estético, e até mesmo pela falta de auto-estima?

Parece-me que é chegado o momento de romper com tamanha complacência

cultural, e, assim, conscientizar a nação de que é preciso agir em prol da língua pátria, mas sem xenofobia ou intolerância de nenhuma espécie. É preciso agir com espírito de abertura e criatividade, para enfrentar – com conhecimento, sensibilidade e altivez – a inevitável, e claro que desejável, interpenetração cultural que marca o nosso tempo globalizante. Esse é o único modo de participar de valores culturais globais sem comprometer os locais.

*A propósito, Machado de Assis deixou-nos, já em 1873, a seguinte lição: "Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade." (In: Celso Cunha, *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1981, p. 25 – na ortografia original de 1968).*

*Os caminhos para a ação, desde que com equilíbrio machadiano, são muitos, e estão abertos, como apontado por Ediruald de Mello, no seu artigo *O português falado no Brasil: problemas e possíveis soluções*, publicado em *Cadernos Aslegis*, nº 4, 1998.*

O Projeto de Lei que ora submeto à apreciação dos meus nobres colegas na Câmara dos Deputados representa um desses caminhos.

Trata-se de proposição com caráter geral, a ser regulamentada no pormenor que vier a ser considerado como necessário. Objetiva promover, proteger e defender a língua portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socioculturais, a exemplo do que tão bem fez a França com a Lei nº 75-1349, de 1975, substituída pela Lei nº 94-665, de 1994, aprimorada e mais abrangente.

Quer-me parecer que o Projeto de Lei proposto trata com generosidade as exceções, e ainda abre à regulamentação a possibilidade de novas situações excepcionais. Por outro lado, introduz as importantes noções de prática abusiva, prática enganosa e prática danosa, no tocante à língua, que poderão representar eficientes instrumentos na promoção, na proteção e na defesa do idioma pátrio.

A proposta em apreço tem cláusula de sanção administrativa, em caso de descumprimento de qualquer uma de suas provisões, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis; e ainda prevê a adoção de sanções premiais, como incentivo à reversão espontânea para o português de palavras e expressões estrangeiras correntemente em uso.

Nos termos do Projeto de Lei ora apresentado, à Academia Brasileira de Letras continuará cabendo o seu tradicional papel de centro maior de cultivo da língua portuguesa do Brasil.

O momento histórico do País parece-me muito oportuno para a atividade legislativa por mim encetada, e que agora passa a depender da recepção compreensiva e do apoio decisivo da parte dos meus ilustres pares nesta Casa.

A afirmação que acabo de fazer deve ser justificada. Primeiramente, cumpre destacar que a sociedade brasileira já dá sinais claros de descontentamento com a descaracterização a que está sendo submetida a língua portuguesa frente à

invasão silenciosa dos estrangeirismos excessivos e desnecessários, como ilustram pronunciamentos de lingüistas, escritores, jornalistas e políticos, e que foram captados com humor na matéria Quero a minha língua de volta!, de autoria do jornalista e poeta José Enrique Barreiro, publicada há pouco tempo no Jornal do Brasil.

Em segundo lugar, há que ser lembrada a reação positiva dos meios de comunicação de massa diante da situação que aqui está sendo discutida. De fato, nunca se viram tantas colunas e artigos em jornais e revistas, como também programas de rádio e televisão, sobre a língua portuguesa, especialmente sobre o seu uso no padrão culto; nesse sentido, também é digno de nota que os manuais de redação, e da redação, dos principais jornais do País se sucedam em inúmeras edições, ao lado de grande variedade de livros sobre o assunto, particularmente a respeito de como evitar erros e dúvidas no português contemporâneo.

Em terceiro lugar, cabe lembrar que atualmente o jovem brasileiro está mais interessado em se expressar corretamente em português, tanto escrita como oralmente, como bem demonstra a matéria de capa – A ciência de escrever bem – da revista Época de 14/6/99.

Por fim, mas não porque menos importante, as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil se oferecem como oportunidade ímpar para que discutamos não apenas o período colonial, a formação da nacionalidade, o patrimônio histórico, artístico e cultural da sociedade brasileira, mas também, e muito especialmente, a língua portuguesa como fator de integração nacional, como fruto – tal qual a falamos – da nossa diversidade étnica e do nosso pluralismo racial, como forte expressão da inteligência criativa e da fecundidade intelectual do nosso povo.

Posto isso, posso afirmar que o projeto ora submetido à Câmara dos Deputados pretende, com os seus objetivos, tão-somente conscientizar a sociedade brasileira sobre um dos valores mais altos da nossa cultura – a língua portuguesa. Afinal, como tão bem exprimiu um dos nossos maiores especialistas, Napoleão Mendes de Almeida, no prefácio de sua Gramática Metódica da Língua Portuguesa (28ª ed., São Paulo, Edição Saraiva, 1979), "conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. ... A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?".

Movido por esse espírito, peço toda a atenção dos meus nobres colegas de parlamento no sentido de apoiar a rápida tramitação e aprovação do projeto de lei que tenho a honra de submeter à apreciação desta Casa legislativa.
Deputado Aldo Rebelo

PROJETO DE LEI Nº 1676, DE 1999
(Do Sr. ALDO REBELO)

Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos termos do caput do art. 13, e com base no caput, I, § 1º e § 4º do art. 216 da Constituição Federal, a língua portuguesa:

I – é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;

II – é forma de expressão oral e escrita do povo brasileiro, tanto no padrão culto como nos moldes populares;

III – constitui bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Parágrafo único. Considerando o disposto no caput, I, II e III deste artigo, a língua portuguesa é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação.

Art. 2º Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, no intuito de promover, proteger e defender a língua portuguesa, incumbe:

I – melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;

II – incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;

III – realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;

IV – incentivar a difusão do idioma português, dentro e fora do País;

V – fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

VI – atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vistas ao aportuguesamento e à inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

§ 1º Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta lei, participar ativamente da realização prática dos objetivos listados nos incisos anteriores.

§ 2º À Academia Brasileira de Letras incumbe, por tradição, o papel de guardiã dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil.

Art. 3º É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

I – no ensino e na aprendizagem;

II – no trabalho;

III – nas relações jurídicas;

IV – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;

V – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;

VI – nos meios de comunicação de massa;

VII – na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;

VIII – na publicidade de bens, produtos e serviços.

§ 1º A disposição do caput, I – VIII deste artigo não se aplica:

I – a situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, nos termos dos incisos IV e IX do art. 5º da Constituição Federal;

II – a situações que decorram de força legal ou de interesse nacional;

III – a comunicações e informações destinadas a estrangeiros, no Brasil ou no exterior;

IV – a membros das comunidades indígenas nacionais;

V – ao ensino e à aprendizagem das línguas estrangeiras;

VI – a palavras e expressões em língua estrangeira consagradas pelo uso, registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa;

VII – a palavras e expressões em língua estrangeira que decorram de razão social, marca ou patente legalmente constituída.

§ 2º A regulamentação desta lei cuidará das situações que possam demandar:

I – tradução, simultânea ou não, para a língua portuguesa;

II – uso concorrente, em igualdade de condições, da língua portuguesa com a língua ou línguas estrangeiras.

Art. 4º Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, considerar-se-á:

I – prática abusiva, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver equivalente em língua portuguesa;

II – prática enganosa, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder induzir qualquer pessoa, física ou jurídica, a erro ou ilusão de qualquer espécie;

III – prática danosa ao patrimônio cultural, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder, de algum modo, descaracterizar qualquer elemento da cultura brasileira.

Art. 5º Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de registro da ocorrência.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, na inexistência de palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa, admitir-se-á o aportuguesamento da palavra ou expressão em língua estrangeira ou o neologismo próprio que venha a ser criado.

Art. 6º O descumprimento de qualquer disposição desta lei sujeita o infrator a sanção administrativa, na forma da regulamentação.

Art. 7º A regulamentação desta lei tratará das sanções premiais a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se dispuser, espontaneamente, a alterar o uso já estabelecido de palavra ou expressão em língua estrangeira por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa.

Art. 8º À Academia Brasileira de Letras, com a colaboração dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de órgãos que cumprem funções essenciais à

justiça e de instituições de ensino, pesquisa e extensão universitária, incumbe realizar estudos que visem a subsidiar a regulamentação desta lei.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Culta e bela

A língua portuguesa que o poeta Olavo Bilac chamou "inculta e bela" está sendo vítima de uma degradação que a torna de fato rude e feia. Apesar de dispor de aproximadamente 400 mil vocábulos, o mesmo número do inglês, segundo estimativa do filólogo Antonio Houaiss, o português vem sendo substituído por palavras e expressões estrangeiras em nomes de empresas, lojas, produtos, serviços, eventos, músicas, instrumentos, artefatos, publicações, reuniões, esportes. É hora de reagir, de exaltar, valorizar e proteger a graça, a leveza, a sonoridade, a elegância e a precisão do nosso idioma.

Contra a "desnacionalização lingüística", como definiu o crítico literário Wilson Martins, apresentamos um projeto de lei na Câmara dos Deputados. Ao lado de medidas do Poder Público, para proteger e incentivar o ensino e a aprendizagem, a língua portuguesa será tratada como um bem soberano do patrimônio cultural do Brasil. Será de uso obrigatório no trabalho, nas relações jurídicas, na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica de todos os documentos e eventos públicos, bem como deverão ser escritos ou falados em português os meios de comunicação, a publicidade, as embalagens e toda e qualquer comunicação dentro do território nacional, com as ressalvas e exceções cabíveis.

Sem xenofobia, e cientes das numerosas contribuições externas que enriqueceram a língua portuguesa ao longo dos séculos, não podemos aceitar a reprodução pura e simples de letras e sons que constituem sinais cabalísticos de difícil escrita e penosa pronúncia. "No Brasil fala-se português com açúcar", disse há mais de cem anos o escritor português Eça de Queirós. Agora, contudo, nosso vocabulário está cheio de garranchos amargos, que turvam a vista e enrolam a língua, como browser, carrying, delivery, gefiltefish, groom, groschen, homestead, kaddisch, Kjkenmödding, manager, network, outrigger, parkerizar, scanner, schedule, schroeckingerita, steeple-chase, steward, svetlozarita, tzedaká, uppercut.

Nos shoppings centers, antigos centros comerciais, é rara a loja que não exponha palavra estrangeira na fachada, nos cartazes, nos rótulos dos produtos. Eventos levam nomes exóticos como "American Express Love Sound". É tanta a desnacionalização, a macaquice colonizada, que o uso da definição Cimeira para uma recente reunião de chefes de Estado e de Governo causou estranheza e piada. Os críticos talvez preferissem "Summit". No futebol, cujos termos aportuguesamos ou substituímos por engenhosos brasileirismos, volta a influência do inglês em expressões como play-off.

O mau exemplo vem de cima: o presidente da República, em entrevista à rede de TVs educativas, usa expressões incompreensíveis ao povo, como fast track. Um

recente anúncio da Anatel, no qual interurbano foi substituído por chamadas de longa distância, como se diz nos Estados Unidos, parece ter sido traduzido literalmente do inglês falado pelos donos das companhias que hoje emudecem nossos telefones. O Banco do Brasil oferece o "personal banking". O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mantém, na Internet, uma "home page" intitulada "IBGE Teen".

Mais que uma lei, queremos criar um Movimento Nacional de Defesa da Língua Portuguesa. Com altivez e tenacidade, é possível resgatar o idioma da desnacionalização, do ostensivo bilingüismo que o desfigura e infunde nos brasileiros a deprimente conclusão de que a língua é feia, limitada e vaga. Apesar das regras por vezes tortuosas, o português é belo, pródigo e preciso, dotado de recursos léxicos suficientes para acompanhar as inovações, descobertas, invenções e mudanças que transformam o mundo.

É desnecessária a grande maioria das palavras e expressões estrangeiras que importamos como novidades. Em geral são recicladas, velhas de uso e de sentido, e têm correspondentes no dicionário. As verdadeiras inovações, principalmente os neologismos da nomenclatura técnica e científica, devem ser aportuguesadas para adquirir a feição e a sonoridade de um verso de Camões.

Publicado no jornal Diário Popular, em 07/11/99